



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GLAUCIELA SOBRINHO CUNHA PANTOJA FERREIRA

**RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:
ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha
(Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**

**Macapá
2011**

GLAUCIELA SOBRINHO CUNHA PANTOJA FERREIRA

**RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:
ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha
(Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito científico-metodológico para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Valter Gama de Avelar

**Macapá
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Ferreira, Glauciela Sobrinho Cunha Pantoja

Relações Socioambientais: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010) / Glauciela Sobrinho Cunha Pantoja Ferreira; orientador Valter Gama de Avelar. Macapá, 2011.
165 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1. Área de proteção ambiental de Fazendinha (AP). 2. Proteção ambiental – Fazendinha - Amapá. I. Avelar, Valter Gama de. orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 333.16

GLAUCIELA SOBRINHO CUNHA PANTOJA FERREIRA

**RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:
ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha
(Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito científico-metodológico para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

**Data da avaliação: 04.07.2011
Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Valter Gama de Avelar
(Orientador- UNIFAP)

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
(Examinador Externo- UFSC)

Prof. Dr. Antônio Sérgio Filocreão
(Examinador Interno- UNIFAP)

**Macapá
2011**

Ao tempo, ao espaço, aos caminhos e
aos sonhos que se perderam em meio às
nossas escolhas...

Às amizades, cumplicidades e parceiras
construídas...

Às experiências de vidas e cotidianos que
se expuseram em relatos e
generosidades...

À benevolência de começar de novo...

À força abstrata que transforma as mais
duras realidades...

Aos bb's e ao meu anjo mais lindo...

Ab imo pectore perpetuum.

AGRADECIMENTOS

Aos sujeitos da APA da Fazendinha, atores inequívocos desta dissertação.

Aos parceiros de campo e técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá, em especial, à Lourdinha (Maria de Lourdes Ramos), que tornou a pesquisa na APA possível.

Ao Teo e à Nandinha, tão queridos, tão eternos e sempre presentes nas discussões, nas substituições de palavras, nas crises, nos desabafos, nos momentos difíceis e nas horas de risos.

À Universidade Federal do Amapá e ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional que tornaram a conquista desta titulação possível.

Aos colegas do PPGMDR/2009, plenos na generosidade de compartilhar.

À professora Dr^a Marinalva Oliveira, incomparável na formação acadêmica e na construção do espírito de pesquisa.

Ao professor Dr. Manoel Pinto, responsável pelo engrandecimento do meu amor incondicional à Amazônia.

Aos professores Dr. Jadson Porto e Dr. Adalberto Ribeiro, que na qualificação da pesquisa dedicaram contribuições fundamentais à composição e maturação do trabalho.

Ao meu Orientador, Professor, Guia e Conselheiro Dr. Valter Gama de Avelar, que com suas experiências, ponderações, correções, compromisso, apreço e dedicação, construiu comigo uma dissertação da qual podemos ter orgulho.

“No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade se converte em razão: razão como desenvolvimento frenético da produtividade, como conquista da natureza, como incremento da riqueza de bens; mas, irracional, porque a alta produção, o domínio da natureza e a riqueza social se convertem em forças destrutivas”.

Herbert Marcuse, 1968.

RESUMO

A configuração do espaço amazônico é resultado histórico das Relações Socioambientais que nele se consolidaram. Como relações de poder (social, político, econômico, cultural e físico-natural) as Relações Socioambientais, complexa rede de interdependências próprias da sociedade/natureza, representam um campo de forças onde atores, sujeitos, gestão e demandas convergem e divergem produzindo o que pode ser denominado de sociedade de risco. Nesta, a ação do poder determina tanto a territorialização, quanto o desenvolvimento socioeconômico da região. Tais circunstâncias, vistas APA da Fazendinha (Macapá/Amapá) esboçam um mosaico conflitante, em que, a degradação é como um sistema orgânico, dinâmico e retroativo, que dá múltiplos significados à pressão urbana e à ocupação desordenada ao mesmo tempo em que sufoca o predicado do uso sustentável. Nela, as relações/demandas socioambientais apresentam forma e conteúdo diversos, explicam-se pela lógica do espaço em disputa, derivado de um campo de forças em que distorções de caráter socioeconômico, político e cultural (tais como a falta de política habitacional; a incipiência de renda familiar; a negligência de saneamento urbano e outros) caracterizam a territorialidade da área. As estratégias habitacionais, isto é, as invasões e edificações de palafitas insalubres, tanto quanto, o modo de vida da população instalada, representam um grave dano/impacto denotativo da pressão antrópica, em que, a comunidade e o ecossistema são penalizados por processos de degradação humana e ambiental. Atrelado ao movimento de ocupação/pressão urbana e antropismo, a ingerência da gestão institucional constitui fator de sério comprometimento da viabilidade e da sustentabilidade da Unidade de Conservação, pois, a inexistência do monitoramento e da inibição sistemática das invasões/ocupações constantes, assim como, da especulação imobiliária, condicionam-na a uma dinâmica de *'bairro'*, no qual a geração de demandas urbanas são incompatíveis com as prerrogativas de uma Área de Proteção Ambiental. A degradação socioambiental na APA da Fazendinha está materializada por eventos de natureza quantitativa e qualitativa, uma vez que, associado ao crescimento populacional constante, evidenciam-se múltiplas situações de deposição de resíduos sólidos; vegetais; animais; e dejetos humanos no entorno das residências e para dentro do Rio Amazonas, do Igarapé da Fortaleza e Igarapé do Paxicu, com os quais a APA tem limites de demarcação. Além disto, visualiza-se uma condição de insalubridade humana absurda nas ocupações e no modo de vida da população que tem reversão direta na falta de qualidade de vida, tanto do meio, quanto dos sujeitos que nele interagem. Trata-se aqui de um estudo explicativo-descritivo em que a produção e tratamento das fontes foram norteados por uma abordagem de caráter quanti-qualitativa, considerando-se os fundamentos da História Ambiental. Seu objetivo é explicar a influência das relações socioambientais (ocupação/uso/degradação) na territorialidade da APA da Fazendinha no conjunto de sua forma/conteúdo contemporâneo (1974 a 2010). Destacam-se Territorialização, Desenvolvimento e Área Especialmente Protegida, como categorias de análise.

Palavras-chave: Relações Socioambientais, Territorialização, Ocupação/Usos/Degradação, Desenvolvimento, Área Especialmente Protegida.

ABSTRACT

The configuration of the amazon space is resulted report of the Relationships Socioenvironmental that consolidated in him. The relationships of power (social, political, economical, cultural and physical-natural) the Relationships Socioenvironmental, complex net of own interdependences of the society/nature, they represent a field of forces where actors, subjects, administration and demands converge and they diverge producing what can be denominated of risk society. In this, the action of the it can it determines the territorialization so much, the development socioeconomic of the area. Such circumstances, views APA of the Fazendinha (Macapá/Amapá) they sketch mosaic conflicting, in that, the degradation is system organic, dynamic and retroactive, that gives multiples meanings to the urban pressure and the occupation disordered at the same time in that suffocates the predicate of the maintainable use. In her, the relationships/demands socioenvironmental present form and several content, they are explained by the logic of the space in dispute, derived of field of forces in that distortions of character socioeconomic, political and cultural (such as the lack of habitational politics; the incipience of family income; the negligence of urban and other sanitation) they characterize the territoriality of the area. The habitational strategies, that is, the invasions and constructions of unhealthy stiltses, so much, the way of life of the installed population, they represent serious damage/impact denotative of the pressure anthropogenic, in that, the community and the ecosystem are punished by processes of human and environmental degradation. Harnessed to the movement of urban occupation/pressure and anthropism, the mismanagement of the institutional administration constitutes factor of serious compromising of the viability and of the sustainability of the Unit of Conservation, because, the inexistence of the monitoring and of the systematic inhibition of the constant invasions/occupations, well, of the real estate speculation, they condition it to dynamics of 'neighborhood', in which the generation of urban demands is incompatible with the prerogatives of an Area of Environmental Protection. The degradation socioenvironmental in APA of the Fazendinha is materialized by events of quantitative and qualitative nature, once, associated to the constant population growth, multiple situations of deposition of solid residues are evidenced; vegetables; animals; and human dejections in I spill it of the residences and inside of Rio Amazonas, of Igarapé of Fortaleza and Igarapé of Paxicu, with which APA has demarcation limits. Besides, condition of absurd human unsoundness is visualized in the occupations and in the way of life of the population that has direct reversion in the lack of life quality, so much of the middle, of the subjects that interact in him. It is treated here of an explanatory-descriptive study in that the production and treatment of the sources were orientated by quanti-qualitative character approach, being considered the foundations of the Environmental History. Your objective is to explain the influence of the relationships socioenvironmental (occupation/use/degradation) in the territoriality of APA of the Fazendinha in the group of your contemporary form/content (1974 to 2010). They Especially Stand out Territorialization, Development and Area Protected, analysis categories.

Key-Words: Relationships Socioenvironmental, Territorialization, Occupation/Use/Degradation, Development, Area Especially Protected.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1- Proposição de Diagrama do Método Científico da Dissertação.....	28
Figura 2- Mapa do Brasil datado de 1749, com destaque para a região Amazônica. No canto direito (inferior) identifica-se: South America Drawn from the Best Maps by. [Elaborado por T. Jefferys 1749, 25,4x23,7cm, a partir do trabalho de outros cartógrafos].....	55
Figura 3- Mapa da Região Amazônica com identificação de vilas e cidades fundadas entre os séculos XVII e XVIII. Destaque para o delineamento hidrográfico e limites territoriais com projeção na década de 1990.....	56
Figura 4- Imagem iconográfica da disposição amazônica fora do território brasileiro até 1822 (destaque sombreado acima).....	62
Figura 5- Áreas Especialmente Protegidas na Amazônia Brasileira. Em A: Terras Indígenas. Em B: Unidades de Conservação (UCs) Estaduais e Federais.....	67
Figura 6: Diagrama da Relação de Retroalimentação no Desenvolvimento Regional.....	71
Figura 7- Esboço Temático de AEPs no Brasil: unidade de conservação de uso sustentável; unidade de conservação de proteção integral; e reserva particular do patrimônio natural (destaque para região Amazônica).....	75
Figura 8- Mapa das Áreas Especialmente Protegidas no Brasil (Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral e Uso Sustentável), identificadas por bioma.....	85
Figura 9- Mapa Geral das Áreas Especialmente Protegidas do Estado do Amapá, com identificação dos municípios e da rede hidrográfica estadual e destaque para a APA da Fazendinha.....	86
Figura 10- Distribuição Espacial das Principais Áreas Especialmente Protegidas no Estado do Amapá, incluindo Terras Indígenas e RPPN, proposição de Silva (2010).....	88
Figura 11- Proposta de Diagrama Representativo das Relações Socioambientais na Dinâmica da Territorialização Amazônia.....	97
Figura 12- Croqui da área de abrangência de 193,53 ha da Reserva Biológica da Fazendinha, reconhecida no município de Macapá/AP entre os anos de 1984 a 2004.....	105

Figura 13- Mapa poligonal da APA da Fazendinha. Em destaque, localização da APA dentro do perímetro do município de Macapá. (Dimensões reais: 55.88 cm de largura por 50 cm de altura).....	108
Figura 14 (A e B)- Cenário de ocupação da APA da Fazendinha (Igarapé do Paxicu). Destaque para a ocorrência igapó e de palmeiras, principalmente açazeiros, na vegetação do lugar.....	109
Figura 15- Em A: Ponte palafita de acesso principal ao núcleo de ocupação da APA. Em B: Ponte palafita secundária de acesso interno ao núcleo de ocupação (situado entre a Rodovia Juscelino Kubitschek e o Igarapé da Fortaleza).....	110
Figura 16 (A, B e C)- Padrão de ocupação/construção habitacional da APA da Fazendinha.....	111
Figura 17- Proposição de Diagrama da Territorialização Simplificada da APA da Fazendinha.....	112
Figura 18- Imagem Aérea com visão parcial da APA da Fazendinha. Destaque para o Igarapé da Fortaleza e para a Ponte de Concreto que fazem a conexão entre os municípios de Macapá e Santana (esquerda/direita) e para o uso/ocupação comercial e pressão urbana.....	114
Figura 19- Pontos Georreferenciados do Levantamento Socioambiental da APA da Fazendinha, ilustrando as áreas de ocupação/uso às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek, do Igarapé da Fortaleza, do Igarapé do Paxicu e próximo a “praia” de Fazendinha.....	120
Figura 20- Proposição de Fluxograma da Rotação Socioambiental.....	132
Figura 21- Cotidiano da Antropização Funcional na APA da Fazendinha. Em A: cenas da dinâmica de coleta de lixo; B: constância de lixo plástico próximo das moradias; C: identificação de resíduos de matéria-prima (madeira) em estaleiro.....	134

GRÁFICOS

Gráfico 1- Comparativo da Ocupação (famílias) na Rebio (1995 a 2003) e na APA da Fazendinha (2003 a 2009).....	117
Gráfico 2- Comparativo da Ocupação/Uso da APA da Fazendinha (base de georreferenciamento- Setembro de 2010).....	122
Gráfico 3- Comparativo da Ocupação/Uso Residencial/Familiar na APA da Fazendinha- 1974 (Parque Florestal) a 2010 (APA).....	124
Gráfico 4- Comparativo da Relação Inversa entre Decréscimo de Área e Acréscimo Uso/Ocupação Residencial/Familiar na APA da Fazendinha- 1974 (Parque Florestal) a 2010 (APA).....	125
Gráfico 5- Variação de Médias Quantitativas dos Moradores da APA da Fazendinha: idade, indivíduos por casa, filhos e renda.....	126

Gráfico 6- Condição Econômica da População da APA da Fazendinha: estimativa de renda com e sem complementação de programas assistenciais do governo federal e/ou estadual.....	127
Gráfico 7- Demonstrativo do Estado/Município de Origem da População com Uso Residencial na APA da Fazendinha.....	128
Gráfico 8- Motivação Preponderante para Migração/Inserção Populacional na APA da Fazendinha.....	129
Gráfico 9 (A e B)- Em A: Comparativo da Ocupação/Uso Residencial Cadastrado pelo Órgão Gestor da APA da Fazendinha- SEMA. Em B: Tempo de Permanência da Ocupação/Uso Residencial.....	130
Gráfico 10- Perspectiva da Condição de Inserção Populacional na APA da Fazendinha. Em A: Meio de Inserção; em B: Condição da Presença na APA.....	131
Gráfico 11- Tratamento de Resíduos Domésticos Produzidos na APA da Fazendinha.....	134
Gráfico 12- Característica dos Resíduos Sólidos Produzidos a partir de Atividade/Uso Comercial na APA da Fazendinha.....	135
Gráfico 13- Tratamento dado Pelos Moradores aos Dejetos Humanos.....	137
Gráfico 14- Sistema de Coleta para Abastecimento Doméstico de Água.....	139
Gráfico 15- Patologias mais Frequentes entre os Moradores da APA.....	140
Gráfico 16- Avaliação dos moradores quanto à convivência com os gestores da UC.....	145
Gráfico 17- Utilização dos Recursos Ambientais como Subsistência na Unidade de Conservação de Uso Sustentável- APA da Fazendinha.....	146
Gráfico 18- Avaliação das Condições Socioambientais na APA.....	147

QUADROS

Quadro 1- Interpretações do Conteúdo Textual do Relatório Bruntland.....	46
Quadro 2- Índices da Degradação Socioambiental (social, econômica e ecológica) no Planeta-ano/ referência/2000.....	47
Quadro 3- Referências de Promoção da Globalização da Política Ambiental no Brasil.....	51
Quadro 4- Comparativo para Análise do Desenvolvimento da Amazônia.....	60
Quadro 5- Comparativo para Análise da Política de Integração e Desenvolvimento na Amazônia.....	63
Quadro 6- Síntese de Argumentos da Integração da Amazônia à Economia e à Sociedade Nacional.....	64
Quadro 7- Esboço Comparativo entre o ARPA e o PAS.....	66

Quadro 8- Evolução dos Principais Instrumentos de Criação de Áreas Especialmente Protegidas no Brasil.....	78
Quadro 9- Classificação das UCs Brasileiras.....	81
Quadro 10- Demonstrativo Geral de UCs sob Gestão Federal no Bioma Amazônico (Proteção Integral).....	82
Quadro 11- Demonstrativo Geral de UCs sob Gestão Federal no Bioma Amazônico (Uso Sustentável).....	83
Quadro 12- Abordagem da Crise Socioambiental.....	102

TABELAS

Tabela 1- Matriz de Registro de Compilação dos Dados Gerais dos Informantes.....	34
Tabela 2- Matriz de Registro de Compilação dos Nominais/Cadastramento dos Moradores da APA da Fazendinha- Macapá/AP.....	35
Tabela 3- Matriz de Registro de Compilação dos Dados Gerais da Ocupação/Uso Comercial.....	37
Tabela 4- Matriz de Registro de Compilação dos Aspectos Gerais da Matriz Familiar dos Moradores da APA da Fazendinha.....	37
Tabela 5- Matriz de Registro de Compilação das Condições de Saúde e Meio Sanitário dos Moradores da APA da Fazendinha.....	38
Tabela 6- Matriz de Registro de Compilação dos Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão da APA da Fazendinha- Macapá/AP.....	39
Tabela 7 (A e B)- Projeção da Evolução Ocupacional na Área da APA da Fazendinha (1995 a 2003- Rebio, e 2009- APA).....	112
Tabela 8- Comparativo da Ocupação Populacional na APA da Fazendinha- 1974 a 2010.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre
AEP- Área Especialmente Protegida (s)
AM- Amazonas
AP – Amapá
APA- Área de Proteção Ambiental
APUD- Citado por
ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA - Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
BCA- Banco de Crédito da Amazônia
BF- Bolsa Família
CDB- Convenção sobre Diversidade Biológica
CEMA- Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente do Amapá
Cf.- Confira
CMMDA - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CQNUMC- Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas
DS- Desenvolvimento Sustentável
ESEC - Estação Ecológica
Et al.- Outros autores
FLONA - Floresta Nacional
GEA – Governo Estado do Amapá
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibid.- Na mesma obra
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Id.- Do mesmo autor
ICOMI- Empresa Indústria e Comércio de Minerais S.A.
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza
JD- Jornal do Dia
MA – Maranhão
MT – Mato Grosso
ONGs – Organização (ões) Não Governamental (is)
Op. cit.- Na obra citada
P.- Página
PA- Pará
PARNA - Parque Nacional
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PDA- Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PI – Proteção Integral

PIM- Pólo Amazônia Industrial
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PP.- Páginas
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPGMDR- Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO - Reserva Biológica
RPVM- Renda Para Viver Melhor
RESEX - Reserva Extrativista
RO – Rondônia
RR – Roraima
SEFAZ- Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá
S.d.- Sem data
S.I- Sem local
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNRH – Sistema Nacional de Recursos Hídricos
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
S.P- Sem paginação
SPVEA- Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TERRAP – Instituto de Terras do Amapá
TFA – Território Federal do Amapá
TR- Transferência de Renda
UCs- Unidade (s) de Conservação
UCUS- Unidade de Conservação de Uso Sustentável
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
US – Uso Sustentável
WWF - Fundo Mundial para a Natureza
ZFM- Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	18
2- DESVELANDO A FONTE PELO MÉTODO.....	23
2.1- DESCRIÇÃO DO MÉTODO DA PESQUISA.....	23
2.1.1- Quanto ao Objeto.....	23
2.1.2- Quanto ao Local de Estudo.....	23
2.1.3- Quanto às Fontes.....	24
a) Análise de Documento.....	24
b) Análise de Conteúdo (método/técnica).....	25
c) Georreferenciamento.....	26
d) Análise de Levantamento (técnica).....	26
2.1.4- Quanto à Natureza.....	26
2.1.5 Instrumentos de Trabalho.....	27
a) Questionário de Levantamento.....	28
b) Roteiro de Entrevista.....	28
2.2- METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO.....	30
2.2.1- Pesquisa Documental em Bibliotecas Institucionais.....	30
2.2.2- Georreferenciamento dos Pontos de Ocupação da APA da Fazendinha.....	30
2.2.3- Levantamento Socioambiental de Ocupação/Usos/Degradação da APA da Fazendinha.....	31
2.2.4- Execução da Matriz de Leopold <i>in loco</i> e Registros Iconográficos do Fenômeno Pesquisado.....	32
2.3- LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL: MATRIZES SIMPLIFICADAS DE QUANTIFICAÇÃO E TABULAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
3- FUNDAMENTOS DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL.....	40
3.1- MEIO AMBIENTE: INTERRELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA.....	40
3.2- A FORMAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL.....	44
3.3- AS INTERFACES DO SOCIOAMBIENTALISMO NO BRASIL.....	49
4- AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DA TERRITORIALIZAÇÃO AMAZÔNICA.....	55
4.1- DA ÓTICA DE APROPRIAÇÃO COLONIAL AO ARGUMENTO DA INTEGRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	58
4.2- NUANCES DO DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVA AMAZÔNIA.....	68
4.3- TERRITORIALIZAÇÃO DE ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS: BRASIL-AMAZÔNIA-AMAPÁ.....	75
5- A RETROATIVIDADE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL: TEORIA E EMPIRISMO NA AMAZÔNIA-AMAPÁ.....	90
5.1- RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: PODERES, CONFLITOS E RACIONALIDADES.....	90
5.2- FACES DA SOCIEDADE DE RISCO.....	99

6- OCUPAÇÃO, USO E DEGRADAÇÃO NA TERRITORIALIDADE DA APA DA FAZENDINHA (AMAPÁ-AMAZÔNIA – 1974 A 2010)	104
6.1- DECRETOS E APROPRIAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO ORDENAMENTO “DAS FAZENDINHAS”: PARQUE FLORESTAL– RESERVA BIOLÓGICA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	104
6.1.1- Aspectos Fisiográficos da APA da Fazendinha.....	106
6.1.2- Habitação e Modo de Vida da População Residente na APA.....	110
6.2- APA DA FAZENDINHA: OCUPAÇÃO, ANTROPISMO E INGERÊNCIA NO USO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	115
6.2.1- O Monitoramento do Antropismo Populacional.....	118
6.2.2- Levantamento Socioambiental da Ocupação/Usos Residencial/Comercial.....	121
6.2.3- Forma/Conteúdo da Degradação Socioambiental.....	132
6.3- PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO DESCENTRALIZADA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA.....	142
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A	166
APÊNDICE B	170
APÊNDICE C	172
ANEXO	175

1- INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental da Fazendinha (Estado do Amapá), palco de investigação do objeto deste estudo, é aqui entendida como um recorte da Amazônia onde, os processos territoriais são determinados pelas diferentes dinâmicas das relações socioambientais evidentes nesse espaço. Nela, as apropriações são fortemente representadas pelas normatizações (Decretos e Leis) e, pelos conflitos orgânicos (sociedade/natureza), que fazem da mesma um *lócus* de territorialização contínua.

Transcorridos pouco mais de 5 anos de sua criação (GEA/Decreto nº 0873/04), a APA continua sendo palco de disputas fundiárias e conflitos de ordem socioambiental, em que, as relações de poder tem perpetuado a hegemonia institucional dos decretos e leis que orientam a dinâmica de apropriação desse espaço.

Por tais considerações, esta dissertação situa-se na área temática de concentração **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional** do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Enquanto abordagem acadêmica está direcionada pela linha de pesquisa **Organização do Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**.

Institucionalmente, a proposição do estudo se fez face às demandas teóricas/metodológicas/acadêmicas de implementação do Desenvolvimento Regional como estratégia de Gestão Pública. Por assim ser, “**RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**” é uma proposição que considera o enfoque de um Desenvolvimento Regional voltado a direcionar instrumentos e mecanismos para implementação de projetos e políticas que virtuem o planejamento integrado e a gestão descentralizada, particularmente, no que se refere a dinâmica das Relações Socioambientais. O recorte temporal de 1974 a 2010, está assim definido, por considerar-se três questões principais:

Primeiro: a pesquisa trabalha com a perspectiva da (re)territorialização do espaço elencado, ou seja, o espaço circunscrito a Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, cuja primeira referência de apropriação socioambiental é

como Parque Florestal de Macapá, em 1974, na seqüência, como Reserva Biológica da Fazendinha, em 1984 e, finalmente como APA da Fazendinha, em 2004.

Segundo: o ano de 1995 é o marco em que se pode encontrar o primeiro relatório institucional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), sobre o processo de ocupação, uso e degradação da então Reserva Biológica da Fazendinha, posterior APA da Fazendinha, documento que foi atualizado em 1998, 2003 e 2009.

Terceiro: estende-se a proposição da pesquisa até o ano de 2010, pela necessidade de atualização dos dados, referentes ao processo de ocupação/uso/degradação da APA, o que permite melhores parâmetros de comparação e análise do comportamento evolutivo da territorialização do lugar.

Tendo como abordagem teórica e tratamento das fontes a perspectiva da História Ambiental, que possibilita compreender as transformações no espaço/tempo, a partir do estudo das Relações de Poder e Desenvolvimento, se destacam Territorialização, Desenvolvimento e Área Especialmente Protegida, como categorias de análise do objeto de estudo: “Relações Socioambientais no processo de ocupação, uso e degradação da APA da Fazendinha”, situado nas áreas de ocupação/uso das margens da Rodovia Juscelino Kubitschek-AP 010, Igarapé da Fortaleza e Igarapé do Paxicu, no município de Macapá/AP, Amazônia Setentrional.

Nas interfaces desse objeto questiona-se: “De que maneira as Relações Socioambientais no processo de ocupação, uso e degradação influenciaram na (re)territorialização da APA da Fazendinha durante o recorte de 1974 a 2010?”

A hipótese inicial é que: as Relações Socioambientais entendidas como relações de poder que se materializam no tempo-espaço, e que conferem ao mesmo uma forma-conteúdo diversos, determinaram o processo de (re)territorialização da APA da Fazendinha, a medida que a dinâmica de inserção populacional e seu modo de vida cotidiano, representaram a perpetuação de práticas antrópicas caracteristicamente nocivas e incompatíveis com a objetivação jurídica e sustentável dessa Unidade de Conservação.

Como justificativa deste trabalho científico, ressalta-se que compreender a dinâmica das Relações Socioambientais é fator primordial à discussão teórica e à implementação prática do Desenvolvimento, seja na Amazônia, no Amapá ou em qualquer recorte da ocupação/uso humana. Posto que, é a partir do encadeamento

dessas relações de poder que as formas e os conteúdos do espaço (ambiente e seus recursos) vão sendo materializadas.

De tal modo, explicar a natureza do campo de forças que se desenha quando da ocupação e uso de um dado lugar, acarreta em respostas para os conflitos de ordem social/econômica/ambiental/cultural, que embora se apresentem historicamente embricados, são sistematicamente dissociados a depender dos interesses da gestão pública.

Assim, o estudo das interfaces dessa dinâmica socioambiental na APA da Fazendinha, além de aplicar metodologias e teorias que elucidam tal fenômeno, também representa a validação do empiricismo e da pesquisa científica como meio de explicar o cotidiano da relação sociedade/natureza.

Os esforços do método científico e da metodologia de campo foram direcionados para satisfazer ao objetivo geral de explicar a influência das relações socioambientais (ocupação/uso/degradação) na territorialidade da APA da Fazendinha no conjunto de sua forma/conteúdo contemporâneo e aos objetivos específicos de:

a) Realizar o levantamento socioambiental da APA de modo a:

- Qualificar a configuração e identificar a natureza (homogênea e/ou heterogênea, conflituosa e/ou harmoniosa, sustentável e/ou degradável) das relações socioambientais;
- Caracterizar a dinâmica de ocupação no espaço da APA, entre 1974 e 2010, através de indicadores urbanos (localização, vias de acesso, atendimento de serviços básicos como: água, luz, transporte, saúde, educação, comunicação) e indicadores demográficos (número de famílias, média de moradores por residência, distribuição espacial, área de influência, taxa de migração entre 1995 e 2010);
- Representar o *status* da ocupação atual da APA a partir do georreferenciamento e identificação do tipo de inserção: residência, comércio, bar, estaleiro, balneário, e afins;

b) Dimensionar as interfaces das Relações Socioambientais (conflitos, demandas, potencialidades, impactos da degradação e viabilidade de políticas públicas) através da conexão e cruzamento de informações referentes aos aspectos da socioeconomia, da urbanização/saneamento básico e da antropização.

Com o intento de corresponder a tais objetivos, a dissertação foi construída da seguinte forma: um capítulo teórico-instrumental, dois capítulos teórico-conceituais e dois capítulos de discussão e resultados.

No capítulo teórico-instrumental “DESVELANDO A FONTE PELO MÉTODO” são apresentados os fundamentos da base científica que conferem validade à opção metodológica, aos instrumentos práticos manipulados em campo e, principalmente, ao tratamento de dados e resultados alcançados durante e pós atividades de pesquisa.

Os dois capítulos teórico-conceituais encontram-se assim definidos: “FUNDAMENTOS DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL”, o qual contempla uma discussão concernente com as abordagens teóricas, políticas, instrumentais e institucionais que estruturam o processual histórico de formação e consolidação do debate socioambiental.

Em “AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DA TERRITORIALIZAÇÃO AMAZÔNICA”, trata-se do caráter efetivo da dinâmica dessas relações no processo de ocupação, uso e degradação dentro da Amazônia Brasileira, ao que se recorta, principalmente, as perspectivas e práticas do desenvolvimento econômico integrado ao contexto nacional e suas estratégias de realização. Tais capítulos representam um ensaio de proposta às bases de uma historiografia socioambiental brasileira.

A partir dos dois capítulos de discussão e resultados têm-se: “A RETROATIVIDADE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL: TEORIA E EMPIRISMO NA AMAZÔNIA-AMAPÁ”, cujas afirmativas e argumentações ponderam sobre o campo de forças retroativo em que poder e racionalidade condicionam a relação sociedade/natureza, caracterizando a dinâmica do cotidiano socioambiental com conflitos, dilemas e riscos acarretados pelas demandas de ocupação/uso, outrossim, o modo como se representa e como se lida com tais demandas, que na prática, são socioambientais.

No último capítulo “OCUPAÇÃO, USO E DEGRADAÇÃO NA TERRITORIALIDADE DA APA DA FAZENDINHA (AMAPÁ-AMAZÔNIA – 1974 A 2010)” são apresentados e discutidos fatores e elementos da dinâmica das Relações Socioambientais que determinam forma (tempo/espaço) e conteúdo (sujeito/objeto) diversos à sociedade/natureza, em particular à APA da Fazendinha.

Nessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o processo histórico de territorialização é analisado e demonstrado como resultado orgânico de Relações Socioambientais, em que antropismo e ingerência representam as principais forças de degradação e geração de demandas que dão faces de risco àquele lugar.

Por sua vez, nas Considerações Finais, é ratificado o caráter *sui generis* dessa Área de Proteção Ambiental, palco de discussão deste trabalho, bem como, é reafirmada a hipótese inicial da pesquisa e seus objetivos são dados como válidos e plenamente alcançados.

2- DESVELANDO A FONTE PELO MÉTODO

A abordagem dissertativa construída para textualizar os resultados e discussões quanto ao fenômeno da dinâmica das Relações Socioambientais no recorte específico da APA da Fazendinha, fez-se com a priorização de um método e uma metodologia de pesquisa que se aprofundasse no conhecimento do cenário, do contexto e dos sujeitos implicados no objeto de estudo. De tal modo, o trabalho desenvolvido apresenta uma relação de complementariedade e embricamento entre fonte-método-metodologia-resultados-discussões-proposições.

2.1- DESCRIÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA

Como diretriz fundamental na produção do conhecimento científico, o método é o mecanismo inerente que molda a formatação e os resultados que a pesquisa apresentará (MARCONI; LAKATOS, 2006). Assim, para a melhor composição deste trabalho científico optou-se por desenvolver uma pesquisa nos seguintes termos:

2.1.1- Quanto ao Objeto

Explicativa/Descritiva: classificada desta forma por tratar-se de um trabalho que busca analisar um processo e identificar os elementos que contribuem para sua recorrência, além de descrever a sistemática como o fenômeno se evidencia.

Para Rodrigues (2007), a pesquisa explicativa se propõe a “[...] *identificar fatores determinantes para a ocorrência dos fenômenos*”. Por sua vez, na pesquisa descritiva, “[...] *fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador [...]*”, recorrendo-se, para tanto, ao “[...] *uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário e observação sistemática)*”.

2.1.2- Quanto ao Local de Estudo

Pesquisa de Campo: definida nos termos de Rodrigues (*op. cit.*), para o qual, a pesquisa de campo é caracterizada pela “[...] *observação dos fatos tal como*

ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas". Deste modo, definiu-se a observação direta do objeto de estudo para reconhecimento do mesmo e, levantamento com questionário de perguntas fechadas e entrevista semi-estruturada para composição sistemática dos sujeitos que se relacionam ao objeto.

2.1.3- Quanto às Fontes

a) Análise de Documento: inferências às Leis, Decretos, Atas, Ofícios, Relatórios, Resoluções, Diagnósticos, Mapas, Imagens e, *"[...] qualquer suporte que contenha informação registrada [...] que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros [...]"* (ABNT, 2000).

Phillips (1974) apud Ludke e André (1986, p.38) informam que são considerados documentos *"[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano"*. Os autores enumeram uma lista de fontes que podem ser caracterizadas como documentos: regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, jornais, revistas, discursos entre outros. Estes, citando Caulley (1991), justificam que *"[...] a análise documental busca identificar informações factuais a partir de hipóteses de interesse"*.

Como um importante instrumento capaz de informar sobre a natureza do contexto em que os objetos/sujeitos pesquisados se realizam, o uso da fonte documental é preponderante no desenvolvimento da pesquisa, não podendo ser descartado, ainda que outros métodos de investigação se apliquem (LUDKE; ANDRÉ, *op. cit.*, p.39; PIMENTAL, 2001).

As peculiaridades dessa fonte também são ratificadas quando:

"[...] de fato, o documento representa já uma interpretação de fatos reais elaborada por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do historiador" (MANSSINI, 1984, pp. 21-22).

O uso do documento, como fonte primária de investigação precisa, necessariamente, estar associado a outras fontes: se possível diretas de informação, que possam oferecer o contato direto do pesquisador com fatores que influenciam o fenômeno estudado. Logo, tem-se como princípio, que:

"Documentos disseminam afirmações sobre o mundo em que vivemos que tanto pretendem oferecer representações únicas sobre a realidade como

trazer soluções idealizadas para problemas diagnosticados. Convém observar que qualquer discurso, ao enfatizar determinados objetos e certos conceitos, omite outros” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 439).

Por esta razão, fica justificado que, tanto os objetivos da pesquisa, quanto a técnica da análise de conteúdo serão fundamentais para o melhor aproveitamento dessas fontes.

b) Análise de Conteúdo (método/técnica): interpretação de categorias teóricas e fontes documentais que tratam do objeto e/ou versam sobre o tema da pesquisa. Como método de abordagem técnica, seu objetivo é compreender o sentido ou a multiplicidade de sentidos e as intencionalidades presentes em um dado documento, discurso ou afirmação teórica, seja qual for à natureza destes (BACELAR, 2005; CAMPOS, 2004; FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1996; MORAES, 2003; SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Segundo CAMPOS (*op. cit.*, p.612), “[...] o método de análise de conteúdo é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da lingüística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (*hermenêutica*)”, isto é, aquilo que se diz, de fato, e aquilo que se pode inferir do conteúdo expresso na fonte de pesquisa. Assim:

“Em relação aos conteúdos manifestos (explícitos), é dele que se deve partir (tal como se manifesta) e não falar ‘através dele’, num exercício de mera projeção subjetiva, da mesma maneira é importante que os resultados da análise de conteúdo devam refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos no conteúdo das comunicações” (FRANCO 1986 apud CAMPOS, *op. cit.*, p. 613).

O autor afirma que a etapa de leitura (decodificação), tratamento (seleção de unidades de significado) e análise (interpretação/arguição) da fonte propiciam “[...] uma interação significativa do pesquisador com o material de análise, pois como um contato totalizante, muitas das impressões trabalhadas no contato direto com o sujeito afloram na lembrança e auxiliam na condução deste procedimento” (id.).

Embora a análise de conteúdo seja um método de natureza interpretativa, sua validação ocorre pelo rigor dos procedimentos, posto que, em essência, trata-se de “[...] uma técnica de pesquisa para a descrição, objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo interpretá-las” (BERELSON, 1976 apud FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, *op. cit.*, p.2).

Em síntese, “[...] a análise de conteúdo é uma técnica de refino, portanto delicada, e que exige, [...] muita dedicação, paciência e tempo [...], disciplina e

perseverança, rigor ao decompor um conteúdo ou contabilizar resultados ou análises” (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1996, p.2).

c) Georreferenciamento: marcação, plotagem e distinção de pontos de inserção em espaço ocupado através do Sistema de Posicionamento Global (GPS), utilizando aparelho receptor do tipo GPSmap 76CSx (da marca Garmin) para gravação de trackpoints (pelo método de tempo-intervalo de dois segundos) e, os softwares GPS TrackMaker Profissional e Spring para processamento de dados e produção mapográfica a partir de um ambiente de Sistema de Informação Geográfica (BERNARDI; LANDIM, 2002; ROCHA et al., [S.I]).

d) Análise de Levantamento (técnica): dados e informações tabuladas e sistematizadas a partir de: 1) questionário executado pela técnica de amostragem simples (neste caso 100% das unidades ocupacionais georreferenciadas) e, 2) roteiro de entrevista. Deste modo, houve a produção de dados estatísticos primários, isto é, não se aplicou ao mesmo a estatística multivariada com aporte da probabilidade, uma vez que, não ocorreu o tratamento de isolar variáveis para uma mesma inferência (SOUSA; SILVA, 2003).

Tal instrumento teve a prerrogativa de proporcionar informações *in natura* da dinâmica estudada, sendo, portanto, um levantamento técnico simplificado para caracterizar as dimensões do fenômeno (BARBETTA; REIS; BORNIA, 2004). Os resultados estão dispostos em tabelas, quadros e gráficos que compõem o estudo técnico e a base de dados da pesquisa.

2.1.4- Quanto à Natureza

Pesquisa Quantitativa/Qualitativa: justificada pelo tratamento quantitativo/estatístico dos dados coletados, associado à interpretação e tratamento subjetivo das fontes informacionais às quais a pesquisa recorreu para explicar as relações entre os sujeitos que interagem com o objeto (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005.; FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, *op. cit.*; NEVES, 1996; ANDRÉ, 1993; MINAYO; SANCHES, 1993;).

Pela definição de Minayo e Sanches (*op. cit.*, pp. 240-243), a análise quantitativa, nada mais é do que, a leitura matemática de um dado fenômeno. Essa leitura pode ser transformada em uma linguagem probabilística, estatística ou ainda,

em uma amostra, a depender dos objetivos da sistematização validados pelo pesquisador. Neste sentido, a linguagem matemática, torna-se um instrumento metodológico utilizado para “[...] *descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações*”. Vale ressaltar que, para os autores, “[...] *quanto mais complexo é o fenômeno sob investigação, maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada*”.

Pope e Mays (1995, p.42), argumentam que:

“Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho raciocinal e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição”.

Em pesquisas qualitativas, é preponderante que, tanto o método quanto as técnicas para a análise de dados, proporcionem um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos durante o processo de coleta, uma vez que se considere a pluralidade de significados e o caráter polissêmico dos mesmos (CAMPOS, 2004, p.611).

Neves (1996, p.1) afirma que a pesquisa qualitativa “[...] *compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social*”, para o qual, as relações socioambientais não são estranhas.

A análise qualitativa é, portanto, uma metódica sistematização coerente de dados e informações (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Deste modo, o esforço metodológico concentra-se em “[...] *trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis*” (VIANNA, 2003, p.45).

Portanto, nas condições interdisciplinares em que a pesquisa se localizou, a mesma esta caracterizada como: Explicativa/Descritiva de caráter quanti-qualitativo.

2.1.5- Instrumentos de Trabalho

A metodologia “[...] *é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do*

conhecimento, de uma maneira sistemática” (RODRIGUES, 2007, p.2). Nesta perspectiva, os instrumentos utilizados na particularidade desta dissertação foram:

a) Questionário de Levantamento: o uso deste instrumento admite:

“[...] colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores” (QUIVY; CHAMPENHOUDT, [S.l.], p.20).

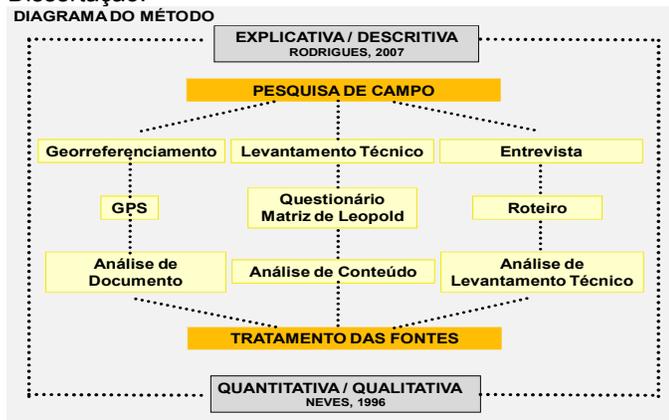
Nesta pesquisa, ele destinou-se à coleta de informações objetivas que foram posteriormente tratadas/analizadas em gráficos e/ou tabelas e quadros comparativos.

b) Roteiro de Entrevista: utilizado para obtenção e compilação de informações subjetivas relacionadas aos sujeitos envolvidos na pesquisa: gestores e moradores da APA da Fazendinha. A partir da entrevista, “[...] pretende-se levar o interlocutor a exprimir a sua vivência ou a percepção que tem do problema [...]” e/ou do objeto investigado na pesquisa (QUIVY; CHAMPENHOUDT, *op. cit.*, p.120).

Banister et al. (1994) apud Szymanki (2002, p.100) define a entrevista como um instrumento “[...] empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”. A autora avança afirmando que “Lakatos (1993) inclui como conteúdos a serem investigados, fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais ou do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos”.

De forma estrutural, o método científico adotado nesta dissertação seguiu, a proposição sintetizada no diagrama ilustrado pela figura 1:

Figura 1- Proposição de Diagrama do Método Científico da Dissertação.



Com uma síntese prática, o diagrama apresentado anteriormente demonstra as correlações do método e da metodologia, sendo a mesma explicativa/descritiva de caráter quantitativo/qualitativo em suas proposições de trabalho de campo e tratamento de dados e fontes.

2.2- METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

Considerados os elementos que compõem a estratégia do método selecionado para validar o processo de investigação, assim como, a proposição de resultados e argumentos para o fenômeno retratado nesta dissertação, os procedimentos metodológicos da abordagem técnica *in natura* e *in loco*, foram planejados para quatro matrizes de fontes. Por tal condição, os trabalhos de pesquisa foram sistematizados em:

2.2.1- Pesquisa Documental em Bibliotecas Institucionais

De partida, a localização de documentos- relatórios, ofícios, iconográficos, projetos de lei e afins- foi realizada junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), uma vez que esta detém a gestão direta da Unidade de Conservação (cito a APA da Fazendinha) que corresponde ao cenário de investigação do fenômeno objeto da pesquisa e ao local onde três (das quatro) etapas do trabalho de campo foram efetivadas.

O acesso aos documentos disponíveis na Secretaria ocorreu a partir da Biblioteca Ambiental e Memorial da SEMA, durante os meses de maio de 2009 a dezembro de 2010, sempre contando com o auxílio de técnicos deste setor público.

Outras importantes fontes documentais relativas à APA da Fazendinha foram disponibilizadas por pesquisadores que já realizaram estudos de natureza diversa neste local. Cito que também houve o acesso à documentos acadêmicos científicos: relatórios, monografias de graduação e monografias de especialização. Além destes, documentos destacados pelo Presidente do Instituto Cumáú (mandato 2009), também compõem a primeira base temática da pesquisa documental/institucional.

2.2.2- Georreferenciamento dos Pontos de Ocupação da APA da Fazendinha

Por ser um dos objetivos operacionais elencados neste trabalho científico, o georreferenciamento das unidades de ocupação presentes na APA da Fazendinha foi uma etapa decisiva no processo de investigação. Principalmente, ao ser considerada a natureza de fragilidade dos dados e informações oficiais disponíveis quanto a este local de estudo e seu processo de territorialização.

Contando com a participação e o apoio técnico de servidores da SEMA, este procedimento de coleta foi executado em setembro de 2010. E, durante os meses de novembro de 2010 a março de 2011, ocorreu o processamento dos pontos coletados por GPS e a configuração iconográfica disposta e discutida no item 6.2.1- “O Monitoramento do Antropismo Populacional”, 6º capítulo do trabalho.

2.2.3- Levantamento Socioambiental de Ocupação/Usos/Degradação da APA da Fazendinha

Naturalmente definido para a pesquisa de campo por se considerar imprescindível a produção de dados técnicos confiáveis, sistemáticos e quantificáveis, já que a pesquisa documental não conseguiu suprir tal demanda.

Neste caso, mesmo diante de um desafio técnico e operacional de relativa proporção, posto da exiguidade temporal do programa de mestrado e da falta de condições logísticas para tanto, optou-se pela execução de um levantamento socioambiental por duas razões: primeiro- não havia dados suficientes para suprir a necessidade investigativa do fenômeno e, segundo- era fundamental realizar um procedimento técnico de contato direto com a população que, ao mesmo tempo, possibilitasse a cobertura total da ocupação/uso identificada no georreferenciamento.

Novamente com o apoio técnico de servidores e estagiários da SEMA, os questionários do levantamento foram aplicados à moradores (ocupantes com uso residencial) e à comerciantes (ocupantes com uso de atividade comercial) entre os meses de setembro e dezembro de 2010. Além da perspectiva da produção de dados, o levantamento também possibilitou o cadastramento da população inserida na área. Logo, a partir deste trabalho, é possível fazer mensurações, proposição de políticas e trabalhos afins, uma vez qualificada a precisão técnica dessas informações.

As discussões objetivadas pelo tratamento aplicado às informações coletadas no levantamento socioambiental da APA da Fazendinha estão distribuídas no textual dos sub-capítulos 6.2- APA DA FAZENDINHA: OCUPAÇÃO, ANTROPISMO E INGERÊNCIA NO USO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, e 6.3- PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO

DESCENTRALIZADA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA.

2.2.4- Execução da Matriz de Leopold¹ *in loco* e Registros Iconográficos do Fenômeno Pesquisado

Esta etapa da pesquisa de campo foi desenvolvida em duas situações distintas, considerando o recorte temporal dos 24 meses disponíveis para integralização do mestrado.

Inicialmente, tanto a matriz de observação (anexo A) quanto os registros iconográficos foram efetuados entre junho de 2009 e maio de 2010 (em visitas breves e esporádicas ao local de estudo) para otimizar a pré-pesquisa de campo. Na seqüência, a composição dessas fontes foi aperfeiçoada (em concomitância com o levantamento socioambiental) entre os meses de setembro e dezembro de 2010.

Os resultados distintos a partir dessas fontes tratam de uma abordagem qualitativa do fenômeno investigado, e por tal condição, também se apresentam distribuídos ao longo do textual do capítulo 6, o mesmo ocorrendo com as discussões realizadas com base no roteiro de entrevista.

2.3- LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL: MATRIZES SIMPLIFICADAS DE QUANTIFICAÇÃO E TABULAÇÃO DE RESULTADOS

Na concomitância do trabalho de campo as etapas de processamento e tabulação das informações coletadas começaram a ser gerenciadas a partir da compilação em tabelas e posterior transposição para quantificações gráficas e/ou percentuais. Neste último caso, os resultados estão inseridos nas discussões do 6º capítulo desta dissertação.

¹Importante instrumento para qualificar e mensurar o *status* de antropização de um determinado espaço, pois a mesma, fundamenta-se em apontar possíveis interações entre ações e fatores, para, em seguida, estabelecer numa escala que varia de 01 a 10, a magnitude e importância de cada impacto, identificando sua natureza positiva ou degradativa (COSTA; CHAVES; OLIVEIRA, 2005, p.8).

As matrizes simplificadas de quantificação e tabulação de resultados foram classificadas em 6 tabelas (dispostas a seguir) complementares que reúnem as indicações de respostas procedidas pelos informantes (ocupantes) do levantamento através do questionário padrão desenvolvido (apêndice A).

A matriz de registro de compilação a seguir (tabela 1) reúne informações específicas quanto aos informantes diretos do levantamento, isto é, apresenta dados práticos da condição social como: referências a faixa etária, documentação e condição civil, vinculação ao lugar habitado e, a base populacional geral da APA da Fazendinha, considerando-se número de filhos e moradores citados em cada unidade familiar/residencial. O ganho de tais informações está na possibilidade de qualificar a condição socioeconômica dessa população, fator que invariavelmente condiciona a dinâmica de ocupação/uso. Ressalta-se que, a rigor, cada informante direto representa uma família identificada na ocupação do local de investigação.

Tabela 1- Matriz de Registro de Compilação dos Dados Gerais dos Informantes.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPA/AP (SET./DEZ., 2010)																
C o n t a g e m	Nome do Informante	S e x o	Idade (anos)	Data Nasc.	Conta em Banco	Documentos Pessoais				Condição Civil			Vínculo		Base Populacional	
						RG	CPF	Título	Carteira de Trabalho	Estado Civil	Escolari- dade	Ocupação Remune- rada	Estado de Origem	Perma- nência na APA (anos)	Nº de Filhos	Nº de Mora- dores na Casa
1*	Rosa Silva Santos	F	22	15/05/88	não	não	não	não	não	União	Analfabeta	não	Breves-PA	-1	4	6
DADOS RELATIVOS APENAS A QUANTITATIVO DE MORADORES																
QUANTITATIVO DE MORADORES NÃO IDENTIFICADOS																

1* Exemplificação de preenchimento (sistematização) com dados reais de informantes.

Fonte: Proposição da Autora.

A partir da segunda matriz de registro de compilação (tabela 2 abaixo) foi possível realizar o cadastro dos moradores da APA da Fazendinha. Informações significativas como, relações parentais, idade dos moradores, condição econômica relacionada a trabalho e a participação em Programas de Transferência de Renda, puderam ser sistematizadas. Tais informações ampliaram a perspectiva de informantes indiretos do levantamento e, além disso, representam um avanço técnico na caracterização dessa população, constituindo um banco de dados que poderá nortear futuras ações e estratégias de gestão pública na área.

Tabela 2- Matriz de Registro de Compilação dos Nominais/Cadastramento dos Moradores da APA da Fazendinha – Macapá/AP.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPÁ/AP (SET./DEZ., 2010)								
C o n t a g e m	Nome do Informante	Nº de Moradores	Nominais dos Moradores	Parentesco com o Informante	Idade em anos	Identificação da Ocupação Residencial (Nº SEMA ou CEA)	Nº de Pessoas com Atividade Remunerada	Renda Familiar (R\$) * Com Transferência de Renda
1*	Rosa Silva Santos	6	S.I	Esposo	S.I	CEA- 1791	1	270-540
			Renan Bispo da Silva	Filho	4			
			Ramon Bispo da Silva	Filho	3			
			Ramile Bispo da Silva	Filha	2			
			Renata Bispo da Silva	Filha	1			
DADOS RELATIVOS APENAS A QUANTITATIVO DE MORADORES								
QUANTITATIVO DE MORADORES NÃO IDENTIFICADOS								

1* Exemplificação de preenchimento (sistematização) com dados reais de informantes.

Fonte: Proposição da Autora.

Na execução do levantamento socioambiental, percebeu-se a necessidade de desenvolver um questionário específico para os ocupantes comerciais da área. No trato dos dados disponibilizados pelos informantes, foi gerada a matriz de registro de compilação disposta na tabela 3 (mais adiante), que aborda apenas aspectos da ocupação/uso comercial direto. Nessa compilação, encontram-se três classes de informações: questões relativas à

condição íntima dos informantes, no tocante a dados pessoais; características gerais da condição do uso e; condicionamento dos gestores frente à dinâmica de ocupação.

Pela formatação da matriz de registro de compilação dos aspectos gerais da matriz familiar buscou-se encadear e correlacionar elementos da prática cotidiana dos ocupantes, principalmente aqueles que qualificam o condicionamento e o comportamento sociocultural das famílias. De tal forma, foi possível registrar, por exemplo, o *status* de acesso e preferência a meios de comunicação; as interfaces da condição alimentar; as relações interpessoais estratégicas ligadas a religião; ao trabalho; a locomoção entre outros (tabela 4). Orienta-se que o gerenciamento desses dados também oportuniza uma perspectiva técnica quanto às estratégias cotidianas dessa população em se adaptar ao meio e os desdobramentos degenerativos que tais práticas podem acarretar ao lugar da ocupação/uso.

Tabela 3- Matriz de Registro de Compilação dos Dados Gerais da Ocupação/Usos Comerciais.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPA/AP (SET./DEZ., 2010)																
C o n t a g e m	Nome do Informante	Número de Identificação	Dados Pessoais				Características do Uso					Ocupação e Relação com o Órgão Gestor				
			Sexo	Idade anos	Escolaridade	Estado de Origem	Qualidade da Ocupação /Uso	Tempo de Atuação	Tipo de Atividade	Tipo de Resíduo Produzido	Destinação dos Resíduos	Licença do Órgão Gestor da APA	Instalação na APA	Condição da Ocupação	Tipo de Edificação	Relação com os Gestores da APA
1*	Clemente Coelho	Sem Núm.	M	60	Fund. Inc.	Portel-PA	Com./Res.	2 a 4	Pescado	Perecíveis	Coleta Pública	não	Permissão	Própria	Madeira	Conflituosa

1* Exemplificação de preenchimento (sistemização) com dados reais de informantes.

Fonte: Proposição da Autora.

Tabela 4- Matriz de Registro de Compilação dos Aspectos Gerais da Matriz Familiar dos Moradores da APA da Fazendinha.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPA/AP (SET./DEZ., 2010)																			
Religião		Meio de Comunicação mais usado		Preferência na Tv		Posse de Aparelhos Domésticos		Locomoção/Mobilidade mais usado		Via mais comum de aquisição de alimentos		Refeições Diárias		Base Alimentar		Assistência Governamental com TR		Motivo de migração	
Católica	140	Telejornal	193	Jornais	163	Televisão	213	Ônibus	148	Mercadinho	201	Uma	5	Bolacha	156	RPVM (AP)	31	Trabalho	55
Assembléia		Rádio		Novelas		Geladeira		Bicicleta		Supermercado		Duas		Laticínios		BF (Federal)		Educação	
Advendista		Jornal		Artistas		Fogão		Moto		Feira		Três		Feijão		Renda/Bolsa		Saúde	
Culto-Afro		Revista		Filmes		Ventilador		Carro Próprio		Trocas		Cinco		Arroz		Não		Viver Melhor	
Outros		Internet		Educativo		Ap. DVD		Lotação		Outros		Sem informação		Farinha		Sem informação		Outros	
Sem informação		Sem informação		Sem inform.		Ap.Som		Embarcação		Sem informação				Açaí				Sem informação	
						Ar Condiçõ.		Sem informação						Legumes					
						Computador								Peixe					
						Microondas								C. Bovina					
						Sem informação								Frango					
														Sem informação					

Fonte: Proposição da Autora.

Enfocando aspectos do cotidiano funcional das famílias, isto é, as práticas que se relacionam diretamente com a qualidade de vida no lugar de morada e/ou permanência, como saúde pública e meio sanitário, a matriz de registro de compilação abaixo (tabela 5), agrupa as informações geradas para auxiliar na qualificação da degradação socioambiental visualizada na APA da Fazendinha.

Tabela 5- Matriz de Registro de Compilação das Condições de Saúde e Meio Sanitário dos Moradores da APA da Fazendinha.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPA/AP (SET./DEZ., 2010)							
Coleta de Dejetos		Resíduos Domésticos		Limpeza Pública na Comunidade		Abastecimento de Água	
Fossa Séptica	23	Coleta Pública	212	Permanente	21	Público	138
Fossa Negra		Despejo em Área Aberta		Esporádica		Coleta do Rio	
Fossa Aberta		Despejo no Rio		Inexistente		Sem informação	
Esgoto Público		Queimado		Sem informação			
Sem informação		Sem informação					
Enfermidades		Utilização de Saúde Pública		Regularidade em Exames Médicos		Uso de Serviço Odontológico	
Dengue	63	Hospital	97	Sim	148	1 vez	63
Malária		Posto de Saúde		Não		2-4 vezes	
Sarampo		Farmácia Popular		Outros		Frequentemente	
Catapora		Nenhum		Sem informação		Nunca	
Diarréia		Sem informação				Sem informação	
Verminose							
Hepatite							
Sem informação							

Fonte: Proposição da Autora.

Quer seja, em função de impactos negativos diretos ao meio concernentes a lixo e limpeza pública ou, impactos negativos diretos e indiretos aos moradores, acarretados pela precariedade das condições sanitárias, essa população é ao mesmo tempo passiva e agente potencial no processo de degradação. Pela tabela 5, também se pode caracterizar uma relação de retroatividade que claramente, se desdobra em problemáticas de saúde pública e saúde da família dentro da Unidade de Conservação.

Formatada para reunir informações quanto à natureza da ocupação/uso e a condução da gestão institucional na APA da Fazendinha, a matriz de registro de compilação a seguir (tabela 6), apresenta questões próprias da dinâmica de uso residencial dentro da Unidade de Conservação, bem como, oportuniza caracterizar a relação que os moradores estabelecem com a perspectiva do uso sustentável dos

recursos ambientais e, enfim, a forma como os gestores da APA têm sua atuação avaliada pela população.

Tabela 6- Matriz de Registro de Compilação dos Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão da APA da Fazendinha.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA APA DA FAZENDINHA – MACAPA/AP (SET./DEZ., 2010)									
Meio de Inserção na APA		Condição da Estada na APA		Tipo de Habitação		Condição de Moradia na APA		Reaproveitamento de Resíduos Plásticos	
Compra de Área	121	Permanente	190	Alvenaria	1	Própria	199	Sim	58
Invasão		Transitória		Madeira		Alugada		Não	
Cessão		Sem informação		(Alvenaria/Madeira)		Cedida		Sem informação	
Permissão do Gestor				Sem informação		Invadida			
Sem informação						Sem informação			
Energia Pública		Utilização de Recursos da APA (subsistência)		Condições Socioambientais da APA		Relação com os Gestores da APA		Participação nas Decisões da Gestão da APA	
Regular	76	Açaí	139	Boa	19	Harmoniosa	99	Sim	80
Irregular		Pescado		Ruim		Conflituosa		Esporádica	
Insuficiente		Madeira		Péssima		Impositiva		Só em Audiência	
Sem informação		Não		Sem informação		Participativa		Não	
		Sem informação				Sem informação		Sem informação	

Fonte: Proposição da Autora.

3- FUNDAMENTOS DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL

A modernização da vida iniciada com as inovações da ciência a partir do século XVII legou à sociedade emergente, tecnologias e produtividades nas mesmas proporções em que decretou distúrbios sociais, econômicos, culturais e ambientais, isto é, distúrbios socioambientais², síntese objetiva do complexo sistema em que os “novos tempos modernos³” estão inseridos. Nessa nova sociedade que tenta se reorganizar diante das crescentes implicações desses distúrbios, a relação entre sociedade/natureza⁴ está se colocando como um dos principais pontos de debate e articulação interinstitucional e internacional para a produção de conhecimento técnico e sistemático, bem como, para a formulação de políticas públicas de alcance global (BRAUN, 2008; DUARTE, 2004; FOLADORI; TAKS, 2004).

3.1- MEIO AMBIENTE: INTERRELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Diante do ritmo de vida, trabalho, produção e consumo impostos pelo modelo econômico desenhado por Adam Smith⁵ ainda no século XVIII, se difundiu em oposição aos danos causados pela sociedade industrial, o mito da existência de uma dinâmica harmoniosa entre sociedade e natureza nos tempos da pré-industrialização, isto é, tempos circunscritos às sociedades não-industrializadas ou primitivas (FOLADORI; TAKS, *op. cit.*). Entretanto, essa falsa teoria que determina a

²Distúrbios socioambientais são aqui caracterizados como todo e qualquer evento que determina danos temporários ou duradouros à sociedade. A exemplo, considera-se: acidentes físico-químicos; ocupação de áreas protegidas; perda de biodiversidade e de diversidade cultural; poluição de águas fluviais; alterações climáticas com resultados diretos no cotidiano das populações urbanas, ribeirinhas, litorâneas, entre outros (DEMAJOROVIC, 2003; LEFF, 2008; LIMA; RONCAGLIO, 2001).

³Denotativo do uso excessivo de recursos ambientais para produção de bens, tecnologias, desenvolvimento agrícola, e outros.

⁴Na relação proposta, Natureza, está sendo entendida de modo diferente ao conceito original, para o qual sua concepção marca a idéia de um ambiente natural ou não-alterado. Segundo Santos (1997, p.186), “[...] a história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural [...] por um meio cada vez mais artificializado”. Para Matias [S.d], é fundamental entender a natureza como elemento do ambiente e construir um conceito que seja instrumentalizador das práticas cotidianas.

A partir de ambos autores, admite-se neste estudo um conceito de Natureza para o qual, a mesma é identificada como um fator elementar do ambiente, que garante à sociedade disponibilidade de bens (recursos) próprios a seu desenvolvimento e que também reflete os reflexos desse desenvolvimento.

⁵Para Adam Smith, criador da Teoria do Liberalismo Econômico, apenas o trabalho produtivo é capaz de promover o aumento da riqueza. “O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados” (SOUZA, 2005, p.58).

responsabilidade pelo amplo estágio depreciativo das degradações socioambientais⁶ do presente, às sociedades pós-industriais, se desfaz facilmente, pois:

“Reconhece-se, hoje, que as populações que, há cerca de 12 mil anos, cruzaram a ‘ponte’ de ‘Beringia’ do nordeste asiático para o Alasca, participaram na extinção de mamutes, mastodontes e outros grandes mamíferos, à medida que avançavam rumo ao sul do continente. A conhecida tese [...] sobre o papel dos caçadores paleolíticos na extinção de animais em continentes de colonização tardia, forneceu uma prova dos efeitos diretos e indiretos que sociedades com tecnologias ‘simples’ são capazes de provocar a longo prazo sobre o meio ambiente, ainda que outras variáveis, como mudanças climáticas, possam também intervir” (FOLADORI; TAKS, 2004, p.324).

“O conhecimento de que grupos humanos podem ter efeito deletério sobre o meio ambiente é antigo, e há relatos, em textos clássicos⁷, sobre o desaparecimento de civilizações que se dedicaram à exploração continuada e desordenada de seus territórios” (DUARTE, 2004, p.4).

Máquinas e tecnologias modernas não são os únicos mecanismos capazes de provocar desmatamentos maciços e grandes danos ambientais, posto que, sociedades de caráter extremamente primitivo⁸ também foram capazes de agir contra a ordem natural. Ainda que não se elabore uma comparação mensurável das conseqüências ou das dimensões dessa ação em curto prazo, não se pode descartar a interrelação construída desde o homínido original, ressaltando-se:

“[...] a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo que, em um ‘efeito bumerangue’, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas. No interior desse complexo de forças, não é possível esperar que as atividades das sociedades não-industriais sejam ‘adaptativas’ (no sentido de tender ao equilíbrio), enquanto que a sociedade industrial moderna seria *não-adaptativa*” (FOLADORI; TAKS, *op. cit.*, p. 326).

⁶“Manifestas como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana” (LEFF, 2008, p.17).

⁷Sobre o desaparecimento de populações antigas favorecido pelo processo de adaptação e uso diferenciado do meio, toma-se como referência na perspectiva desta dissertação as abordagens descritas em: ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

⁸Guardadas as devidas proporções enquadram-se os grupos humanos da era Pré-histórica (Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais) no caráter geral, e da Pré-História do Brasil/Amazônia num recorte mais particularizado. Ressalta-se que em ambos tempos-espacos, o nomadismo das populações estava, principalmente, caracterizado pelo processo de adaptação ao meio, considerando alimentação, moradia e condições climáticas.

As interrelações que permeiam a organização de sociedades em espaços coletivos, isto é, espaços onde se torna possível a instalação de todo um sistema dinâmico que assegure trabalho, moradia, mobilidade, abastecimento, saneamento, caracterizam-se como relações pertinentes a um campo de força, ou um campo de equilíbrio de forças, cujas representações sociopráticas⁹ denotam o uso circunstancial da natureza, seja este de caráter harmônico ou não. Assim, destaca-se, que o caso das “[...] epidemias de varíola entre os anos 251 e 266 d.C., a peste bubônica nos séculos XIII e XIV, [...] são exemplos eloqüentes de uma relação pouco harmônica com a natureza externa e interna ao ser humano” (FOLADORI; TAKS, 2004, p.325).

Segundo Naves (2004, p.123), “[...] o meio ambiente, deve ser entendido como um meio socialmente construído, algo do qual as pessoas fazem parte”. Por princípio, a natureza interna ao ser humano diz respeito àqueles elementos que corriqueiramente podem ser controlados, adaptados e utilizados sem grandes dificuldades (seja através da utilização do conhecimento empírico, do conhecimento científico ou do uso de tecnologias) e, a natureza externa corresponde aos elementos e eventos dos quais o ser humano é um objeto passivo, isto é, está impedido de intervir em sua ocorrência direta, como é o caso de enchentes, tsunamis, terremotos, efeitos de mudanças climáticas (El Niño, La Niña), entre outros (FOLADORI; TAKS, *op. cit.*; LIMA; RONCAGLIO, 2001).

Na relação dialética estabelecida entre a natureza interna e externa ao ser humano, isto é, a relação sociedade/natureza, uma grave distorção tem sido intensificada nas últimas décadas: a Mudança Climática e seus efeitos a médio e longo prazo. Entendida atualmente como um reflexo lento, gradual e direto do modo de produzir e viver das sociedades humanas (mesmo as menos impactantes),

“A mudança climática representa a relação de cada aspecto com o todo. Incide sobre a biodiversidade, tem impacto sobre a situação das florestas e sofre os efeitos dela, atinge a atividade produtiva humana, está conectada a muitas doenças infecciosas, etc. A mudança climática unifica os diversos problemas ambientais. Reflete, assim, perfeitamente aquela idéia da interrelação entre os fenômenos e os ciclos de vida, tão importante na ecologia. Ademais, ninguém fica alheio às mudanças climáticas. Elas aparecem como uma preocupação de todos, unificam ideologicamente a

⁹Marcas deixadas pelos grupos humanos quando de sua apropriação do espaço. Entende-se que a relação sociedade/natureza caracteriza-se também pelo conteúdo cultural dos grupos intervencionistas. Assim, como há várias culturas, vários grupos sociais distintos, concomitantemente reconhecem-se formas variadas de relacionamento com a natureza. Alguns grupos humanos são altamente impactantes e outros pouco agredem o ambiente (MATIAS, [S.d]).

espécie humana. Seguindo os preceitos da ecologia, a mudança climática representa um desafio para a sociedade humana como espécie (FOLADORI;TAKS, 2004, p.331).

Lima e Roncaglio (2001, p.54) afirmam que “[...] a ação da sociedade sobre a natureza transforma, desnaturaliza, socializa esta natureza [...]”, o que torna o Meio Ambiente, esse lugar de vivência e atuação humana, um ambiente (espaço) socialmente construído, marcado tanto por relações de poder/dominação quanto por interdependência contínua (NAVES, 2004).

Diante desse quadro de interrelações da sociedade/natureza que tem intensificado formas de distorções e desequilíbrios, favorecidos por processos de ocupação urbana, utilização de terras para o agronegócio e atividades econômicas as mais variadas com vistas ao desenvolvimento das Nações, é que estas, têm se empenhado em um debate para formação de uma Política Ambiental Internacional, foco da discussão a seguir.

3.2- A FORMAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL

O século XIX foi marcado por uma revolução no modo de vida das sociedades. Profundas mudanças no campo da política, da cultura e da economia, trouxeram significados novos à forma de apropriação (ocupação/uso) do espaço. A própria Revolução Industrial¹⁰ (segunda metade do século XVIII), redefiniu a relação das sociedades europeias com seu ambiente, principalmente, no que se refere aos impactos imediatos da degradação, os quais passaram a compor uma crescente preocupação com os efeitos da poluição e da deteriorização da qualidade de vida. Nesse contexto, tiveram início as primeiras discussões em torno de uma Política Ambiental Internacional que resguardasse qualidade de vida e desenvolvimento econômico em caráter global (BRAUN, 2008; CANÊDO, 1998; DUARTE, 2004).

Braun (*op. cit.*, p.21), ao discutir “*As raízes da crise ambiental e os esforços convencionais para a proteção do Meio Ambiente*”, afirma que:

“[...] o modelo de progresso herdado pela revolução industrial do século passado, que se caracterizou por um crescimento econômico a qualquer preço- e mesmo com todos os problemas econômicos atuais- continua se desenvolvendo na mesma dinâmica institucional massiva com o qual iniciou o processo historicamente. Vem com isso, criando uma série de efeitos negativos que a nossa geração simplesmente não consegue resolver”.

Duarte (*op. cit.*, pp.4-5) destaca que, ainda que se considerem os fortes danos socioambientais provocados pela sociedade moderna (pós-industrial) do século XIX, foi somente na segunda metade do século XX, que os problemas ambientais tomaram caráter global de discussão, “[...] e passaram a suscitar medidas governamentais e não governamentais, políticas, jurídicas, econômicas e educacionais em escala mundial”. Sabe-se, de todo modo que, tal processo se constituiu a partir de duas vertentes do pensamento: o globalismo e o localismo, respectivamente esboçados em (a) e (b):

(a)- “Entre as décadas de 1970 e 1980, os indicadores deste processo de desenvolvimento foram os desastres ambientais da Severo Chemical (*Roche*), na Itália, o acidente nuclear de Three Mile Island, nos EUA, os acidentes de Chernobyl, na extinta União Soviética, incluindo o derrame do petroleiro *Valdez*, da corporação *Exxon*, no Alasca. Estes desastres provocaram um dramático crescimento da conscientização ambiental no mundo, principalmente na Europa e nos EUA” (BRAUN, *op. cit.*, p.22).

¹⁰“Expressão estabelecida para nomear os acontecimentos que, a partir do século XVIII, modificaram de forma brusca a vida das sociedades humanas, dando forma e vigor à sociedade industrial que conhecemos” (CANÊDO, *op. cit.*, p.7).

(b)- “Antes de meados da década de 1980, os problemas ambientais eram nacionais, regionais ou locais; eram discretos e se relacionavam à contaminação dos rios, ao desmatamento, à poluição ambiental urbana, à depredação de espécies animais e vegetais, aos efeitos de produtos químicos sobre a saúde, etc” (FOLADORI; TAKS, 2004, pp.330-331).

Aliado a isto, a recomposição dos conceitos de fronteira e território sofreram desdobramentos funcionais do processo de globalização, apontando para os:

“Interesses comuns, o caráter transfronteiriço e o estreito laço entre meio ambiente e questões socioeconômicas podem ser uma explicação plausível para a rápida assimilação dos temas ambientais na agenda internacional, especialmente durante as décadas de 1980 e 1990. Em primeiro lugar, alguns problemas só podem ser administrados por meio da cooperação entre todos os Estados do Sistema Internacional. Ou seja, a cooperação internacional ambiental pode ter lugar a partir de interesses comuns entre os Estados. Tal é o caso do adelgaçamento da camada de ozônio e das mudanças climáticas. Existem, ainda, os recursos globais comuns, como os oceanos, a atmosfera, o espaço exterior e, para alguns, os recursos genéticos. Em segundo lugar, existem problemas locais ou regionais que ultrapassam fronteiras tornando-se, dessa forma, transnacionais, como a chuva ácida ou o depósito de certos materiais tóxicos em locais que sofrem a ação de forças naturais, como rios e ventos” (DUARTE, 2004, p.5).

No alinhamento das Políticas Internacionais de Meio Ambiente, a *National Environmental Policy Act*¹¹, criada em 1969 é um marco nesse processo de discussão, principalmente, porque acabou se tornando um documento referencial para a proposição dessa política em outros países, dentre os quais o próprio Brasil. Na seqüência dessa discussão mundial sobre as degenerações do Meio Ambiente, o ano de 1970, marca a instituição do Clube de Roma¹² e, a edição de um de seus mais polêmicos relatórios, “*Os limites do Crescimento*”, no qual se defendia a desaceleração do crescimento de países do chamado Terceiro Mundo, como medida preventiva às degradações ambientais que se avolumavam em todo o Planeta (BRAUN, 2008; DUARTE, *op. cit.*).

Com grandes repercussões, o relatório produzido pelo Clube de Roma, incitou a realização da primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo-1972 (Suécia). Muitos organismos internacionais foram criados a partir desse processo de discussão mundial, entre eles: PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente); WWF (Fundo Mundial para a

¹¹Política Ambiental Americana.

¹²Organização Científica formada por cientistas de vários países, principalmente da Europa, reunidos inicialmente em 1970, na Itália, para discutirem a evolução da problemática socioambiental em caráter de emergência mundial (BRAUN, *op. cit.*).

Natureza); IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), que dentre outros, fortaleceram a discussão e a gestão internacional (BRÜSEKE, 1998).

Criada em 1984 para discutir e avaliar os processos de degradação ambiental, assim como, as políticas a isto relacionadas, a CMMDA (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), publicou em 1988 o documento conhecido como “*Nosso Futuro Comum*” ou “*Relatório Bruntland*”. Neste, destacam-se duas referências complementares expostos em a e b (quadro 1):

Quadro 1- Interpretações do Conteúdo Textual do Relatório Bruntland.

(a)	(b)
<p>“[...] reconhece as disparidades entre as nações e a forma como se acentuam com a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. Busca, entretanto um terreno comum onde propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que plasmam o campo conflitivo do desenvolvimento. Assim, começou a configurar-se uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações do orbe” (LEFF, 2008, p.19).</p>	<p>“Faz parte de uma série de iniciativas [...], as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas” (LIBERATO, 2008, p.16).</p>

A partir da discussão científica e política que envolve a produção do *Relatório Bruntland*, Duarte (2004, p.5), reafirma o caráter complexo do socioambientalismo enfatizando o fato de que “[...] os problemas ambientais e os dilemas socioeconômicos são indissociáveis [...]”, como lembra o próprio relatório, além de ter servido como base para a discussão do Desenvolvimento Sustentável que vem ganhando força desde então (BRÜSEKE, 1998).

Os eventos de cunho internacional para a discussão do Meio Ambiente viveram uma intensificação a partir da década de 1990. Dentre eles destaca-se: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD), realizada em junho de 1992, no Brasil, uma das mais bem-sucedidas conferências dado o alcance e a participação de chefes de Estado e que:

“Além da Declaração do Rio, que apresenta 27 princípios gerais de atuação em meio ambiente e desenvolvimento, a Conferência produziu a Convenção-Quadro¹³ sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), a Convenção

¹³ As convenções-quadro estabeleciam diretrizes básicas e normas para ação, mas deveriam ser complementadas por acordos específicos, que tratariam dos aspectos mais complexos ou difíceis de negociar. Assim é que as negociações para a elaboração do protocolo adicional à Convenção sobre Mudanças Climáticas iniciaram-se pouco tempo depois da Conferência e tiveram começo auspicioso. Os países desenvolvidos preparam relatórios minuciosos sobre as emissões de gases-

sobre Diversidade Biológica (CDB), a Declaração de Princípios das Florestas e a Agenda 21, documento extenso que propõe um programa de ação para o desenvolvimento sustentável” (DUARTE, 2004, p.8).

Outro destaque foi a Conferência de Quioto, em dezembro de 1997 no Japão, na qual se produziu o Protocolo de Quioto, documento que estabeleceu a Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas e, pelo qual, os Estados signatários da Convenção-Quadro (Estados Unidos, Brasil, França, Itália e outros) comprometeram-se em reduzir as emissões de gases-estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990, durante o período 2008-2012 (BRAUN, 2008; DUARTE, *op. cit.*).

No bojo do debate internacional, o PNUMA passou a elaborar relatórios sistemáticos abordando os avanços da degradação socioambiental no Planeta. A exemplo disso, apresenta-se uma compilação no quadro 2:

Quadro 2- Índices da Degradação Socioambiental (social, econômica e ecológica) no Planeta-ano/referência/2000.

1	800 milhões de pessoas sofrem de desnutrição; no ano de 2020 prevê-se que este número chegará a 1 bilhão e meio; 2 bilhões de pessoas sofrem com insuficiência de micronutrientes no organismo.
2	1/3 (pouco mais de 2.100 bilhões de pessoas) da população mundial sofre com a carência de água; 2/3 terão dificuldades em obter água no ano 2025.
3	O desaparecimento de espécies animais e vegetais avança em ritmo entre 1000 e 10.000 vezes maior que o seu desaparecimento natural; estima-se que nos próximos 100 anos podem desaparecer 2/3 das espécies a um ritmo mais veloz que a extinção dos dinossauros.
4	A cada ano se perde mais de 25 bilhões de toneladas de solo fértil; a erosão dos solos ameaça o sustento de mais de 1 bilhão de pessoas.
5	20% dos peixes estão extintos, ameaçados ou em perigo de extinção; cerca de 70% dos estoques de pesca marinha são explorados além de sua capacidade.
6	5 milhões de pessoas pobres morrem todos os anos por causa de enfermidades, como a diarreia, transmitida pela água contaminada; outras 2,5 milhões morrem por problemas respiratórios provocados pela queima de combustíveis fósseis.
7	O aquecimento global provocado pelas atividades humanas mediante a emissão de gases, como o dióxido de carbono (CO ₂) e os desmatamentos, provocou, somente em 1998, uma perda econômica comparável a toda a década de 1980.

Fonte: Informações compiladas a partir de Braun (*op. cit.*, pp.22-23).

Numa síntese dos eventos internacionais mais representativos, têm-se a reunião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, na cidade

estufa e vários encontros se sucederam até a finalização do Protocolo de Quioto, em 1997” (DUARTE, *op. cit.*, p.9).

“Nesse acordo, a comunidade internacional reconhece as mudanças climáticas como um problema ambiental, real e global, bem como o papel das atividades humanas nas mudanças climáticas e a necessidade de cooperação internacional. Estabelece como objetivo final a estabilização dos gases de efeito estufa em um nível no qual a atividade humana não interfira no sistema climático, ou no qual as mudanças no clima ocorram lentamente de modo que permita a adaptação dos ecossistemas, além de assegurar que a produção de alimentos e o desenvolvimento econômico sigam de maneira sustentável” (SANTILLI, 2005, p.45).

de Joanesburgo/África do Sul, tendo como produto maior, o Plano de Implementação, que enfatizava a erradicação da pobreza como meta a ser cumprida (DUARTE, 2004, p.10). Em 2009, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada em Copenhagen na Dinamarca, se destinou a reformular o acordo ilustrado no Protocolo de Quioto e assim, implementar políticas públicas visando reduzir o fenômeno do aquecimento global.

Enfim, como está descrito até aqui, nota-se que uma Política Ambiental de caráter Internacional têm se formado em função de discussões que concentram a problemática do Desenvolvimento Econômico e seus desdobramentos para o meio natural, os reflexos disto na qualidade de vida socioambiental da população e, os efeitos da degradação socioambiental a longo prazo.

O Brasil se insere neste contexto global como um país de forte produtividade econômica e, portanto, grande fomentador de processos degenerativos ao meio, seja em impactos diretos de degradação industrial ou indireto, através de acentuada derrubada de matas nativas, poluição urbana e outros. Todavia, tem-se mostrado implementador de discussões e políticas que visam reverter à aceleração da degradação socioambiental, aspectos esboçados a seguir.

3.3- AS INTERFACES DO SOCIOAMBIENTALISMO NO BRASIL

Boeira (2003, p. 526) defende o argumento de que as inserções da degradação ambiental marcam a história brasileira desde o período colonial e, o próprio nome do país, 'Brasil', acabou sendo resultado do mercantilismo exploratório da árvore 'pau-brasil', "[...] *que superou a ideologia religiosa e a designação de Santa Cruz*". Segundo o autor, "[...] *os diversos ciclos econômicos foram, de certa forma, 'desastres ecológicos', pois a cada fase de intensa exploração e prosperidade seguiu-se outra de estagnação e decadência*".

O autor supra-citado, enfatiza quatro sistemáticas diferentes (a, b, c) para o auto-retrato da relação sociedade/natureza no Brasil, entre os séculos XVI-XX:

- a) o elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade da devastação; b) o elogio da ação humana em sentido abstrato, distante das suas conseqüências destrutivas; c) a crítica da destruição da natureza, com proposta de modernização urbano-industrial; d) a crítica da destruição da natureza, com a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional (BOEIRA, *op. cit.*, p.526).

De acordo com Santilli (2005), existem estudos que comprovam o nascimento de uma crítica ambiental no Brasil entre os séculos XVIII-XIX, quando se vivia o marco da exploração econômica da madeira, da cana-de-açúcar, do café, da mineração, da borracha, em que políticos e abolicionistas tentavam reagir ao modelo de desenvolvimento implementado, primeiro no Brasil Colônia, depois no Brasil Império e, por fim, no mesmo Brasil que compõe atualmente (2010) o *Brics*¹⁴.

Normativamente, a regulamentação ambiental só se estabeleceu no Brasil com a instalação do Estado centralizador e, a partir de 1930, é possível indicar três momentos na história da política ambiental do país¹⁵: a) 1930 a 1971- caracteriza-se pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) 1972 a 1987- marcado pelo ápice da ação intervencionista do Estado; c) 1988 aos dias atuais- identificado pelos processos de descentralização da gestão e pela disseminação do discurso de desenvolvimento sustentável (BOEIRA, *op. cit.*).

De forma institucional, a Conferência de Estocolmo, em 1972, abriu o precedente para que vários países estabelecessem mecanismos de gestão para

¹⁴Grupo dos países de economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

¹⁵Cf. CUNHA, Sandra Baptista C.; COELHO, Maria. C.N. **Política e gestão ambiental**. In: CUNHA, Sandra Baptista C.; GUERRA, Antonio Jose T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

questões relativas ao Meio Ambiente. Nessa perspectiva, o Brasil criou em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Esta, surgiu:

“[...] vinculada ao então Ministério do Interior, com a competência de promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos, assegurando o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento econômico e social, regulamentando o uso adequado dos recursos ambientais. A Secretaria Especial do Meio Ambiente posteriormente formulou a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que foi promulgada como lei em 1981” (BRAUN, 2008, pp. 23-24).

Com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criados pela lei federal 6.938/81, o tema ambiental passou a constituir-se de uma discussão sistemática dentro do país. Santilli (2005) pontua que até a institucionalização da PNMA e do SISNAMA, o Brasil legislava desarticuladamente sobre os bens ambientais. Contava-se com um Código de Águas, com um Código Florestal, com uma Lei de Proteção à Fauna, entre tantos. A autora também adverte para o fato de que até o final da década de 1980, a legislação brasileira estava,

“[...] voltada para a proteção de ecossistemas e espécies, mas sem uma dimensão social claramente incorporada. Percebe-se também que as leis aprovadas durante esse período davam grande ênfase ao controle e à repressão de práticas lesivas ao meio ambiente [...]. As leis socioambientais editadas nos anos 90 e a partir de 2000, especialmente a Lei nº 9.433/97 (que institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos-SNRH) e a Lei nº 9.985/2000 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC), rompem com essa orientação e passam a prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais, e não apenas de repressão a determinadas condutas e atividades” (SANTILLI, *op. cit.*, pp.29-30).

Ao avaliar a *Globalização da Política Ambiental no Brasil* entre 1990-1998, Viola (1998), corrobora a idéia de que a década de 1980 é um referencial da tomada de consciência em escala planetária quanto aos riscos da degradação ambiental e, que de fato, esse movimento já ganhava forma desde a década de 1950 quando o potencial e os efeitos avassaladores de armamentos nucleares chamavam a atenção do mundo. É nesse sentido que o autor destaca a dimensão ecológico-ambiental como a mais importante no processo de globalização, tendo concomitantemente, repercutido de modo significativo na atividade científica, econômica e política a partir de então.

No que se refere ao Brasil, pode-se ressaltar o período de 1990 a 1998 como um intercurso de reorganização da política ambiental, posto que, este, está

preenchido pela orientação política de três presidências diferentes- Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso¹⁶,

“[...] durante as quais as políticas públicas em geral passaram do modelo nacionalista para o modelo globalizante: redução das barreiras alfandegárias, atração de investimentos estrangeiros, abertura progressiva dos mercados financeiros, legitimidade crescente da estabilidade macroeconômica como parâmetro da ação governamental, abandono da política externa e de defesa terceiromundista, aceitação crescente das condicionalidades ambientais na relação com os países desenvolvidos e abertura à cooperação internacional com respeito aos problemas ambientais em particular na Amazônia. Com relação a política ambiental existe uma diferença significativa entre as três presidências. No governo Collor, no clima da preparação e realização da Rio 92, as questões ambientais adquirem uma grande importância, o governo promove a globalização da agenda ambiental e as ONG's e o movimento ambientalista se fortalecem. No governo Franco, existe uma profunda crise de governabilidade devido a forte instabilidade macroeconômica e as questões ambientais ficam totalmente relegadas, incluído um declínio do movimento ambientalista e um questionamento da globalização. No governo Cardoso existe uma reconstrução da governabilidade e uma aceleração da globalização, mas devido ao predomínio de uma concepção economicista da agenda pública as questões ambientais ficam num plano bastante secundário” (VIOLA, 1998, p.2).

Para além do processo de globalização, é possível identificar algumas referências internacionais que repercutem na política ambiental brasileira (quadro 3):

Quadro 3- Referências de Promoção da Globalização da Política Ambiental no Brasil.

1	O consenso mundial (comunidade científica e formadores de opinião pública) sobre a importância da Amazônia, em termos de clima regional e biodiversidade global e o fato da Amazônia ter se tornado prioritária nos esforços de proteção das ONG's ambientalistas internacionais.
2	A formação de vastas coalizões transnacionais em torno de algumas questões específicas amazônicas: os impactos negativos de grandes projetos como o Polo Noroeste, Balbina, Tucuruí e pavimentação da BR-364 entre Porto Velho e Rio Branco; o estabelecimento das reservas indígenas; o garimpo e a contaminação das cadeias alimentares; a expansão altamente predatória da indústria madeireira.
3	A influência de padrões internacionais de proteção ambiental sobre setores exportadores brasileiros com mercados nos países desenvolvidos, como papel/celulose, aço, fruticultura, alimentos processados derivados da avicultura/suinocultura.
4	O processo de modernização acelerado do setor produtivo do Sul/Sudeste (tanto corporações transnacionais quanto nacionais) na primeira metade da década de 1990, o que incluiu também a absorção de tecnologias mais favoráveis a sustentabilidade ambiental, mesmo que numa escala diferente dos países desenvolvidos.
5	A emergência e desenvolvimento, no período 1987-1997, da Geração-92 do ambientalismo brasileiro: um vasto contingente de jovens de bom nível educacional que descobriram simultaneamente a natureza, a qualidade ambiental, as ONG's, as viagens/intercâmbios da vida globalizada e as virtudes do desenvolvimento pessoal reflexivo.

Fonte: Informações compiladas a partir de Viola (*op. cit.*, p.9).

O socioambientalismo brasileiro nasceu no bojo do processo de redemocratização do país, pós-regime militar (1984), como uma terceira via de

¹⁶Fernando Collor de Mello- PRN (1990-1992); Itamar Augusto Cautiero Franco- PMDB (1992-1994); Fernando Henrique Cardoso- PSDB (1994-2002).

organização, fruto da articulação política entre o movimento social e o movimento ambiental. Com a possibilidade de mobilização e articulação política, sujeitos anteriormente dados à invisibilidade (como é o caso de populações de identidades reconhecidas índios, ribeirinhos, seringueiros, florestais, migrantes, enfim) passaram a ter grande relevância no contexto da macrogestão do país, principalmente, no que se refere a discussão socioambiental como um todo formado pelo aspecto social, cultural, econômico e ambiental, isto é, relativo em última análise, ao modo de vida da sociedade¹⁷(SANTILLI, 2005).

Santilli (*op. cit.*) demonstra que com o questionamento do modelo predatório de desenvolvimento instalado a partir dos Grandes Projetos de exploração na Amazônia (Projeto Icomi¹⁸, Projeto CADAM¹⁹ e outros), a região tornou-se palco difusor do pensamento sustentável no Brasil. Desta forma, a proposição da criação de reservas extrativistas pelo movimento social dos seringueiros, resultante de uma equação entre conservação ambiental e reforma agrária, passou a orientar a proposição de políticas públicas fundamentadas na diversidade cultural, étnica e biológica da região. Sobretudo, chamou atenção para a interdependência da sociedade/natureza, isto é, para a necessidade em se superar o caráter dissociado do modelo de exploração.

Num direcionamento oposto, também é possível evidenciar uma ligeira resistência do movimento ambientalista de orientação tradicional/preservacionista²⁰ em relação ao discurso proposto pelo movimento social (ou socioambiental). Para o primeiro, populações enraizadas e/ou pobres, representam uma ameaça à preservação de áreas protegidas. Para o segundo, a articulação entre tais populações e as normativas legais, constituem uma garantia à sustentabilidade dessas áreas, uma vez considerado o implemento da justiça social e a exploração consciente dos recursos disponíveis. Como retrato da discussão, pode-se entender:

¹⁷Cf. AUBERTIN, Catherine. **A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade**. p. 23-30. In: EMPERAINÉ, Laure (Ed. Científica). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Editora Unesp (IRD), 2000.

¹⁸Empresa Indústria e Comércio de Minérios SA.

¹⁹Caulim da Amazônia.

²⁰“O movimento ambientalista tradicional tende a seguir os modelos de preservação ambiental importados de países do Primeiro Mundo, onde as populações urbanas procuram especialmente em parques, desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza, mantendo intactas as áreas protegidas. Longe das pressões sociais típicas de países em desenvolvimento, com populações pobres e excluídas, o modelo preservacionista tradicional funciona bem nos países desenvolvidos, do norte, mas não se sustenta politicamente aqui” (SANTILLI, *op. cit.*, p.41).

“O socioambientalismo [...] brasileiro [...] indica precisamente o rumo de integrar políticas setoriais, suas perspectivas e atores, num projeto de Brasil que tenha sua cara e possa, por isso mesmo, ser politicamente sustentado” (Márcio Santilli²¹ apud SANTILLI, 2010, p.41).

“O socioambientalismo foi construído com base na idéia de que as políticas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental- ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos- como também a sustentabilidade social- ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Com a Constituição Federal de 1988, o socioambientalismo começou a se consolidar na política ambiental brasileira com o corpo legal de um capítulo inteiro dedicado ao Meio Ambiente. A partir do Capítulo VI- Artigo 225, ficou definido que todo cidadão têm direito a conviver em um meio ambiente equilibrado que lhe permita qualidade de vida, acesso comum e garantias de defesa e preservação para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Note-se ainda que, a questão ambiental não se restringe apenas ao Artigo 225 da Constituição de 1988, estando presente nesta, de maneira diluída através de outros artigos que orientam políticas públicas implantadas no país²² (economia, desenvolvimento agrário, por exemplo). Esta inserção vem “[...] *consagrando a orientação de que as políticas públicas ambientais devem ser transversais, ou seja, perpassar o conjunto das políticas capazes de influenciar o campo socioambiental*” (Márcio Santilli apud SANTILLI, 2005, p.67).

Além desses, a política ambiental brasileira, também conta com alguns dispositivos infra-constitucionais, como por exemplo: a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999); a Lei do SNUC; e a Lei do SNRH (BRASIL, 2000), já citadas anteriormente.

Alinhado ao cenário nacional, o Estado do Amapá, também vem criando um arcabouço ambiental que corrobora uma sistematização regular da relação

²¹Cf. SANTILLI, Márcio. **Transversalidade na corda bamba**. Apresentação a um balanço dos seis meses do governo Lula na área socioambiental, realizado pelo Instituto Socioambiental-ISA. [S.l.]. 2010. Disponível em: www.socioambiental.org.

²²Como exemplificação, podem ser citados os artigos 182 e 183, na seguinte perspectiva: “O capítulo da Constituição dedicado à política urbana (artigos 182 e 183) também consagra a função socioambiental da cidade ao estabelecer que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. A qualidade e o equilíbrio do ambiente urbano são também tutelados constitucionalmente” (SANTILLI, 2005, p.69).

sociedade/natureza. Exemplo disso é: a Lei de Acesso à Biodiversidade (GEA, 1997); o Corredor da Biodiversidade²³; a Política Estadual de Educação Ambiental (GEA, 2009); e mais recentemente, o Programa de Educação Ambiental Escolar institucionalizado e publicado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (AMAPÁ, 2011).

Como ficou descrito, o socioambientalismo no Brasil deu importante suporte para um ajuste normativo alinhado à Política Ambiental Internacional e, vem ganhando força com a implementação de políticas nacionais voltadas à gestão dos recursos ambientais enquanto bens comuns da sociedade dentro de um processo de territorialização dos espaços, questão de iminentes conflitos que será debatida no próximo capítulo.

²³Criado em 2003, o Corredor de Biodiversidade do Amapá integra doze unidades de conservação e cinco terras indígenas e tem como objetivo, conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento social e econômico.

4- AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DA TERRITORIALIZAÇÃO AMAZÔNICA

A formatação do espaço amazônico é fruto de um processo contínuo de apropriações variadas do lugar. Numa primeira abordagem, a ocupação da Amazônia em questão, pode ser analisada pela ótica das inúmeras populações indígenas que a habitavam no início da colonização portuguesa (século XVI). Populações com organização social complexa e um sistema de apropriação espacial condizente com as demandas tribais. No que se refere a produção, basicamente o sistema extrativista (vegetal, animal e mineral) e a agricultura compunham o uso dos recursos ambientais (ROOSEVELT, 1991).

A busca por riquezas, a dominação territorial e a aniquilação das populações nativas, fizeram com que expedições de viajantes e pesquisadores europeus se dedicassem ao desenho cartográfico das terras ocupadas (COELHO, 2001; GOMES, 1999). Rios e limites eram os focos de muitos desses desenhos, ricos em detalhes para a tecnologia da época, esboçavam traços de um mosaico inacabado, conforme se exemplifica na figura 2:

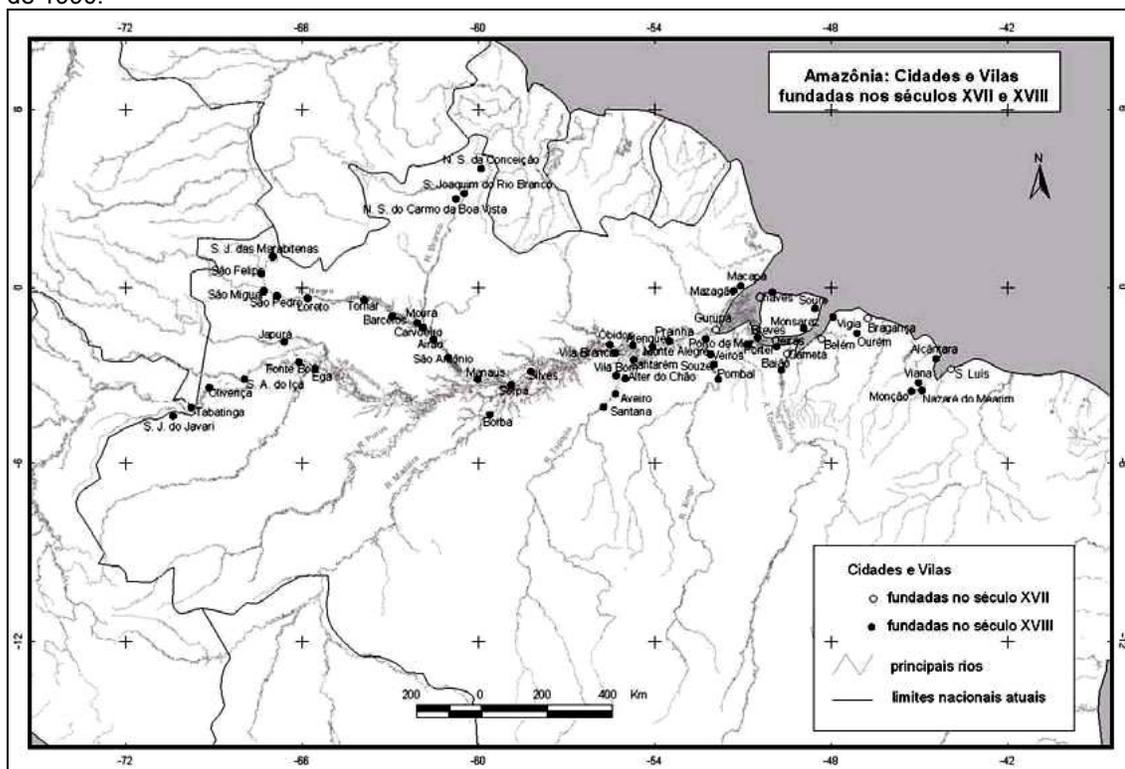
Figura 2- Mapa do Brasil datado de 1749, com destaque para a região Amazônica. No canto direito (inferior) identifica-se: South America Drawn from the Best Maps by. [Elaborado por T. Jefferys 1749, 25,4x23,7cm, a partir do trabalho de outros cartógrafos].



Fonte: MICELI, 2002, p.204.

Entre os séculos XVII e XVIII, a cartografia da Amazônia foi sendo gradualmente alterada em função de um conhecimento mais aprimorado e detalhado da região, assim como, pelo movimento de ocupação e uso desta, por meio da fundação de vilas e cidades. Assim, localizando este processo em uma imagem da geopolítica brasileira da década de 1990, esboça-se um mosaico conforme o ilustrado na figura 3:

Figura 3- Mapa da Região Amazônica com identificação de vilas e cidades fundadas entre os séculos XVII e XVIII. Destaque para o delineamento hidrográfico e limites territoriais com projeção na década de 1990.



Fonte: ARAÚJO, 1998.

Durante os séculos XIX e XX (1850-1970), a Amazônia viveu o apogeu e a decadência da economia extrativista da borracha. O período correspondente à ocupação de grandes áreas de predominância da *Hevea brasiliensis*, bem como, daquelas em que se processou a experiência do cultivo, marcou significativamente as relações entre a natureza e a sociedade da época (DEAN, 1989; BEZERRA NETO, 2000b; WEINSTEIN, 1993).

Do intenso fluxo migratório ao esgotamento do mercado exportador, a região serviu de palco a conflitos agrários (pela contestação de terras ou do direito à terras entre seringueiros e seringalistas), à especulação fundiária e, à implantação de políticas estatais direcionadas ao fortalecimento da economia nacional em

detrimento das populações locais (WEINSTEIN, 1993). Vale lembrar que no ano de 1909, o Secretário de Estado da Fazenda do Pará (Antônio Picanço Dias) alertava em seu relatório:

“A nossa situação econômica é mais precária do que parece. O nosso progresso mais aparente do que real. Somos um povo pobre, a fortuna particular é instável. A nossa praça vive de crédito que lhe dá a borracha [...]. Sofremos o mal dos paizes que vivem das industrias extractivas com a agravante de só termos um producto de valor. [...]. Devemos quanto antes, já, imediatamente, não só iniciar a plantação methodica e proveitosa, como adoptar os métodos racionaes da cultura para o preparo e beneficiamento do *latex* precioso” (WEINSTEIN, *op. cit.*, p.255).

Nota-se que, o discurso da política local já apontava a necessidade de uma postura mais firme quanto ao fortalecimento da economia local, bem como, quanto à defesa do recurso natural (látex), principal elemento de produção e exportação do período.

Com o discurso da integração a Amazônia ganhou novos contornos internos. Numa espécie de colonização dirigida, a região serviu de base para a inserção do capital estrangeiro no país, através de investimentos em grandes projetos extrativistas, a exemplo do Projeto ICOMI e do Projeto Jari, nos estados do Amapá e Pará, respectivamente.

Paralelamente à política de ocupação, integração e exploração econômica do governo federal, notabilizaram-se dois importantes desdobramentos na configuração desse novo mosaico: o elevado fluxo migratório rumo aos estados da Amazônia (principalmente Pará, Amazonas e Acre) e os inúmeros eventos de degradação socioambiental (erosão e contaminação pela exploração mineral, perda de vegetação pela exploração madeireira e outros) que se processaram em seguida (LOUREIRO, 1992; SOUZA, 2009).

A partir da década de 1980, a Amazônia inaugurou uma fase de (re)territorialização em que o mosaico constituído acabou sendo configurado pela criação de Áreas Especialmente Protegidas em toda a extensão de seu território. Este mosaico é, atualmente, caracterizado por áreas de: Proteção Integral, Uso Sustentável, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural [conforme mostrado na figura 05] (BRASIL, 2008; SANTILLI, 2005).

4.1- DA ÓTICA DE APROPRIAÇÃO COLONIAL AO ARGUMENTO DA INTEGRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Um dos mais importantes marcos que se podem referenciar em qualquer apontamento quanto a História da Amazônia está diretamente conectado ao processo de ocupação, uso e expansão de seus limites territoriais. O processo de demarcação dessa fronteira começou a ser, de fato, efetivado, por volta do início do século XVII, quando uma *irradiação conquistadora no rumo norte-oeste*²⁴ da colônia portuguesa foi definida. Em síntese, sabe-se que, a missão conquistadora no vale amazônico estava:

“No rumo norte, em direção imediata ao Cabo Norte²⁵, para impedir que acima dêle se viessem instalar os estrangeiros que poderiam criar dificuldades, pondo em perigo o domínio que tanto estava custando solidificar. No rumo oeste, para descobrir o curso do rio em direção às suas cabeceiras [...]” (REIS, 1993, p. 46).

Na afirmativa de Reis (*op. cit.*, p.58), a *irradiação conquistadora* do vale amazônico foi uma façanha empreendida por portugueses e povos miscigenados que representavam as primeiras gerações de brasileiros a se fixarem na região. Para o autor, “[...] o espaço amazônico, pela mobilidade daqueles homens, era uma conquista trabalhada no sentido da ampliação territorial do Brasil”.

A relação entre espaço e poder, isto é, a argumentação geopolítica, no contexto do alargamento da fronteira brasileira foi em certo sentido:

“[...] o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia [...]” (BECKER, 2005, p.71).

Consensualmente, tem-se que a Reforma Urbana defendida pelo Marquês de Pombal (século XVIII) marcou fortemente todo o imaginário subsequente que se fez real nas terras, vilas e caminhos da Amazônia Portuguesa. Assim, é fundamental

²⁴Reis (*op. cit.*), a partir da obra “*Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira- a fronteira com a Guiana Francesa*”.

²⁵“Cabo do Norte [...] era uma referência a um sítio nevrálgico, onde o inimigo tentava as suas cabeças de ponte e não uma posição de fronteira, que assinalasse ponto final das aspirações territoriais dos homens do Presépio ou mesmo da Côte Ibérica. Cabo do Norte era um limite ibérico no vale amazônico no setor costeiro atlântico, mas um acidente fisiográfico de importância estratégica [...]” (REIS, *op. cit.*, p.60).

não perder de vista a perspectiva de que o imaginário e a intervenção européia sobre as terras conquistadas foi fruto de um processo longo de conhecimento e apropriação orgânica da sociedade sobre a natureza (ARAÚJO, 1998; BEZERRA NETO, 2000a; DEL PRIORE; GOMES, 2003; REIS, 1993).

O processo de organização do espaço amazônico esteve intimamente ligado aos planos e interesses de defesa da colônia portuguesa na América. Inicialmente, um corredor de fortificações (Forte do Presépio, Fortaleza de São José de Macapá, Forte Cumaú, entre outros) foi construído para garantir a ocupação de terras e para dotar a região da capacidade de manter a posse e o domínio português. Determinada a expandir sua posição rumo às terras do Cabo Norte, Portugal implantou na Amazônia, entre os séculos XVII e XVIII, um de projeto reformador. Parte desse processo de reapropriação se fez, também, pela fundação de vilas e cidades, de acordo com o ilustrado na figura 3 (ARAÚJO, 1998; CAMILO, 2009; MIRANDA, 2005a).

Esse projeto reformador interviu e modificou a organização do espaço amazônico e, de certa maneira, pode-se afirmar que algumas deformações (principalmente no que se refere ao planejamento urbano) presentes nesse espaço contemporâneo encontram aí suas origens. Sabe-se que:

“Até Pombal, a ocupação da Amazônia restringia-se a foz do rio Amazonas e mais quatro pontos isolados do território: Belém, Bragança, Cametá e Gurupá, que controlavam os principais pontos na foz do rio Amazonas. Após a intervenção pombalina o que se viu foi a formação do embrião de uma rede de cidades articuladas pelos principais rios da região e o início da penetração do colonizador no interior do território amazônico” (MIRANDA, *op. cit.*, p.4).

[...]

“[...] Marquês de Pombal interferiu na organização espacial da região e na paisagem da Amazônia ao incentivar a fundação e construção de 'vilas' e 'lugares' onde até então só existiam aldeamentos indígenas e missões religiosas, e deu início a intervenção territorial e urbanística portuguesa” (Id.).

Como se presume, a Amazônia contextualizou um planejamento espacial que se fez de fora, que desconsiderou as diferentes e divergentes dinâmicas orgânicas e naturais do lugar, que buscou a homogeneização dos espaços e das gentes e, que, sobretudo, olhou a Amazônia como uma terra sem matrizes humanas, ecológicas e espaciais. Segundo Oliveira (2000, p.1), a criação desse espaço, como uma invenção,

“[...] passa pela compreensão das várias espacialidades amazônicas enquanto produções histórico-sociais onde se tecem as diferenciações e as

desigualdades correspondentes a formação das sociedades locais, com interferências exógenas delimitadas nos processos de intervenção na cultura e na natureza. A invenção geográfica da Amazônia, portanto, resulta de espacialidades projetadas pelos homens, umas concretizadas, outras virtuais, delineadas como possibilidades de formas de ocupação e domínio do território e das populações locais”.

A projeção que se tem, para além do processo histórico, é a terra ainda incógnita, em constante processo de territorialização a depender do contexto social e político da área recortada (GONÇALVES, 2008; OLIVEIRA, 2000).

As relações desenhadas entre poder e espaço, constituem as matrizes dos argumentos geopolíticos utilizados para dar sentido ao processo de ocupação da Amazônia desde o século XVI (BECKER, 2005; GOMES, 1999). Esta posto que, a essa época, Portugal não tinha envergadura econômica para dar sustentabilidade à ocupação de um espaço com dimensões tão superlativas. Logo, apenas no sentido da geopolítica, isto é, das estratégias de controle do território, é que foi possível para Portugal manter e expandir a Amazônia, “[...] cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência” (BECKER, *op. cit.*, p.71).

Na perspectiva de Becker (*op. cit.*), dois contextos analíticos são fundamentais para entender a sistemática de desenvolvimento materializada na história amazônica (*vide* quadro 4):

Quadro 4- Comparativo para Análise do Desenvolvimento da Amazônia.

Povoamento x Desenvolvimento	Desenvolvimento x Regionalização
<p>“A Amazônia [...] constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, [...] de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana”.</p>	<p>“[...] o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos”.</p>

Fonte: BECKER, *op. cit.*, p.72.

A grande dificuldade em operacionalizar um modelo próprio ao desenvolvimento amazônico reside, principalmente, no indicativo de que os conflitos

recorrentes na região ultrapassam a questão agrária e, assentam-se sistematicamente nas demandas econômicas do cenário externo a ela (relações produtivas internacionais), de tal modo que, o referencial teórico-institucional parte da necessidade de entender e equacionar os diferentes projetos geopolíticos (seus atores) e a compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação de recursos e a inclusão social.

Além disso, vale lembrar que, sobre a Amazônia, recai o peso da imagem cabocla deturpada, isto é, uma imagem que distorce o modo de vida na região. Segundo esta construção,

“Sua população é vista como primitiva, indolente e preguiçosa e, assim, incapaz de ser portadora de um projeto civilizatório que a redima da situação de subdesenvolvimento à qual se acha secularmente submetida. Mesmo uma outra visão, aparentemente mais generosa, que reconhece a brutal exploração que se estabeleceu sobre as populações da região, ao acentuar o nível de embrutecimento a que foram submetidos os índios e os caboclos, parece indicar que eles não seriam capazes de reverter sua situação de subdesenvolvimento. Estaria a região, de um modo ou de outro, condenada pelo passado” (GONÇALVES, 2008, p.12).

Notoriamente, esta visão ou interpretação da Amazônia e de suas gentes serviu de fundamentação para toda a política de desenvolvimento, bem como, para a geopolítica definida para a região, em que se recorte, seus vários estágios e processos de (re)territorialização, do século XVI ao século XXI (BECKER, 2001; GONÇALVES, *op. cit.*; SOUZA, 2009).

Note-se ainda que, o desenvolvimento, no que concerne a estratégia territorial, busca, em si:

“[...] enfatizar as ações dos atores sobre seu espaço, os quais buscam obter certo grau de protagonismo para com seu território [...]. Quando se fala em desenvolvimento territorial, entende-se que sejam ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos” (RAMBO; RÜCKERT, 2005 [S.p]).

Pelos indicativos da política desenvolvimentista amazônica, fica claro que tais fatores supracitados (protagonismo popular e políticas endógenas), não correspondem à intencionalidade político-econômica embutida na imagem e no discurso da passividade, construídos para dar sentido à prática tutelar do desenvolvimento na Amazônia. O discurso da passividade, além de ser um grande engodo (histórica e politicamente construído), usurpa da região o direito de propor um modelo endógeno que realize seus interesses sociais e econômicos (BECKER, 2005; GONÇALVES, 2008).

A Amazônia é uma questão nacional. Assim têm sido referendados os contornos de sua história política e econômica. A começar pela sua tardia anexação à cartografia brasileira, ocorrida somente em 1823 (até então, a região continuava subordinada a Portugal) e, finalizando com o debate sobre o repositório de recursos minerais, hidrelétricos e (bio)genéticos/tecnológicos dos séculos XX e XXI (GONÇALVES, 2008.). Na figura 4, imagem da condição cartográfica da Amazônia até 1822²⁶:

Figura 4- Imagem iconográfica da disposição amazônica fora do território brasileiro até 1822 (destaque sombreado acima).



Fonte: GONÇALVES, *op.cit.*, p.27.

A criação de territórios federais na região “[...] colocou sob a administração direta do governo federal amplas parcelas dos territórios dos estados amazônicos”, marcando o caráter subordinado e impotente das elites políticas regionais, em ‘imprimir uma marca de amazonidade’ ao projeto nacional e, novamente, “[...] a

²⁶O recorte apresentado pela figura 4 é representativa da geopolítica do Estado Nacional Brasileiro após o processo de independência colonial, datada de 7 de setembro de 1822. Em período anterior, circunscrito aos anos de 1500 a 1822, o Brasil permaneceu na condição de colônia do Império Português, compondo, portanto, a geopolítica e o regime governamental dos domínios de Portugal.

Amazônia aparece como um desafio: de garantir a integridade territorial do país” (GONÇALVES, 2008, p.30-31).

Segundo Gonçalves (*op. cit.*), a soberania e a segurança nacional, assim como a otimização econômica de seus recursos ambientais, são os elementos que justificam o jogo diplomático (político e militar) e a estratégia de desenvolvimento implantada na região, conforme comparação apresentada no quadro 5:

Quadro 5- Comparativo para Análise da Política de Integração e Desenvolvimento na Amazônia.

a- Desenvolvimento x Mineração	b- Defesa x Desenvolvimento
<p>“O processo de valorização industrial de recursos minerais – entendida como a agregação de valor e conversão de recursos minerais em mercadoria – na Amazônia oriental brasileira iniciou-se com a exploração das reservas de minério de manganês da Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá. Tal mina foi edificada em uma conjuntura marcada pelo estabelecimento, em termos nacionais, de um novo regime político e pela reorientação das relações estabelecidas entre o Estado e a economia. Era o fim da ditadura de Getúlio Vargas e a nova Constituição, promulgada em 1946, em substituição à Carta de 1937, estava fortemente inspirada em princípios do liberalismo econômico” (GONÇALVES, <i>op. cit.</i>, p.31).</p>	<p>“Para as forças armadas, a Amazônia sempre foi um desafio [...]. Há assim uma espécie de pragmatismo dos militares que, para garantir a base logístico-material necessária à manutenção da integridade territorial, abrem espaços para os capitais multinacionais, como no caso da zona franca de Manaus e no Projeto Jari [...]. Assim a Honda, a Mitsubishi, a Yamaha, a Phillips e outras empresas multinacionais chegam à Amazônia juntamente com uma nova instância da hierarquia administrativa militar” (MONTEIRO, 2005, p.187).</p>

No entendimento de Monteiro (*op. cit.*, p.188), com o golpe militar de 1964, “[...] o estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia”. Ocupar a Amazônia era imperativo. “Isto se buscou fazer por meio de políticas de desenvolvimento que pressupunham a firme articulação de interesses privados e o estabelecimento de uma ampla política de incentivos fiscais e creditícios”.

“A integração da Amazônia ao resto do Brasil havia começado antes da ditadura. Acentuou-se nos 20 anos que esta durou, permaneceu na longa fase de espasmo político da transição para a democracia” (LOUREIRO, 1992, p.67). Algumas razões para a proposta da integração estão sintetizadas no quadro 6 a seguir:

Quadro 6- Síntese de Argumentos da Integração da Amazônia à Economia e à Sociedade Nacional.

1	Abertura de novos mercados consumidores para produtos industrializados do centro-sul do país.
2	Expansão do mercado trabalhador para inserção dos excedentes populacionais do nordeste brasileiro.
3	Aproveitamento do potencial mineral, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com vista à exportação, e assim garantir, geração de divisas ao país.
4	Investimento latifundiário de capitais oriundos do sul do país e do mercado internacional.
5	Motivos de segurança nacional (garantias de controle através da ocupação).
6	Controle econômico e geopolítico da região.

Fonte: Informações compiladas a partir de Loureiro (1992, pp. 67-68).

A proposta do desenvolvimento regional por meio da estratégia de integração acabou sendo materializada nos grandes projetos econômicos orientados para região a partir da década de 1960 e, tiveram como base, o Programa de Políticas Públicas Operação Amazônia (ALBERT, 1991; GONÇALVES, 2008). Este, “[...] *consistiu num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e outros bens da natureza da Amazônia*” (LOUREIRO, *op. cit.*, p.72). Neste sentido, sabe-se que:

“O aparelho institucional do Estado foi redefinido no sentido de promover o apoio necessário aos novos investidores: reestrutura-se o tímido Banco de Crédito da Amazônia-BCA, dando lugar ao Banco da Amazônia [...]; a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia- SPVEA cede lugar à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM²⁷ [...]” (LOUREIRO, *op. cit.*, p.79).

Com uma estrutura creditícia e controle fiscal definidos, foi ganhando forma a política de expansão econômica brasileira, através dos projetos exportadores, entre os quais, o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) criado em 1974. “*Os planos federais previam a implantação de diversos pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral [...]. Alguns dos pólos que integravam o Polamazônia eram Carajás, Trombetas e Amapá*” (MONTEIRO, 2005, p.188).

A estratégia da integração nacional logrou à Amazônia três aspectos disformes distintos: Modernização, Degradação e Conflitos de Terras (BECKER, 2001, 2005; SOUZA, 2009;).

A modernização ficou estampada nas mudanças processadas na região, dentre as quais “[...] *destaca-se a da conectividade regional [...]. Não se trata apenas das estradas, [...] mas, sobretudo, das telecomunicações, porque a rede de*

²⁷Ano de criação: BCA-1950 (antigo Banco de Crédito da Borracha criado em 1942); SPVEA-1953; Banco da Amazônia e SUDAM-1966.

telecomunicações na Amazônia permitiu articulações locais/nacionais, bem como locais/globais” (BECKER, 2005, p.73). Por outro lado, destaca-se também a mudança econômica, “[...] *que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização, com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus*” (Id.).

Souza (2009, p.352) enfatiza que “[...] *o modelo de desenvolvimento regional baseado em grandes projetos [...] acabou por trazer graves conseqüências para a Amazônia e seu povo [...]*”, um deles é o processo de degradação ambiental em ritmo acelerado e, outra grave distorção dessa política desenvolvimentista foi a “[...] *expulsão dos camponeses e trabalhadores do extrativismo de suas posses e glebas. Os conflitos de terra aumentaram [...], gerando focos críticos como a região do 'Bico do Papagaio', no sul do Pará, ou nos Estados de Rondônia e Acre [...]*”, com notoriedade de conflitos latifundiários a partir da década de 1970.

Uma vez superado o argumento da integração, a Amazônia encena atualmente (2010) uma proposição de desenvolvimento baseada na estratégia regional e na sustentabilidade, para a qual, permanece possível reproduzir a indagação proposta em 2005 por Becker (*op. cit.*, p.74): “*Que projetos e que atores produzem hoje a dinâmica regional e os novos significados da Amazônia?*”.

Segundo Jacobi (2003b, p.193), “[...] *a problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram*”. Assim, para responder ao processo de degradação socioambiental gerado e institucionalizado dentro da Amazônia, o governo brasileiro, no bojo de um alinhamento internacional, fracionou esse território em áreas especialmente protegidas (BRASIL, 2000, 2008).

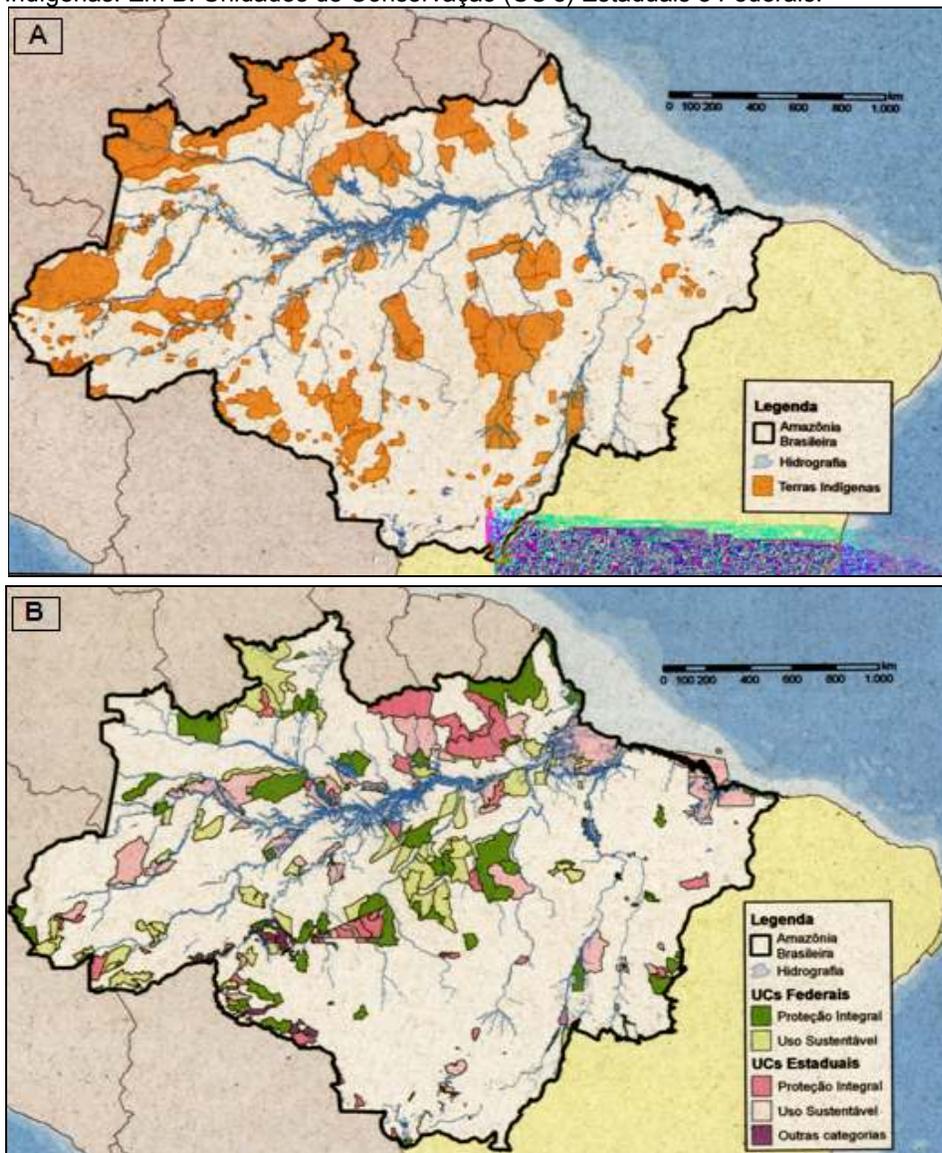
Nessa nova proposta de desenvolvimento, adjetivado pelo termo sustentável, dá-se novo formato a ocupação/uso da terra, para os quais foram criados dois importantes instrumentos de gestão e desenvolvimento da região: o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), quadro 7 a seguir:

Quadro 7- Esboço Comparativo entre o ARPA e o PAS.

a- ARPA	b- PAS
<p>“Originalmente, o Projeto ARPA visava exclusivamente a criação e consolidação de UCs de Proteção Integral e tinha como meta proteger 10% da Amazônia. No último ano, o Governo brasileiro decidiu manter a mesma meta mas incluir, também, UCs de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável). Assim agiu por entender que a complexidade socioambiental da região requer diferentes modalidades de proteção, com maior e menor restrição, e por considerar como indispensável a participação das comunidades locais na proteção ambiental. Esta mudança é coerente com a Lei do Sistema de Unidades de Conservação e assegura que o Projeto seja implantado sem causar conflitos sociais, uma vez que apresenta alternativas legalmente adequadas para áreas importantes para a conservação da biodiversidade habitadas por comunidades tradicionais” (ALLEGRETI, 2002, p.3-4).</p>	<p>“[...] plano estratégico contendo um elenco de diretrizes gerais e as estratégias recomendáveis para a sua implementação, devendo as ações específicas se materializarem mediante planos operacionais sub-regionais [...]”.</p> <p>“Tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população” (BRASIL, 2008, pp.8 e 55).</p>

A criação de áreas especialmente protegidas constitui a continuidade da política federal de controle do território, uma vez considerado o fato de que ao processo de ocupação/uso, são determinadas condicionalidades. As condições que, em geral, “[...] a elas se aplicam são freqüentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção” (MEDEIROS, 2006, p.41). Nas figuras 5A e 5B (a seguir) estão expostas as cartografias de Áreas Especialmente Protegidas (AEP) na Amazônia pelos Governos Federal ou Estaduais até o ano de 2008:

Figura 5- Áreas Especialmente Protegidas na Amazônia Brasileira. Em A: Terras Indígenas. Em B: Unidades de Conservação (UC's) Estaduais e Federais.



Fonte: BRASIL, 2008, pp.109-110.

Em síntese, a proposição do PAS, realiza enfim, “[...] um novo modelo de desenvolvimento- com base na expansão do mercado interno, sobretudo o que deriva do consumo de massa, com a condicionante da estabilidade macroeconômica e o atributo da sustentabilidade ambiental” (BRASIL, 2008, [S.p]). O mesmo tem nas AEPs uma forte estratégia de resignificação do desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento este que, apresenta-se com diferentes nuances a depender do recorte temporal que se destaque. Todavia, trata-se de um processo que deve ser visto com uma ligeira cautela e uma certa desconfiança, conforme é discutido no sub-capítulo a seguir.

4.2- NUANCES DO DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVA AMAZÔNIA

A matriz lógica²⁸ de Desenvolvimento da Amazônia começou a se configurar tão logo os primeiros navegantes estrangeiros tiveram contato com a farta hidrografia que oportunizou a formação de assentamentos e povoados ao longo dos rios, os quais, posteriormente cederam lugar as vilas e cidades que consolidaram o processo de ocupação da região.

Conforme abordado anteriormente (item 4.1) sabe-se que de saída, o uso e a ocupação do vale amazônico estiveram intimamente ligados a perspectiva de expansão colonial portuguesa. De tal modo, a concentração de pessoas junto a locais estratégicos para a defesa do domínio português foi a marca registrada dessa ocupação entre os séculos XVII e XVIII, período no qual se identifica a construção de várias fortificações²⁹ (tal como se verifica em destaque o Estado do Amapá³⁰) e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia esboçado pelo Marquês de Pombal, o qual visava transformar a região em um pólo modelo à administração colonial.

A partir do século XIX, a região consubstanciou uma importante relação mercadológica com a economia do país materializada pela exploração das drogas do sertão³¹ e posterior, extração da borracha. Na segunda metade do século XX, um novo modelo de gestão buscou integrar a região ao restante do Brasil, principalmente no que se refere à atividade econômica e, nesse propósito, grandes projetos de extração mineral foram implantados (como já tratado antes), além de outras atividades extrativistas, a atividade agropecuária, a geração de energia, e afins.

²⁸Entende-se a idéia de que na região Amazônica, assim como, nas demais regiões brasileiras, existe uma matriz lógica de desenvolvimento pautada nas determinações da política econômica nacional e suas estratégias de crescimento e produtividade. No caso da Amazônia, as particularidades se desenham, principalmente, pelo caráter imperativo com que os Planos de Desenvolvimento da região são definidos a partir dos condicionantes da macroeconomia brasileira em detrimento dos fatores endógenos que qualificam o complexo regional.

²⁹No Amazonas: exemplo do Forte de São Joaquim do Rio Negro. Em Rondônia: exemplo do Forte de Bragança. Em Roraima: exemplo do Forte de São Joaquim do Rio Branco. No Pará: exemplo do Forte do Desterro e Forte de Santo Antônio de Gurupá. No Amapá: exemplo do Forte de Santo Antônio de Macapá, Fortim do Cabo Norte e Fortaleza de São José de Macapá, entre outros.

³⁰Cf. CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

³¹Extrativismo de exportação do século XVII, tais como: ervas aromáticas, plantas medicinais, Castanha do Pará, guaraná, cravo, entre outros. Seu destino era o mercado europeu que com grande demanda considerava tais produtos como as “novas especiarias”.

Ressalta-se que a invasão e a grilagem de terras, a derrubada de milhares de hectares de floresta para abertura de estradas e áreas de pastagens, desmatamentos, queimadas, inundações por barragens, contaminação e assoreamento de rios, aniquilação de povos e culturas, são apenas alguns expoentes negativos dos modelos de desenvolvimento implantados na Amazônia desde o século XVII e que refletem em grande parte, variáveis endógenas e exógenas das relações socioambientais que se materializaram na região e que, formataram num último recorte, o padrão distorcido de ocupação e territorialização que atualmente nela se localiza.

O foco mais recente de desenvolvimento orientado para a região tem as Áreas Especialmente Protegidas e a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável como pilares da política de gestão do Governo Federal. Nesta nova empreitada, crescimento econômico, desenvolvimento e preservação ambiental têm a difícil missão de se fazerem possíveis numa equação onde gado, soja, madeira, e hidrelétricas deixam a variável humana como um subproduto orgânico neste feixe de complexas relações de poder que têm se diferenciado no processo de formatação do espaço e do desenvolvimento econômico dentro da Amazônia.

Os determinantes clássicos³² do conceito de Desenvolvimento, de forma recorrente, o têm definido como a expressão do pleno desenvolvimento econômico, circunstância na qual os indicadores do crescimento monetário apresentam grande relevância para demonstrar a escala de evolução do fomento econômico de uma região.

Em termos teóricos, na proposição analítica de Oliveira e Lima (2003, p.40) é possível compreender que:

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras”.

De maneira complementar, Souza (2005, p.07), entende que Desenvolvimento (Sócio)Econômico pode ser definido pela:

“[...] existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um

³²Crescimento Econômico, Renda Per Capita, Índice de Desenvolvimento Humano, considerando a abordagem de Souza (*op. cit.*).

fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente”.

Numa breve análise conceitual percebe-se, tão logo, que o Desenvolvimento Econômico é uma coadunação de fatores, tanto econômicos quanto sociais, capazes de expressar o nível da qualidade de vida e a potencialidade produtiva de uma população, a depender, necessariamente da reunião de algumas prerrogativas fundamentais, como por exemplo, mão de obra qualificada, ciência e tecnologia, disponibilidade de recursos naturais e matéria-prima, articulações políticas, sistema de administração pública e prestação de serviços eficientes, entre outros.

O *status* de Desenvolvimento Socioeconômico de uma região é um processo longo e demorado porque integra, em geral, a condição de ruptura com uma cadeia produtiva densamente consolidada na cultura de cada lugar. Grosso modo, é possível afirmar que, concomitantemente ao movimento de ruptura, é necessário que se construa uma base forte e contínua de novas estratégias de iniciativa privada e políticas públicas que ramifiquem investimentos econômicos, sociais e infraestruturais na mesma proporção em que as demandas demográficas e tecnológicas se apresentam ao mercado.

Sabe-se que, além da renda *per capita*, outros indicadores são fundamentais para a qualificação do desenvolvimento socioeconômico, quer seja alimentação, saúde, segurança, qualidade do meio ambiente e correlatos. Todavia, naquilo que se refere ao planejamento ou a programação do desenvolvimento regional, os fatores endógenos (sujeitos/agentes locais, estratégias de participação, vocativos de produção e outros) são sem dúvida, condicionantes de grande relevância quando se trata de alavancar um sistema integrado e articulado de políticas, programas, projetos, ações ou empreendimentos de cunho desenvolvimentista. Nesse direcionamento, tem-se que:

“[...] o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região” (AMARAL FILHO, 2001, p.262).

Fica visto a partir da citação acima que na perspectiva da endogeneização do desenvolvimento dois fatores fundamentais podem ser identificados: um deles se

refere à participação e articulação dos atores sociais no planejamento e na gestão de dada região, e o outro, se refere ao cenário próprio a sediar as iniciativas do desenvolvimento, quer seja aquilo que se refere à infraestrutura, mão de obra e aquilo que se refere à oferta e disponibilidade de recursos e matéria-prima.

Agregados, tais fatores potencializam a dinâmica econômica necessária ao fomento das demandas sociais como moradia, emprego, saúde, educação, segurança pública, prestação de serviços e tantos outros que compõem o extrato ampliado do que se considera desenvolvimento. Em síntese, este congrega dois importantes norteadores de relações de poder: o econômico e o social.

De acordo com Oliveira e Lima (2003), toda região é dotada de forças ou fatores internos capazes de redirecionar ou transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento geral para toda sociedade. É o que os autores nomeiam de paradigma ‘*desde baixo*’. Nesta teoria ocorre que:

“Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas econômicas partem de outro pressuposto, o de que o *outro* – no caso, as populações locais – precisa ser ouvido. O predomínio do *bom selvagem* sobre o *mau civilizado* dá espaço para novos diálogos e novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns iluminados, mas para parcelas maiores da sociedade. O paradigma *desde baixo*, ao invés de negar espaços para a subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável” (OLIVEIRA; LIMA, *op. cit.*, p.31).

Na abordagem realizada pelos autores supracitados, o processo de desenvolvimento de uma dada região deve ser encarado como um movimento de longo prazo, fruto ou resultado da interação de três forças: “[...] *alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação*” (OLIVEIRA; LIMA, *op. cit.*, p.33). Esta dinâmica está identificada na figura 6:

Figura 6: Diagrama da Relação de Retroalimentação no Desenvolvimento Regional.



Fonte: Adaptado de Oliveira e Lima (2003).

Na relação de retroalimentação, a primeira força (Econômica), está relacionada à disponibilidade de recursos, isto é, a vocação do potencial produtivo da região. É, tão logo, de caráter essencialmente exógeno. A segunda força (Política) é regida pelos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, e nesse caso, depende da ação governamental para se processar, sendo também eminentemente exógena, a exemplo da primeira. Por fim, a terceira força (Social ou População Local) representa a:

“[...] capacidade de a região criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente” (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p.33).

Com uma forte tendência à teoria do Desenvolvimento Endógeno e de natureza Regional, a Amazônia tem corporificado de forma sistemática a discussão do Desenvolvimento Sustentável, para o qual, segundo Carvalho (2006) ainda existe resistências conceituais e argumentativas, principalmente naquilo que se refere a sua possibilidade teórica e metodológica de realização.

Embora o termo Desenvolvimento Sustentável apresente reconhecido ambiente de discussão, em torno do qual cientistas e organizações renomadas (a exemplo do Clube de Roma e da Organização das Nações Unidas) vêm se debruçando desde a década de 1970 com as publicações do Relatório do Clube de Roma e posterior Relatório Brundtland na década de 1980, todos os esforços caracterizam apenas versões complementares para um conceito do que seria o Desenvolvimento Sustentável (DS). Todavia, um debate de caráter acadêmico que possa dar sustentação a uma teoria geral para o DS ainda está por ser implementada.

Do ponto de vista executivo, há que se considerar que o DS, em seu aspecto econômico tem a premissa da transformação das culturas locais e ainda:

“[...] transformação histórica do modo de produção e de consumo da economia e do modo de vida da sociedade na busca da equidade social e da conservação ambiental intragerações e intergerações [...]. Neste sentido, o planejamento do desenvolvimento sustentável, para se tornar rigorosamente operacional, deve considerar a sustentabilidade ambiental, em suas múltiplas dimensões, sujeitos e limites” (CARVALHO, *op. cit.*, p.207).

Além do aspecto teórico-metodológico, tais limites se relacionam a coadunação de variáveis antagônicas como crescimento econômico e equidade social, preservação ambiental e exploração industrial dos recursos naturais, estabilidade produtiva e distribuição de renda, entre outros. Esses pontos de saturação sinalizam que, mais que um conceito, o DS precisa de instrumentalização, diretrizes e normativas que favoreçam sua operacionalização a longo prazo e, dentro da perspectiva do desenvolvimento pleno, isto é, aquele que reúne crescimento econômico, crescimento humano e qualidade socioambiental. Fato é que:

“[...] o conceito de Desenvolvimento Sustentável carece de uma teoria de base teórica e de medição de desempenho para instrumentalizar decisões de políticas econômicas concernentes ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, isso não descaracteriza o conceito de DS para fins da ação governamental em termos de formulação, implementação, controle e avaliação de planos, programas e projetos” (CARVALHO, 2006, p.212).

Como estratégia de gestão, o DS tem sido implementado dentro da Amazônia, principalmente através dos dispositivos governamentais de institucionalização de Áreas Especialmente Protegidas, tanto na esfera de poder e gestão federal, quanto estadual e municipal. Estas áreas, além da territorialização diferenciada no que se refere ao uso do espaço, também se qualificam pela ocupação ou interferência antrópica tolerada, sendo classificadas em Unidades de Conservação de Proteção Integral (PI) e Unidades de Uso Sustentável (US), segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC (SANTILLI, 2005).

As unidades de PI são aquelas que não estão acessíveis para ocupação/uso, exceto fins de pesquisa, preservação e conservação de espécies e outros correlatos, a exemplo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque no estado do Amapá e o Parque Nacional da Serra do Pardo no estado do Pará (FERREIRA; SCARDUA, 2008).

Nas unidades de US além das mesmas perspectivas das unidades de PI, também há o objetivo de implementar o desenvolvimento local, com o uso consciente dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida de suas populações. Este formato é evidenciado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru no Estado do Amapá, na Reserva Extrativista Médio Juruá no Estado do Amazonas, entre outras unidades (MEDEIROS, 2006).

Em razão dessa nova estratégia de desenvolvimento que se desenha para a Amazônia, com territorialização de AEPs, o sub-capítulo seguinte discute esse processo tendo como escala comparativa a abordagem Brasil/Amazônia/Amapá.

4.3- TERRITORIALIZAÇÃO DE ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS: BRASIL/AMAZÔNIA / AMAPÁ

A partir da abordagem de Ferreira e Scardua (2008), consideram-se Áreas Especialmente Protegidas os seguintes espaços:

“1) as unidades de conservação; 2) as áreas destinadas às comunidades tradicionais, quais sejam, as terras indígenas e os territórios quilombolas; 3) as áreas tombadas; 4) os monumentos arqueológicos e pré-históricos; 5) as áreas especiais e locais de interesse turístico, destinados à prática do ecoturismo; 6) as reservas da biosfera; 7) os corredores ecológicos; 8) as zonas de amortecimento; 9) os espaços protegidos constitucionalmente como patrimônio nacional, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira e o Pantanal Matogrossense; 10) as áreas de proteção especial, destinadas à gestão ambiental urbana; 11) os jardins botânicos; 12) os hortos florestais; 13) os jardins zoológicos; 14) as terras devolutas e arrecadadas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; 15) as áreas de preservação permanente e as reservas legais, previstas no Código Florestal; e, por fim, 16) os megaspaços ambientais, protegidos também pelas seguintes normas internacionais: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Tratado da Bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica, a Convenção Relativa as Zonas Úmidas de Importância Internacional e a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural” (PEREIRA 2006 apud FERREIRA; SCARDUA, 2008, pp.90-91).

Identifica-se, portanto, a grande densidade de AEPs no Brasil, o que não significa afirmar que tais áreas, de modo prático e efetivo, estão isoladas ou protegidas das demandas socioambientais, principalmente aquelas relacionadas a processos de ocupação/uso do espaço. Na figura 7 (abaixo) dispõe-se de um esboço temático/comparativo de algumas áreas brasileiras com proteção especial, com destaque àquelas situadas no espaço amazônico:

Figura 7- Esboço Temático de AEPs no Brasil: unidade de conservação de uso sustentável; unidade de conservação de proteção integral; e reserva particular do patrimônio natural (destaque para região Amazônica).



Fonte: Adaptado de IBAMA, 2010.

Nas localidades amazônicas é muito comum que se encontrem lugares em que os traços culturais da população estejam fortemente registrados na forma de organização e composição do espaço utilizado. Essa realidade é recorrente não apenas em áreas especialmente protegidas, a exemplo das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, mais também, se evidencia nas porções caracteristicamente urbanas e/ou ribeirinhas da região (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2008; GONÇALVES, 2008; SANTILLI, 2005).

De todo modo, é interessante ter a prerrogativa de que a vasta diversidade da malha hidrográfica, terrestre e florestal do espaço amazônico, também acarreta a este, peculiaridades que o faz, uma região de territorialidades plurais. Nela, a depender da influência das marés, nas regiões próximas ao litoral, sabe-se que:

“É possível identificar dois padrões de organização do espaço amazônico, contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região: o padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta* e o padrão de organização do espaço *estrada-terra firme-subsolo*. Cada um desses padrões foi sendo criado ao longo da formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo e é a materialização, na Amazônia, dos conflitos de interesses entre diferentes segmentos e classes sociais que, estando ou não localizadas na região, imprimiram suas marcas (grafias) a essa terra (geo), geografando-a” (GONÇALVES, *op. cit.*, p.79).

Seguindo essa perspectiva de análise, Gonçalves (*op. cit.*) indaga sobre “[...] *qual o significado de uma floresta para um índio, ou um caboclo extrativista e para um madeireiro ou um pecuarista? E o de um rio para um caboclo ribeirinho ou um moderno empresário?*”. Segundo este autor, cada um destes grupos apresenta uma forma diferenciada de utilização da natureza e de seus recursos e, logicamente, são essas diferenciações que determinam as apropriações e marcas que cada grupo impõe à territorialização do espaço.

Resultado indistinto de uma reapropriação político-econômica e, de uma apropriação sócio-cultural diversa, a territorialidade amazônica é, essencialmente, um processo, um produto de atores sociais (ADAMS; MURRIETA; NEVES, *op. cit.*; BECKER, 2005; GONÇALVES, *op. cit.*). Deste modo, não se diferencia da abordagem teórica de Rosendahl (2005), para quem “[...] *a territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle [...]*”, tanto do espaço, como das gentes que dele se utilizam.

A discussão da territorialização do espaço perpassa, portanto, pelo entendimento que se tem quanto ao uso social de um território. Como indicativo,

podemos partir da questão- a quê? e a quem serve o território?. Notadamente, têm-se que o espaço recortado corresponde a um produto, fruto de um tempo/espaço, sujeito/objeto de uma relação de poder, para a qual:

“A territorialização pode ser compreendida através da maneira pela qual o espaço passa pela gênese da apropriação para se transformar em território, através da ação, sendo que, segundo Raffestin (1983), este processo pode ocorrer de duas formas, concretamente quando os limites são representados e efetivados ou abstratamente quando estes são apenas idealizados. Neste sentido, a 'apropriação' cria uma ligação entre o executante e o espaço, formalizando o domínio” (BLUME, 2005, p.5).

Efetivamente, é o caráter da apropriação que determinará o perfil da territorialização impressa em um espaço distinto. Se uma determinada área qualquer se reveste da necessidade de proteção especial, em virtude do potencial de elementos economicamente viáveis ou culturalmente relevantes que esta apresenta, ter-se-á que tal territorialização, proporcionará reservas de caráter social e econômico, tanto à comunidade que mobiliza o direito de posse e permanência no lugar, quanto a outros grupos que, de forma direta ou indireta, se beneficiam da ocupação e do uso daquele território (BLUME, *op. cit.*; ROSENDAHL, 2005; SANTILLI, 2005).

Valverde (2004) analisa a perspectiva de território a partir do entendimento de dois teóricos. Segundo ele, “*Souza (2000) vê o território como um [...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. Concomitantemente, para “*Sack (1986), o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros*”. Admite-se, portanto, que o território pode ser conceituado como:

“[...] o espaço apropriado pelo homem, concreta ou abstratamente, por meio do exercício de relações de poder, gerando um sentimento de pertença para com àquele espaço, uma identidade. Por essa razão concorda-se com Raffestin (1993) quando afirma que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por nós, malhas e redes” (RAMBO; RÜCKERT, 2005, [S.p]).

Tais concepções geram o entendimento de que o território materializa a prática da vida social, em que, um grupo submete e é submetido a outro, a depender de suas necessidades, interesses, capacidade de articulação/mobilidade e de seu potencial produtivo (SOUZA, 1995).

Balizadas por essa perspectiva de apropriação do espaço, as Áreas Especialmente Protegidas expressam o fracionamento do território brasileiro.

Nestas, as condicionalidades e o monitoramento da ocupação e do uso, qualificam-nas de maneira diferenciada do restante do território nacional.

A institucionalização de AEPs no Brasil é um processo que remonta, na verdade, ao início do século XVII (1605) quando dispositivos emblemáticos da política de proteção a áreas de interesse econômico e ambiental foram editados. Um deles foi o Regimento do Pau-Brasil³³, editado em 1605, com o seguinte teor:

“Primeiramente Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitânicas, em cujo distrito estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda” (MIRANDA, 2004b, p.2).

Passados pouco mais de 3 séculos de História Ambiental (baseado no que se tem discutido nos itens anteriores), a evolução da política protecionista brasileira, acenou, a partir da década de 1930, com uma diversificação consolidada dos instrumentos de criação de Áreas Especialmente Protegidas. De acordo com Medeiros (2006, p.46), “[...] entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais [...] necessários para a efetiva criação de áreas protegidas [...] foram estabelecidos [...]” no país, num movimento de ‘*contraposição ao imobilismo*’. A dinâmica evolutiva desses instrumentos está disposta no quadro 8:

Quadro 8- Evolução dos Principais Instrumentos de Criação de Áreas Especialmente Protegidas no Brasil.

PERÍODO	INSTRUMENTOS	INSTRUMENTOS INCORPORADOS	TIPOLOGIAS	CATEGORIAS
De 1934 até 1964	Código Florestal (Dec.23793/1934)	x	Floresta Protetora; Floresta Remanescente; Floresta de Rendimento; Floresta Modelo	Parque Nacional; Floresta Nacional; Reserva de Proteção Biológica ou Estética
	Código Caça e Pesca (Dec.23793/1934)	x	Parques de Criação e Refúgio de Animais	Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres
De 1965 até 1999	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Código Floresta (Dec.23793/1934)	Parque Nacional; Floresta Nacional; Área de Preservação Permanente; Reserva Legal	X
	Lei de Proteção de Animais	Lei de Proteção aos Animais (Dec.24645/1934)	Reserva Biológica; Parque de Caça Federal	x
	Programa MaB, 1970 (Dec.74685/74 e Dec.Pres.21/09/99)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Reserva da Biosfera
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec.1905/96)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Sítios Ramsar
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec.80978/1997)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Sítios do Patrimônio Mundial Natural
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/1973)	x	Terras Indígenas	Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena

³³“Considerado uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira, estabelecia rígidos limites à prática de exploração do pau-brasil na colônia” (MEDEIROS, *op. cit.*, p.43).

	Lei de Criação das Estações Ecológicas (Lei 6902/1981)	x	Estação Ecológica	x
	Lei de Criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6902/1981)	x	Área de Proteção Ambiental	x
	Decreto de Criação das Reservas Ecológicas (Dec.89336/1984)	x	Reserva Ecológica	x
	Lei de Criação das ARIES (Dec.89336/1984)	x	Área de Relevante Interesse Ecológico	x
	Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996)	x	Reserva Particular do Patrimônio Natural	x
A partir de 2000	Novo Código Florestal (Lei 477/1965)	Código Florestal (Dec.23793/1934)	Áreas de Preservação Permanente	Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água; ao redor das lagoas ou reservatórios d'água; nas nascentes e "olhos d'água" num raio de 50m de largura; no topo de morros, montes, montanhas e serras, e outros.
			Reserva Legal	x
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000)	Lei de Proteção aos Animais (Lei5197/1967; Lei de Criação das Estações Ecológicas e APAs (Lei 6902/1981); Decreto de Criação das RESECs e ÁRIES (Dec.89336/1984); Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996); parte do Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Unidades de Proteção Integral (PI) e Unidades de Uso Sustentável (US)	PI: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. US: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural
	Programa MaB, 1970 (Dec.74685/74 e Dec.Pres.21/09/99)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Reserva da Biosfera
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec.1905/96)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Sítios Ramsar
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec.80978/1997)	x	Área de Reconhecimento Internacional	Sítios do Patrimônio Mundial Natural
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/1973)	x	Terras Indígenas	Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena

Fonte: MEDEIROS, 2006, pp.47-49.

Institucionalmente, a partir da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente) editada em 1981, o Brasil reinaugurou o processo de apropriação de espaços públicos e privados dentro de seus domínios. Teve origem aí uma nova concepção normativa de planejamento, organização, gestão e controle do território, em que:

“A criação dos espaços territoriais protegidos pelo Poder Público está prevista entre os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecidos pela Lei 6.938/81, e no próprio texto constitucional, que enumera, entre as incumbências do Poder Público, a definição, em todas as unidades da federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos [...]” (SANTILLI, 2008, p.136).

Dos avanços que podem ser citados pós PNMA/81 está a edição de novas leis que tratam da questão socioambiental no Brasil, como um fator de relevante interesse ao desenvolvimento do país, no que se caracteriza sociedade, cultura,

meio ambiente e cidadania. Tão logo, as leis editadas entre os anos 1990 e 2000 “[...] especialmente a Lei nº 9.433/97 (*Sistema Nacional de Recursos Hídricos*) e a Lei nº 9.985/2000 (*Sistema Nacional de Unidades de Conservação*), [...] passam a prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais [...]” (SANTILLI, 2005, pp.29-30).

No cerne dessa reestruturação da PNMA está a concepção das áreas especialmente protegidas, para as quais, Santilli (2008, p.135) aponta duas definições:

“A Convenção sobre Diversidade Biológica estabelece a seguinte definição de área protegida: *‘área definida geograficamente que é destinada ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação’*. Adotando definição bastante próxima à da convenção, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), [...] que reúne alguns dos maiores especialistas mundiais, considera área protegida como uma *‘área de terra ou de mar definida especificamente para a proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e gerida por meios legais ou outros que sejam efetivos’*” .

Segundo a autora, a definição da IUCN “[...] inclui a concepção de que as áreas protegidas devem abarcar não só os recursos naturais, como também os recursos culturais associados, revelando a compreensão de que tão importante quanto a diversidade biológica é a diversidade cultural” (SANTILLI, 2005., p.135). É essa concepção expressa pela IUCN que permeia a fundamentação da criação de Áreas Especialmente Protegidas no Brasil e que, também orienta o ordenamento jurídico brasileiro.

Abordando as determinações dispostas na Lei do SNUC, a autora analisa as categorias de espaços que podem, por exemplo, ser transformados em APAs , bem como o tipo de acessibilidade a eles permitido. Esclarece-se ainda:

“As APAs são constituídas de terras públicas e privadas e, nos termos do art. 15, § 2º da Lei 9.985/00, respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em área de proteção ambiental. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidos pelo órgão gestor da unidade, e, nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pública” (Ibid., p.146).

Em seu caráter efetivo, as AEPs, são territórios que representam uma dada porção do espaço “[...] impregnado de significados, símbolos e imagens, [...] via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição” (ROSENDAHL, 2005, p.1).

A IUCN elaborou em 1973 uma classificação internacional de áreas protegidas, cujo objetivo foi alinhar uma linguagem para o intercâmbio entre os países e, caracterizar objetivos de manejo para cada categoria criada. Sua referência de classificação publicada em 1994 sistematiza:

“I- Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre: áreas de proteção integral voltadas para pesquisa e monitoramento; II- Parque Nacional: áreas protegidas cujo manejo é voltado principalmente para a conservação do ecossistema e recreação; III- Monumento Natural: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação de características específicas; IV- Áreas de manejo de habitat/espécies: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação através da gestão ativa; V- Paisagens terrestres e marinhas protegidas: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação da paisagem terrestre/marinha e recreação; VI- Área Protegida com recursos manejados: área protegida cujo manejo visa principalmente a utilização sustentável dos ecossistemas naturais” (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008, pp.15-16).

De acordo com o SNUC, o Brasil apresenta uma classificação específica de suas UCs. Estas podem ser Unidades de Proteção Integral (PI) ou Unidades de Uso Sustentável (US) (BRASIL, 2002; FERREIRA; SCARDUA, 2008; SANTILLI, 2005;). Os dois grupos de PI e US têm ao todo 12 categorias (*vide* quadro 9):

Quadro 9- Classificação das UCs Brasileiras.

GRUPO PROTEÇÃO INTEGRAL	GRUPO USO SUSTENTÁVEL
CATEGORIAS	
Parques Nacionais / Reservas Biológicas / Estações Ecológicas / Monumentos Naturais / Refúgio da Vida Silvestre	Áreas de Proteção Ambiental / Áreas de Relevante Interesse Ecológico / Florestas Nacionais / Reservas Extrativistas / Reservas de Fauna / Reservas de Desenvolvimento Sustentável / Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Informações compiladas a partir de Drummond; Dias; Brito, (*op. cit.*, p.18).

As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza e a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana. Nelas, apenas o uso indireto, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais é permitido (BRASIL, 2000). No quadro 10, apresenta-se o total dessas UCs de PI dentro da Amazônia:

Quadro 10- Demonstrativo Geral de UCs sob Gestão Federal no Bioma Amazônico (Proteção Integral).

Nome da Unidade de Conservação	UF	Criação
ESEC- Estação Ecológica / PARNA – Parque Nacional / REBIO- Reserva Biológica		
NOMENCLATURA DAS 3 UNIDADES	AMAPÁ	ANO
REBIO do Lago Piratuba	AP	1980
ESEC do Jari	AP/PA	1982
PARNA Montanhas do Tumucumaque	AP	2002
NOMENCLATURA DAS 8 UNIDADES	PARÁ	ANO
PARNA da Amazônia	PA/AM	1974
REBIO do Rio Trombetas	PA	1979
REBIO do Tapirapé	PA	1989
ESEC da Terra do Meio	PA	2005
PARNA da Serra do Prado	PA	2005
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	PA	2005
PARNA do Jamanxim	PA	2006
PARNA do Rio Novo	PA	2006
NOMENCLATURA DE 1 UNIDADE	MATO GROSSO	ANO
PARNA Campos Amazônicos	MT/AM/RO	2006
NOMENCLATURA DAS 1 UNIDADE	MARANHÃO	ANO
REBIO do Gurupi	MA	1988
NOMENCLATURA DAS 6 UNIDADES	RORAIMA	ANO
ESEC de Maracá	RR	1981
ESEC Caracará	RR	1982
ESEC de Niguiá	RR	1985
PARNA do Monte Roraima	RR	1989
PARNA da Serra da Mocidade	RR/AM	1998
PARNA do Viruá	RR	1998
NOMENCLATURA DAS 2 UNIDADES	ACRE	ANO
ESEC do Rio Acre	AC	1981
PARNA da Serra do Divisor	AC	1989
NOMENCLATURA DAS 6 UNIDADES	RONDÔNIA	ANO
REBIO do Jaru	RO	1979
PARNA de Pacaás Novos	RO	1979
REBIO do Guaporé	RO	1982
ESEC de Cuniã	RO/AM	2001
PARNA da Serra da Cutia	RO	2001
PARNA Campos Amazônicos	RO/MT/AM	2006
NOMENCLATURA DAS 11 UNIDADES	AMAZONAS	ANO
PARNA da Amazônia	AM/PA	1974
PARNA do Pico da Neblina	AM	1979

PARNA do Jaú	AM	1980
PARNA de Anavilhanas	AM	1981
REBIO do Abufari	AM	1982
ESEC de Jutai-Solimões	AM	1983
REBIO de Uatumã	AM	1990
ESEC Juami-Japurá	AM	2001
PARNA do Juruena	AM/MT	2006
PARNA Mapinguari	AM	2008
PARNA Nascentes do Lago Jari	AM	2008

Fonte: Informações compiladas a partir de ICMBio (2010b).

Por sua vez, as Unidades de Uso Sustentável contemplam a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Em síntese, objetivam a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nestas, o uso direto de recursos, ou seja, a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais é admitido (BRASIL, 2000).

Considerando destaque para as APAS e ARIEs, no Bioma Amazônico, o governo federal tem sob sua gestão as poucas dessas unidades, conforme listado no quadro 11:

Quadro 11- Demonstrativo Geral de APAs e ARIEs sob Gestão Federal no Bioma Amazônico.

Nome da Unidade de Conservação (uso sustentável)	UF	Criação
* APA- Área de Proteção Ambiental		
** ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico		
* APA do Igarapé Gelado	PA	1989
APA do Tapajós	PA	2006
** ARIE Javari Buriti	AM	1985
ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florais	AM	1985
ARIE Seringal Nova Esperança	AC	1999

Fonte: Informações compiladas a partir de ICMBio (2010b).

Pelos dados reunidos, distingue-se, enfim, que o Governo Federal está institucionalmente responsabilizado pelas Unidades de Proteção Integral, em maior medida, devido o caráter diferenciado de gestão que estas requerem, principalmente, no sentido da fiscalização e do monitoramento desses espaços territoriais. Da mesma forma, considerando o papel diferenciado no quadro do

desenvolvimento regional, as Unidades de Uso Sustentável, em geral, encontram-se, quantitativamente, mais ligadas aos governos estaduais ou municipais.

Até o ano de 2010, o Brasil apresentava uma configuração de Áreas Especialmente Protegidas em Unidades de Conservação (sob gestão federal) conforme identificado na figura 8:

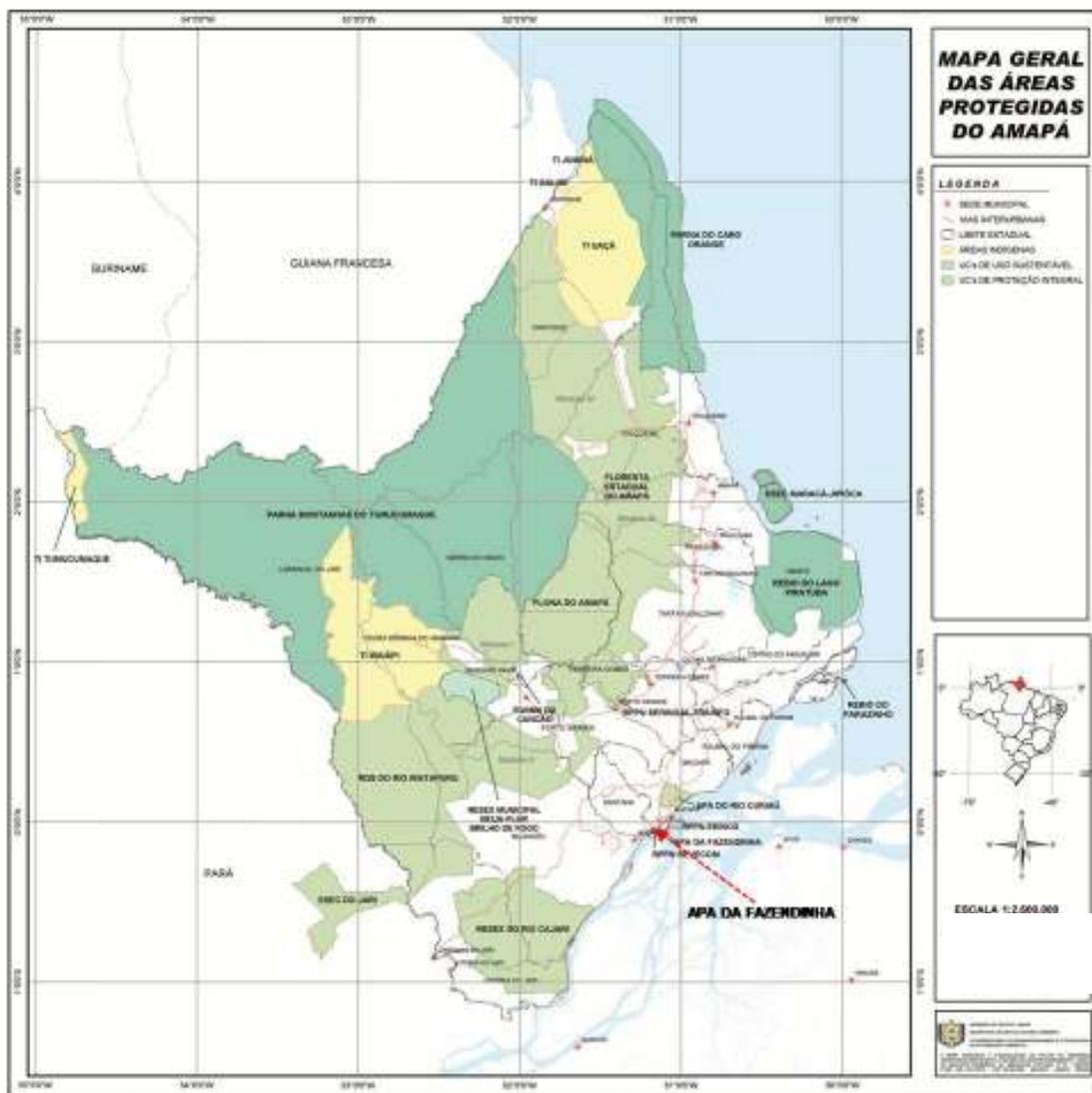
Figura 8- Mapa das Áreas Especialmente Protegidas no Brasil (Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral e Uso Sustentável), identificadas por bioma.



Fonte: ICMBio (2010a).

No Estado do Amapá, o processo de territorialização de AEPs também se mostra efetivo e consolidado. De acordo com Drummond; Dias e Brito (2008), atualmente 62% do território do Estado do Amapá é constituído de Áreas Especialmente Protegidas. Das 19 unidades de conservação, 12 são de competência administrativa do governo federal, apenas 5 do governo estadual e 2 de governos municipais. Em sua configuração geral elas estão representadas em 15 dos 16 municípios do Estado (figura 9):

Figura 9- Mapa Geral das Áreas Especialmente Protegidas do Estado do Amapá, com identificação dos municípios e da rede hidrográfica estadual e destaque para a APA da Fazendinha.



Fonte: DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008.

No que se refere à distribuição espacial, as unidades federais reúnem uma ampla porção do território estadual, são elas: Parque Nacional do Cabo Orange; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Estação Ecológica de Maracá-

Jipioca; Reserva Biológica do Lago Piratuba (distribuídas pelas porções norte, noroeste e nordeste do Estado); Estação Ecológica do Jari; Reserva Extrativista do Rio Cajari; RDS do Rio Iratapuru (que ocupam boa parte do sul e sudoeste); e na região central do Estado está a Floresta Nacional do Amapá (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008).

Das unidades de gerência estadual, 3 são pequenas: 1-Reserva Biológica Estadual do Parazinho (localizada no Arquipélago do Bailique, leste do Estado); 2-APA do Rio Curiaú; e 3-APA da Fazendinha (localizadas nas proximidades da área urbana do município de Macapá, capital do estado). As duas outras unidades estaduais são: 1-Floresta Estadual do Amapá, segunda maior UC do Estado; e 2-Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, no sudoeste do Amapá (DRUMMOND; DIAS; BRITO, *op. cit.*).

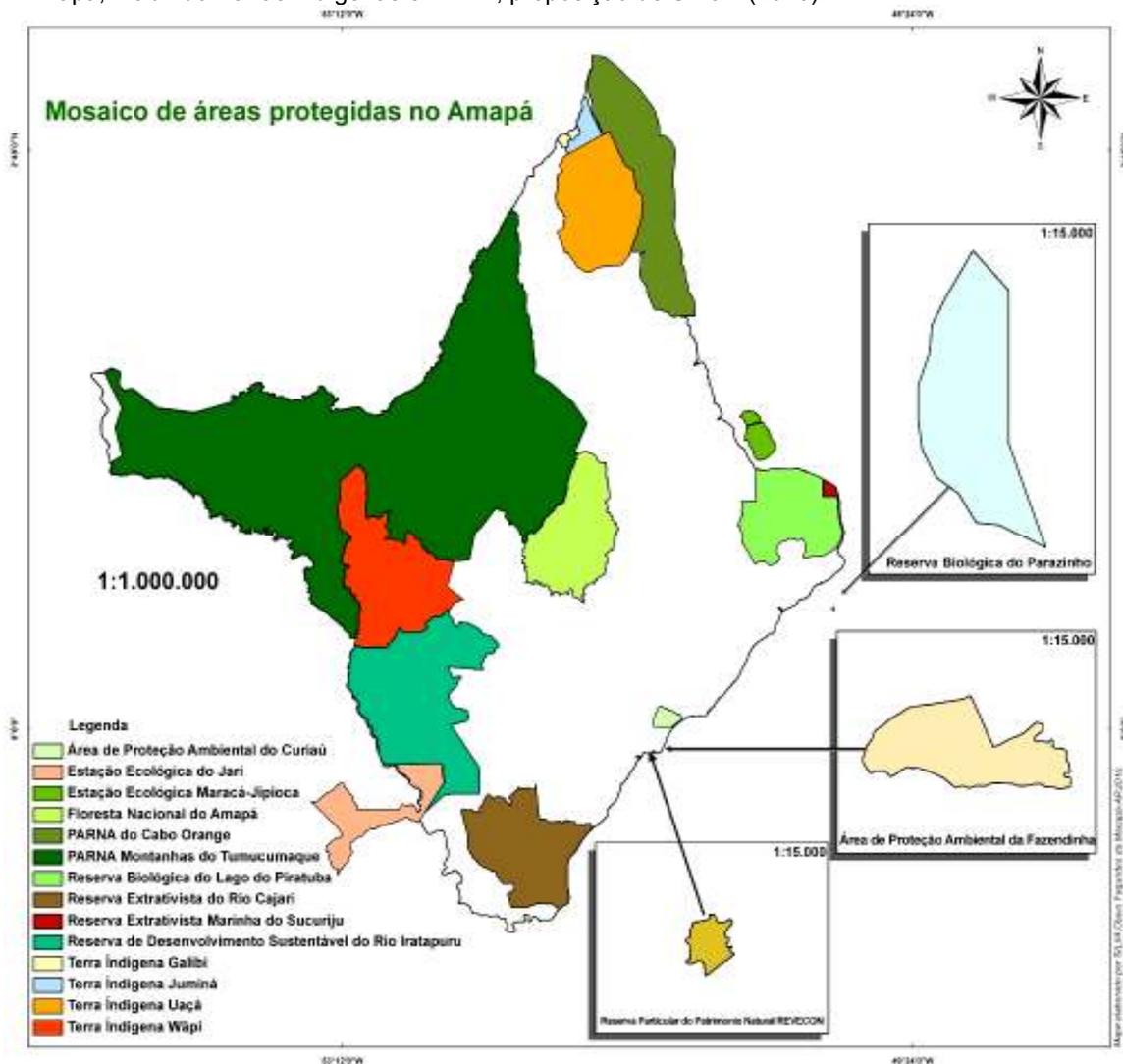
Duas unidades de conservação municipais completam esse mosaico de áreas especialmente protegidas. No município de Serra do Navio há o Parque Natural Municipal do Cancão, unidade de proteção integral, criada em novembro de 2007 e, no município de Pedra Branca do Amapari, também em novembro de 2007 foi criada a Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, esta, de uso sustentável (DRUMMOND; DIAS; BRITO, *op. cit.*).

Este processo de institucionalização de AEPs no Amapá faz parte da proposta de uma política ambiental implementada como Corredor da Biodiversidade, o qual, para além de uma faixa de regularidade da vegetação, solo e hidrografia, é um mecanismo de gestão, entendido como uma unidade de planejamento regional. Assim, o Corredor de Biodiversidade caracteriza-se como uma rede de áreas protegidas, as quais apresentam graus de antropização diferenciados e, cujo manejo integrado é uma das estratégias possíveis à articulação da manutenção da diversidade biológica, bem como, à implementação de uma economia local baseada na sustentabilidade dos recursos disponíveis (MARTINS; BERNARD; GREGORIN, 2006; PINTO et al., 2006).

Seguindo esta lógica, o corredor de biodiversidade no Amapá se fundamenta em três objetivos: 1- Interligação de áreas protegidas; 2- Estudos sobre a viabilidade de criação de novas unidades; e 3- Estabelecimento de um mosaico de sistemas de utilização sustentável nas áreas entre as unidades institucionalizadas (MARTINS; BERNARD; GREGORIN, *op. cit.*).

A configuração geral do Corredor da Biodiversidade Amapaense está parcialmente demonstrada na figura 10:

Figura 10- Distribuição Espacial das Principais Áreas Especialmente Protegidas no Estado do Amapá, incluindo Terras Indígenas e RPPN, proposição de Silva³⁴ (2010).



Verifica-se, portanto, que a territorialização de AEPs no Amapá, tanto quanto no Brasil representa atualmente uma forte estratégia de gestão e controle do território pelo Governo Federal e Estadual. Dentro da Amazônia, numa Política de Desenvolvimento caracterizada atualmente pela sustentabilidade, a criação dessas áreas, novamente reforça a idéia de uma subordinação da região a modelos de desenvolvimento exógenos. Todavia, é fundamental atestar que este outro/novo modelo também pode afiançar o futuro da região e de suas populações, se de fato, o

³⁴A área em branco espacializada na figura 10 não foi identificada pelo autor, em função do que, desconhece-se a representação pretendida.

predicado da sustentabilidade for levado aos interesses locais, prerrogativa que também se estende como fundamental no processo de territorialização do Estado do Amapá.

No capítulo a seguir, as Relações Socioambientais, suas dinâmicas, suas demandas e suas principais características são apresentados dentro do processo de territorialização e usos socioeconômicos do espaço.

5- A RETROATIVIDADE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL: TEORIA E EMPIRISMO NA AMAZÔNIA-AMAPÁ

Uma perspectiva analítica possível para conceituar Relação Socioambiental a configura como uma complexa rede de interdependências próprias do Meio Ambiente (este entendido como um sistema vivo e dinâmico, desnaturalizado pela produção social, econômica e cultural), em que, a ação do poder, articulada num embricado sistema de interrelações orgânicas da sociedade/natureza determinam tanto a territorialização, isto é, formas/conteúdos de apropriação, quanto o processo de desenvolvimento socioeconômico e de retroatividade da crise socioambiental. São, portanto, interdependências denotativas de poderes, conflitos e racionalidades (BECKER, 2001, 2005; BRITO, 2007; LITTLE, 2002; NAVES, 2004).

5.1- RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: PODERES, CONFLITOS E RACIONALIDADE

As dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se entrelaçam na territorialização dos espaços representam importantes e inerentes etapas do processo de organização e gestão dos territórios. A lógica do *espaço em disputa* está baseada no caráter da apropriação e da reapropriação pretendida e, a depender do grupo ou dos grupos envolvidos nesse jogo de forças, o resultado ou a formatação última evidenciada no lugar, pode revelar conceitos, ideologias e estratégias que determinam o ritmo de desenvolvimento planejado para o espaço em questão (BLUME, 2005; LITTLE, *op. cit.*; SANTOS, 1997, 1988).

Segundo Little (*op. cit.*, p.3) a territorialidade também pode ser definida como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ [...]”. O autor afirma ainda que:

“[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, *op. cit.*, p. 3).

Para compreender a lógica do território, tanto na abordagem de espaços relativos à macrogestão, a exemplo de Estados e Municípios, quanto na perspectiva

da microgestão de áreas especialmente protegidas³⁵, é fundamental identificar novamente uma perspectiva conceitual de território. Neste sentido, ressalta-se que:

“Uma compreensão que tem sido difundida no Brasil é a dimensão do *uso do território* por Bertha Becker em caráter pioneiro no início dos anos oitenta. Mais tarde, a partir de meados dos noventa, Milton Santos adere à utilização do conceito empregando a denominação *território usado*, o que converte para o emprego comum dos usos políticos e econômicos que se faz do território e- pode-se adicionar – do processo de construção das diferentes territorialidades” (RÜCKERT, 2005, p.82).

Segundo Rückert (*op. cit.*, p.83), o espaço é produzido por diferentes atores numa dinâmica de multidimensionalidade de poder (político, econômico, social), por isso, “[...] *interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território [...]*”. Na perspectiva de Becker (1983, p.7-8) enfatiza-se que:

“Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. [...] o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado- Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto 'produzido' pela prática social, e também um produto 'consumido', vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social”.

As divergências e os diferentes interesses dos grupos sociais e políticos que, estão inseridos no contexto interno e externo ao pretensão lugar de domínio, constituem o ponto chave das relações de poder que dão forma e intencionalidade ao meio usado e ocupado (RÜCKERT, *op. cit.*). Enquanto elemento determinante à territorialização, o poder no jogo de forças deve ser entendido como uma prática do organismo e, não como o organismo em si, posto que, é como mecanismo de apropriação que este se realizará. Assim,

“Quando se pensa o poder a partir de indivíduos, percebe-se que ele não reside em algo específico. Ele se exerce, só existe em ação, com práticas reais e efetivas. Mas não é propriedade de um indivíduo isolado, parte-se do pressuposto que pertence a um grupo e sua existência está vinculada ao período de vigência dos interesses que unificam tal grupo. O interior de um grupo revela a existência de poderes colidindo e divergindo de acordo com os interesses de cada participante. O poder é exercido dessa forma, no âmbito de um jogo pautado em relações heterogêneas” (BRITO, 2007, p.23).

Brito (2007 p.26) indica que o poder é “[...] *uma relação entre sujeitos que estabelecem, historicamente, uma prática social relacionada com a posse de meios*

³⁵Da forma como se observa na peculiaridade amazônica, com as ditas comunidades ou localidades, as quais são pequenas áreas de baixa densidade populacional, onde os grupos locais, geralmente famílias, disputam e determinam predominância política e cultural.

que permitem obter vantagens ou efeitos desejados, mas que está em constante transformação". Tão logo, admiti-se que a heterogeneidade própria dos grupos sociais, conduz a um exercício de poder que se fortalece na interação dos sujeitos, o que eventualmente, se traduz como um princípio do equilíbrio de forças nos diferentes níveis desse organismo social.

Observa-se ainda, que as transformações na forma de articulação e implementação das forças de poder³⁶, não apenas advém, como também, dependem de sua mobilidade no tempo-espaço e de sua capacidade de realizar acordos dentro e fora do grupo. Essa coesão e maleabilidade vista no foco regional, evidencia que:

“[...] o modelo de desenvolvimento posto em prática na Amazônia a partir dos anos 1970 foi uma decisão soberana das elites brasileiras que, por decisão própria, recorreram, inclusive, aos capitais internacionais. Relembre-se que, à época, o Brasil se encontrava sob um regime ditatorial e esses projetos não se achavam submetidos ao debate democrático da sociedade brasileira. Assim, o poder soberano foi exercido por elites civis e militares à revelia da sociedade brasileira, particularmente da sociedade amazônica e, mais particularmente ainda, das suas populações originárias ou dos novos migrantes pobres que para a região se dirigiram” (GONÇALVES, 2008, pp.61-62).

É importante salientar que, na formação da geopolítica amazônica, os discursos referentes à defesa da fronteira, bem como, ao controle e uso do potencial de recursos naturais constituíram a fundamentação e a base de argumentação que caracterizaram a hegemonia do poder fortalecido na região, conforme já discutido anteriormente (BECKER, 2005).

Efetivamente, tem-se que a representação, em princípio, criada para a Amazônia, converge à composição do espaço de domínio externo. Para esse perfil de apropriação, Chartier (1988) indica que, tanto as lutas de representações quanto as lutas econômicas são fundamentais para se compreender os mecanismos que definem a imposição de um grupo sobre o outro, ou ainda a imposição de valores, bem como o próprio domínio.

Nesse espaço amazônico, complexo vivo da relação sociedade/natureza, é possível corroborar a análise de Leff (2008, p.66), o qual, entende que *“[...] a natureza converte-se num meio de produção, objeto de uma apropriação social,*

³⁶Distinção entre as forças políticas, econômicas, sociais e culturais que interagem na composição e condução da sociedade.

atravessado por relações de poder”. Desta forma, como uma nova diretriz mediadora dessas relações, distingui-se:

“A reapropriação da natureza requer um princípio de *equidade na diversidade* (Grünberg, 1995); isto implica a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento” (LEFF, 2008, p.77).

É fato que as tomadas de decisões dos atores políticos são importantes determinantes na formatação e territorialização dos espaços. Contudo, é fato também, que a mobilização dos atores sociais e culturais constitui a essência desse processo orgânico, posto que, é no movimento cotidiano que se caracteriza a viabilidade do lugar. Assim, pelo uso e, não necessariamente apenas pela ocupação, relações de reciprocidade são estabelecidas entre sociedade/natureza, onde corriqueiramente vão se concretizando mudanças na dinâmica ambiental (LEFF, *op. cit.*).

Qualquer que seja o sentido direcional de análise, fato é, que o complexo amazônico do norte brasileiro, pelas potencialidades econômicas que representa, contextualiza uma gama variada de embates entre as relações de poder (institucional, social, político e econômico) de caráter interno/externo e a racionalização da sociedade/natureza. Em se tratando da viabilização do processo produtivo, o desenvolvimento, a qualidade de vida e a diversidade étnico-cultural, acabaram transformadas em indicadores fracionados e opostos na produção do espaço.

Dentro da Amazônia a perspectiva do Desenvolvimento, quer seja tradicional, endógeno-regional ou sustentável, está relacionada a um contexto histórico no qual se destacam três momentos principais de reprodução do uso e ocupação diferenciada do espaço. O **primeiro** deles se refere ao período inicial de ocupação portuguesa, no qual, a exploração estava direcionada tanto pelo extrativismo quanto pelo assentamento de populações ao longo dos rios.

Notoriamente, tais eventos marcaram a região pela biopirataria colonial, ou seja, captura e exportação de diversas espécies da flora e da fauna amazônica, além de atividades paralelas como o corte de espécies vegetais com potencial econômico a época, desmatamento de porções territoriais para edificação de fortificações e moradias e extinção de populações autóctones que acarretou no processo de perda de diversidade biológica e cultural nas áreas ocupadas.

O **segundo** momento é marcado pela exploração extrativista com destaque às drogas do sertão e a Economia da Borracha, em que esta última denotou várias modificações na estrutura econômica e no modo de vida na Amazônia. No que se refere ao espaço, a repartição de grandes áreas direcionadas à produção da borracha fizeram com que o eixo econômico ficasse direcionado a esse setor com grande dependência aos fatores naturais (internos/endógenos) de produção (clima, regime de chuvas, pragas, entre outros) e aos fatores externos (demanda, oferta, oscilação monetária), já que, a produção era destinada ao mercado de exportação.

No que se refere às populações, um novo regime de trabalho foi introduzido na região, marcado pelo relógio, pelo sistema de aviamento e pela migração de populações, principalmente do nordeste brasileiro, que acarretaram numa nova realidade social, cujas necessidades passaram a ser direcionadas pelos padrões de consumo e necessidades do modo de vida capitalista. A Amazônia passou, a partir de então, a resignificar os conceitos de isolamento, miséria, desigualdade social, demanda produtiva e desenvolvimento. Nesse período, século XIX-XX, o parâmetro de comparação tem uma escala desenvolvimentista de Amazônia x Brasil, diferente do Amazônia x Amazônia que obedeceria a uma escala endógena de desenvolvimento.

Considerando a dinâmica desenvolvimentista, os modelos econômicos que seguiram sendo implantados na Amazônia encontravam-se estruturados a partir da lógica de sustentação da economia nacional, sendo portanto, exógenos à região e projetados a partir de necessidades também externas, desconsiderando fatores fundamentais que se diferenciavam dentro do recorte amazônico, como sistema de escoamento, mudança da mão de obra, populações locais, sistema climático, infraestrutura de produção, arranjos sócio-culturais locais, entre outros.

Tal processo se mostrou recorrente nos vários Planos de Desenvolvimento direcionados pela gestão do Governo Federal a partir do início do século XX e, seguiu-se na implantação dos Grandes Projetos de Mineração e Produção de Energia, Atividades Agropecuárias, Fomento do Agronegócio e abertura de Rodovias Federais e Estaduais, como os descritos pelo I e II PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia) e o próprio Polamazônia- Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

Note-se que, em todos estes eventos, o movimento de degradação, desmatamento, poluição, contaminação hidrográfica, assoreamento, perda de

biodiversidade, conflitos agrários, expulsão de populações, ocupação de terras indígenas e quilombolas, inundações por barragens, entre tantos outros fenômenos de natureza socioambiental, se reproduziram vulgarmente dentro da região alterando de forma recorrente e ascendente sua dinâmica de evolução, quer seja temporal ou espacial, transformando o que deveria ser maturação econômica endógena com influência de fenômenos e demandas externas, em setorização econômica com geração de riquezas e divisas ao cenário externo.

O **terceiro** momento de identificação está ligado ao processo de institucionalização de Áreas Especialmente Protegidas quer sejam de PI ou US: Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, enfim, tratam-se, de fato, de diversas variações de territorialização que tem o propósito de favorecer o processo de Desenvolvimento Sustentável da região, o que demonstra uma forte caracterização da nova estratégia da gestão federal para a Amazônia (conforme se visualizou na figura 8).

Do *integrar para não entregar*³⁷, passamos a uma espécie de equação: integração econômica x desenvolvimento sustentável x conversação ambiental³⁸. Considerando que cada variável da equação está imersa num complexo sistema de relações de poder (político, econômico, social e cultural) multiplicam-se os debates sobre as possibilidades teóricas, operacionais, econômicas, sociais e ambientais de aplicabilidade desta equação, que institucionalmente se materializa no Plano Amazônia Sustentável – PAS.

O fato é que, todo o histórico do processo desenvolvimentista da Amazônia obedeceu e, assim se mantém em função do planejamento vocativo regional tal como entendeu o governo federal (característico do regime militar- 1964 a 1985-, e seus subseqüentes). Assim, como descreve Lira; Silva e Pinto (2009), a Amazônia foi setorizada em pólos vocativos dos quais três apresentam forte importância econômica:

“O Pólo Industrial de Manaus (PIM), correspondente à Zona Franca de Manaus (ZFM), totalmente concentrado na capital amazonense, produzindo uma gama de produtos industriais, sobretudo eletroeletrônicos, voltados

³⁷*Slogan* nacionalista do governo militar na presidência de Castelo Branco (1966), proferida em razão da necessidade de “neocolonizar” a Amazônia. Para evitar a perda de domínio na região, deu-se início a abertura de estradas que a cortou de norte a sul para integrá-la a economia nacional (FAUSTO, 2002).

³⁸Marco de referência do Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB - 1995 a 2002), estendido e consolidado no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT- 2003 a 2010).

predominantemente para o mercado interno brasileiro; Os pólos minerais no Pará: pólo Trombetas (bauxita metalúrgica e refratária, no Noroeste e Centro-Norte do Estado), pólo Carajás (minério de ferro, manganês, ouro, cobre e níquel, no Sudeste do Estado), pólo aluminífero (alumina e alumínio primário, no Norte do Estado), pólo siderúrgico (ferro-gusa, ferrossilício manganês, siliciometálico e outros, no Sudeste do Estado) e pólo caulínifero (caulim, no Noroeste e Nordeste do Estado), voltados predominantemente para o mercado internacional; e O pólo agropecuário, com um amplo leque de atividades vinculadas à pecuária, à produção de grãos e a culturas permanentes, com distribuição desigual na região, mas com predominância no Norte, Oeste e Leste de Mato Grosso e no Oeste, Leste e Sudeste do Pará, e de forma secundária no Sul de Rondônia e no Centro-Norte do Tocantins, tendo sua produção direcionada para o mercado interno brasileiro e para o mercado internacional” (LIRA; SILVA; PINTO, 2009, p.158-159).

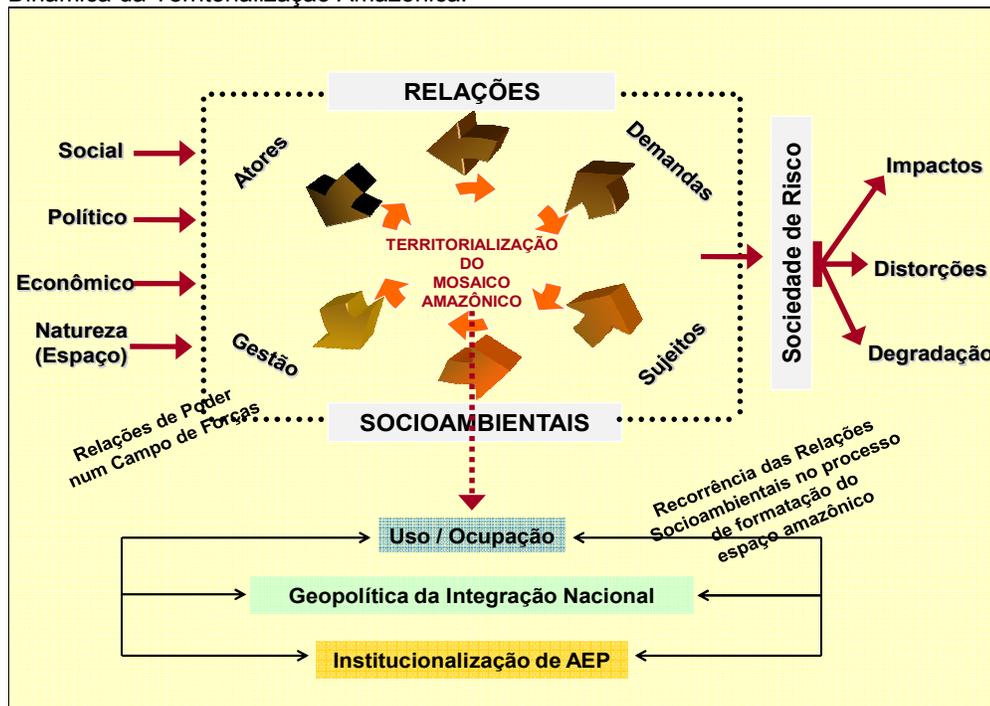
Assim recortada, a região Amazônica satisfaz um planejamento desenvolvimentista cuja orientação era a articulação intrarregional. Entretanto, o que se materializou foi um planejamento exógeno que acarretou num processo inverso, em que, endogenamente, sabe-se:

“[...] o desenvolvimento ocorrente na Amazônia se encontra desigual e restrito a determinados subespaços econômicos, muitas vezes limitado a um núcleo espacial no interior da própria esfera geográfica municipal e bastante heterogêneo em termos da produção regional [...]. A Amazônia [...], portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo o crescimento econômico e as desigualdades sociais (LIRA; SILVA; PINTO, *op. cit.*, p. 154).

Logo, as estratégias institucionais, quer em termos de políticas governamentais, criação de órgãos de gestão e desenvolvimento (como a SPVEA e a SUDAM), quer em termos de proposição de Projetos e Programas (como os Planos de Desenvolvimento e Criação de Áreas Especialmente Protegidas), na prática efetivaram o atual estágio de desenvolvimento da Amazônia, que ao passo de “[...] *reduzir as desigualdades interregionais acabaram por aprofundar e intensificar as desigualdades intrarregionais*” (LIRA; SILVA; PINTO, *op. cit.*, p. 154).

Na concomitância do processo de setorização econômica, as relações socioambientais foram sendo grafadas na territorialização espacial conforme é proposto na figura 11:

Figura 11- Proposta de Diagrama Representativo das Relações Socioambientais na Dinâmica da Territorialização Amazônica.



A produção do espaço amazônico é resultado histórico das Relações Socioambientais que se consolidaram na região. Como relações de poder, social; político; econômico; cultural; físico-natural, as Relações Socioambientais representam um campo de forças onde atores, sujeitos, gestão e demandas convergem e divergem produzindo o que pode ser denominado de sociedade de risco³⁹, a qual nada mais é, do que a sociedade industrial e pós-industrial que notabilizaram processos de produção, ocupação e uso que dão forma e conteúdo diversos ao espaço.

Nessa sociedade, cenário da Amazônia contemporânea, os eventos de impactos, distorções e degradação são expressos pelas problemáticas decorrentes dos arquétipos de desenvolvimento nela implantados. A partir destes, o fomento econômico provocou a aceleração do processo de ocupação gerando demandas socioambientais (como políticas habitacionais e políticas de sustentabilidade urbana) não previstas e não atendidas

³⁹Tal como observa DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Editora Senac, 2003.

Por sua vez, essas geraram necessidades imediatas de serviços, habitação, emprego, saneamento, malha de transporte, abastecimento comercial, abastecimento de energia elétrica, coleta de lixo, sistema de drenagem urbana, entre outros, que em situações de inadequação, sistematicamente devolvem à mesma sociedade: aumento de temperatura; enchentes; endemias; poluição; contaminação; exaustão de recursos naturais; extinção de fauna e flora; enfim, uma gama variada de impactos, distúrbios e degradação que condicionam graves conflitos à relação sociedade/natureza⁴⁰.

Deste modo, as Relações Socioambientais são relações de poder que se diferenciam na formatação do espaço amazônico, uma vez que, permeiam o processo de territorialização, isto é, ocupação/uso do espaço e o processo de desenvolvimento quando coadunam fatores diversos do sistema de produção e seus desdobramentos sistêmicos na sociedade.

Suas interconexões representam-se enfim, pelo diagrama esboçado na figura 11, sendo, portanto, uma movimentação política, econômica, social e cultural que interagem num campo de forças produzindo atores, sujeitos, gestão e demandas que se articulam em razão de conflitos dentro da Amazônia, materializando a sociedade de risco discutida a seguir.

⁴⁰No caso amazônico, essa circunstância se caracteriza na particularidade do regime de marés e na escassez de recursos ambientais, fatores de sustentabilidade comuns em comunidades ribeirinhas.

5.2- FACES DA SOCIEDADE DE RISCO

Notadamente, cada grupo ou comunidade em seu tempo/espaço, constrói estratégias de utilização do meio em que estão inseridos. Tais determinantes apresentam implicações diretas no meio retratado, em que, a partir das interferências econômicas, sociais e culturais é que o predicado socioambiental⁴¹ se consolida (CHAVES; BARROS; FABRÉ, 2007; ROOSEVELT, 1991; SANTILLI, 2005; SANTOS, 1997; VULCANIS, 2008).

Nesta complexa e embricada rede de articulações, surge os chamados riscos: o risco da falência econômica pelo esgotamento de recursos; o risco da depreciação humana pela uniformização da desigualdade e da miséria em grande escala; o risco da globalização de hábitos e a conseqüente perda da diversidade étnica, genética, cultural; o risco da degradação irreversível de ecossistemas fundamentais à manutenção da mínima qualidade de vida. Colocando de forma mais abrangente, tem-se nesse contexto, o nascimento da sociedade de risco⁴² (DEMAJOROVIC, 2003; LEFF, 2008; PÁDUA, 2008).

É, exatamente, diante dessa nova modernidade que “*o reconhecimento social do risco, fruto de um processo de auto-reflexão em relação aos fundamentos do contexto social e dos princípios dominantes da racionalidade, altera a forma de entender o próprio risco [...]*” (DEMAJOROVIC, *op. cit.*, p.44).

Diante da necessidade iminente da construção de novas diretrizes que minimizem os riscos socioambientais⁴³ no processo de reapropriação da natureza,

⁴¹O caráter socioambiental marca a configuração da relação sociedade/natureza, a medida em que, fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais se aglutinam e apresentam-se interdependentes no processo de territorialização espacial, isto é, uso e ocupação do espaço e seus recursos (LIMA; RONCAGLIO, 2001).

⁴²Um entendimento possível para Sociedade de Risco se assenta na dinâmica de territorialização dos espaços vividos desde a Revolução Industrial do Século XVIII, em que todo o modelo de desenvolvimento econômico e social, tem sido pautado na exploração inconseqüente de recursos, sem que se dê real importância à complexa relação que emerge desse processo. Acidentes industriais, comprometimento de lençóis freáticos, contaminação de trabalhadores e comunidades em série, aquecimento global, depreciação da vida nas cidades, degradação socioambiental de toda ordem, são apenas algumas das variáveis que se amontoam nessa sociedade que não reconhece limites de tempo e, que, portanto, se coloca para além do presente (DEMAJOROVIC, 2003).

⁴³Os Riscos Socioambientais no processo de reapropriação da natureza se referem a todo e qualquer comprometimento à vida, seja esta social e/ou natural, relacionada às formas e conteúdos do espaço em transformação. São, portanto, de ordem econômica [ligados aos sistemas produtivos], social [ligados aos sistemas de adaptação, ocupação e organização da população no espaço], cultural [ligados ao modo de vida e relação da sociedade com o meio] e ambiental [ligados aos distúrbios ecológicos] (DEMAJOROVIC, *op. cit.*; LIMA; RONCAGLIO, *op. cit.*).

isto é, mecanismos que atentem para a iminência da perda de biodiversidade e diversidade genética; para inviabilização de sistemas fluviais (seja no que se refere à utilização na economia extrativista, no escoamento de produção e/ou na dinâmica de vida de populações ribeirinhas); para a degradação inerente à atividade mineradora; para a vida agonizante nos centros urbanos altamente poluídos e deformados, dentre tantos outros riscos, e que orientem o planejamento, a organização e a gestão do espaço amazônico, tem-se a lógica em que:

“O ambiente aparece como um sistema produtivo fundado nas condições de estabilidade e produtividade dos ecossistemas e nos estilos étnicos das diferentes culturas que os habitam [...]. Esta racionalidade ambiental não se constrói de cima para baixo, como um processo de planificação que imporá às comunidades e às nações as leis de uma nova ordem ecológica global. A construção desta nova ordem social se orienta por valores culturais diversos e se defronta com interesses sociais opostos; nela se entrelaçam relações de poder pela reapropriação da natureza e pela autogestão dos processos produtivos” (LEFF, 2008, p.75).

De tal forma, o grande desafio da sociedade atual constitui-se no equilíbrio de forças dentro das relações de poder, *locus* imediato do processo de organização e gestão do espaço amazônico, em que *“desenvolver uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais é questão fundamental”* (JACOBI, 2003a, p.12).

Ao discutir “O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente”, Pereira (1997) argumentava que a dinâmica de globalização extenuava distúrbios relacionados às demandas do desenvolvimento (com reflexos no meio ambiente) que seriam agravadas em pouco anos, dado o modelo de produção capitalista ainda vigente. Decorridos 13 anos, de 1997 para 2010, sua análise continua, de fato, recorrente, uma vez que, o contexto de tais distúrbios se reproduz à velocidade que a inovação tecnológica permite.

Os argumentos defendidos por Pereira (*op. cit.*) para caracterizar a sociedade de risco, isto é, a sociedade que produz e reproduz uma dinâmica de comprometimento da qualidade de vida, representam em síntese: o crescimento da população mundial; a sobrecarga dos sistemas de destinação de resíduos; o mau uso dos recursos naturais; a poluição do ar; das águas; dos solos; bem como, seus reflexos negativos na circulação atmosférica e na mudança climática.

Sob a ótica da construção científica, o debate ecológico teve um importante papel na análise das interconexões existentes entre os processos naturais e as dinâmicas de degradação ambiental. Depreende-se, a partir disto que, o modo de vida da sociedade e o uso que esta faz dos recursos disponíveis, constitui a peça fundamental para explicar e frear as problemáticas socioambientais (CARVALHO, 1998).

Seguindo Naves (2004, p.122), entende-se que o sentido da problemática socioambiental é intrínseco ao modo de organização da sociedade, isto é, tem seu caráter orgânico na gênese do modelo político e econômico do capitalismo pós-revolução industrial. Assim, admite-se que a introspecção sobre a problemática socioambiental “[...] *perpassa por disputas de poder para definir, entre outras coisas, o significado, as origens e soluções dos problemas ambientais e as formas de apropriação e utilização da base material da sobrevivência humana [...]*”.

Sob a perspectiva do modo de vida moderno (correlata às preferências de consumo, produção econômica, relação com o ambiente natural), nota-se que:

“A associação da percepção dos problemas urbanos, como uma crescente degradação da qualidade de vida nas grandes cidades, à questão ambiental ainda é recente. Os aspectos de degradação da natureza no âmbito urbano, tais como- emissão de gases dos automóveis e engarrafamentos que causam graves problemas de poluição do ar com conseqüências danosas a saúde da população; inundações originadas pelo desnudamento da camada vegetal, com a conseqüente lavagem do solo e transporte de materiais, entre outros, são agravados e, ao mesmo tempo, agravam os problemas sociais, principalmente aqueles relacionados com a pobreza” (LIMA; RONCAGLIO, 2001, p.56).

Pelo argumento construído por Lima e Roncaglio (*op. cit.*, pp.56-58), as degradações socioambientais podem ser qualificadas como “[...] *uma expressão de conflitos sociais que têm a natureza como suporte. Revelam muitas vezes o confronto entre os interesses privados e o bem coletivo*”. Ratifica-se ainda que, mesmo não estando os recursos ambientais, em sua maioria, passíveis de “[...] *apropriação privada, como o ar, a água, os rios etc, podem estar sujeitos a um uso que favorece interesses privados, em detrimento de uma coletividade*” (LIMA; RONCAGLIO, *op. cit.*).

Partindo do recorte afirmativo para o qual as faces das sociedades de riscos (principalmente as instituídas pós-revolução industrial) se materializam nos processos de degradação e/ou distúrbios socioambientais, é possível dimensionar o nível de complexidade com que a relação entre sociedade e natureza, ou seja, as

relações socioambientais estão embricadas e determinam, concomitantemente, novas condicionalidades à apropriação sócio-espacial (NAVES, 2004; LIMA; RONCAGLIO, *op. cit.*). É por esta razão que:

“[...] a crise ambiental é também a crise de um conjunto de relações sociais. Os problemas ambientais denunciam desigualdades profundas no acesso das populações aos recursos da natureza e as boas condições ambientais. As lutas de comunidades em torno de saneamento básico, remoção de depósitos de lixo de áreas densamente povoadas, despoluição de mananciais, são alguns exemplos disto” (CARVALHO, [S.p], 1998).

Naves (*op. cit.*) apresenta duas condições correlatas fundamentais para o debate quanto à sociedade de risco e às relações socioambientais (*vide* quadro 12):

Quadro 12- Abordagem da Crise Socioambiental.

(a)	(b)
“A crise socioambiental é um fato aceito e construído pela própria sociedade que encontra grandes dificuldades para superá-la. Não se trata apenas de uma crise da natureza, mas de uma crise social, uma crise das relações humanas que não se resolve com paliativos para os problemas sociais mais prementes e exige uma reflexão mais profunda sobre nossos modos de viver” (NAVES, <i>op. cit.</i> , p. 131).	“As decisões e mudanças não dependem exclusivamente da vontade das pessoas, nem são resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de cada grupo. No contexto específico da problemática ambiental, interdependência e equilíbrio de tensões são processos dinâmicos em que grupos e indivíduos procuram sobrepor suas visões e seus interesses a de outros com os quais mantêm uma interdependência recíproca, seja na definição das propriedades de ação, no conteúdo das políticas, etc” (NAVES, <i>op. cit.</i> , pp. 123-124).

No mundo “[...] *natural e social que se reflete na expressão 'socioambiental', mudanças nas relações de poder, com a democratização das decisões e a incorporação daqueles que sofrerão diretamente as suas conseqüências são essenciais*” (NAVES, 2004, p. 126). A problemática das Relações Socioambientais aponta para a emergência de uma reestruturação política, econômica, social e cultural que permita uma resignificação das interconexões com a natureza, tendo como base, o próprio fundamento da relação sociedade/natureza.

A esse propósito, o cenário amazônico descrito em 2010 acentua as resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico ávido pela exploração, no qual, as demandas socioambientais mais recentes expressam suas formas contemporâneas na “conquista de Belo Monte⁴⁴”, na (re)territorialização da Raposa

⁴⁴Hidrelétrica de Belo Monte (Estado do Pará- Bacia Amazônica/Rio Xingu)- com uma expectativa de potência instalada em torno de 11.233 MW será a maior usina brasileira, com uma área de inundação de 516 Km². O RIMA/IBAMA, quando do licenciamento da obra em 2010, apontou inúmeros impactos negativos sobre a região, dos quais se destaca: aumento populacional e ocupação desordenada nas áreas de intervenção; mudanças na paisagem provocadas pela forte intervenção antrópica; perda de vegetação e de ambientes naturais com mudanças e perdas de fauna e flora; geração de poluição sonora com danos às populações faunísticas; alterações no escoamento e na qualidade da água dos igarapés do trecho do reservatório dos canais; alterações

Serra do Sol⁴⁵, na perpetuação do Agronegócio da Soja⁴⁶, assim como, na ocupação de áreas especialmente protegidas, todos, extratos profícuos da ocupação, do uso e da degradação que esboçam vértices conflitantes das Relações Socioambientais na Amazônia, região norte do Brasil, repositório de interesses e políticas integralistas internacionais que desde o remoto século XVII nela se qualificam.

A forma, o conteúdo, a representação e a identidade construídas para as relações/demandas socioambientais na Amazônia e, particularmente, no Amapá, inquietam no sentido da interpretação e questionamento, que as sociedades desses espaços superpostos fazem quanto ao modelo de desenvolvimento econômico no qual se inserem, seja enquanto sujeitos, atores, expectadores, *empatahores*⁴⁷, antropizadores de maior ou menor escala, seja como, população cotidiana, exposta aos flagrantes e impasses dessas demandas.

ao acesso pelo Rio Xingu das comunidades indígenas ao município de Altamira; danos ao patrimônio arqueológico; perda de vegetação e recursos extrativistas; inundações permanentes de áreas; mudanças na condição de navegabilidade, entre tantos outros danos socioambientais previstos quando da instalação da usina (ALVES, 2010; FEARN SIDE, 2010; JACOBI; SOUZA, 2010).

⁴⁵Raposa Serra do Sol- Área de Demarcação Indígena reconhecida em 2005, em franca disputa judicial com latifundiários sob suspeita de grilagem de terras (Nordeste do Estado de Roraima- Porção Norte da Amazônia). A partir de 2005, com a homologação da demarcação, iniciou-se o processo de reassentamento (ou retirada) das populações não-indígenas da área, dando seqüência a disputa fundiária, principalmente encampada por rizicultores e pecuaristas instalados nessas terras indígenas desde 1990. As reivindicações destes também entram no foro econômico, pelo questionamento de valores de indenizações, assim como, pela forte contribuição do setor produtivo à economia do Estado de Roraima (LAURIOLA, 2003; WIENKE; LAUERMANN, 2009).

⁴⁶Agronegócio da Soja (Norte da Amazônia)- a área cultivada, incluindo os Estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, já ultrapassa os 0,25% da área desmatada no bioma, com cultivo em grandes propriedades latifundiárias. Os principais debates em torno deste seguimento econômico situam-se nos grandes danos e impactos gerados nas áreas de cultivo e suas adjacências, principalmente àqueles relativos a desmatamento, queimada, produção de CO₂, alterações de ecossistemas na região, grilagem de terras e afins (CASTRO, 2008; LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

⁴⁷Sentido atribuído aos empates de seringueiros no Estado do Acre, durante a década de 1970-1980. “No vocabulário amazônico, empatar significa impedir. Pressionados pelos novos proprietários da terra, os seringueiros protagonizaram a reinvenção da resistência popular na floresta. O empate às derrubadas foi uma iniciativa local que resultou da organização do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Acre, em Basiléia, e da consciência sobre o direito de posse, assegurado pelo Estatuto da Terra” (SANDRI, 2003, p. 25).

6- OCUPAÇÃO, USO E DEGRADAÇÃO NA TERRITORIALIDADE DA APA DA FAZENDINHA (AMAPÁ-AMAZÔNIA – 1974 A 2010)

A territorialização contemporânea da APA da Fazendinha corresponde a um processo de médio prazo marcado por três movimentos distintos de ocupação, em que, a sua identidade jurídica de Área Especialmente Protegida coloca-se como um fator coadjuvante no contexto da apropriação do lugar. A dinâmica socioambiental, tanto de uso, quanto de ocupação da APA está marcadamente caracterizada pela ocorrência de conflitos, impactos e degradação da vida e do meio que nela coexistem. Esta perspectiva holística das Relações Socioambientais na APA da Fazendinha é assunto da discussão a seguir.

6.1- DECRETOS E APROPRIAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO ORDENAMENTO “DAS FAZENDINHAS”: PARQUE FLORESTAL – RESERVA BIOLÓGICA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) foi normatizada pela Lei 6.902 (BRASIL, 1981), que também dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, tendo sido posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274 (BRASIL, 1990). Segundo Santilli (2008), o modelo proposto inicialmente pela legislação brasileira seguia o fundamento do Parque Natural Europeu, cujo objetivo baseava-se na *“regulamentação do uso do solo e dos recursos naturais dentro das áreas privadas”* na Europa.

Com a edição da Lei nº 9.985/00 (conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC ou Lei do SNUC, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/02) a APA foi definida como sendo *“[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”* (BRASIL, 2000). Essas áreas têm como objetivo fundamental, a proteção da diversidade biológica, o ordenamento do processo de ocupação e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

O espaço hoje territorializado como Área de Proteção Ambiental da Fazendinha (situada no município de Macapá/AP-Amazônia Setentrional), teve

inicialmente uma apropriação socioambiental como Parque Florestal de Macapá criado pelo Decreto nº 030 em 1974 (TFA, 1974). Nesta circunstância, sua área estava representada apenas por referências de imediações, o que era assim definido:

“A área destinada ao Parque fica situada entre Macapá e Santana, nas imediações do Igarapé da Fortaleza, com as seguintes indicações: faz frente (norte) para Rodovia Salvador Diniz, fundos (sul) com o Rio Amazonas, a esquerda (oeste) com Igarapé da Fortaleza e a direita (leste) com terras pertencentes ao Posto Agropecuário de Macapá” (TFA, Decreto [E] nº 030/1974, art. 2º).

Em 1984, no espaço onde antes estava definida a área do Parque Florestal, foi criada a Reserva Biológica da Fazendinha (Rebio da Fazendinha), num processo que pode ser considerado como uma sobreposição de territórios, uma vez que, a criação da Rebio não anulou as definições da territorialização anterior. Pelo Decreto nº 020/84 (TFA, 1984), acrescentou-se que “[...] a área da Reserva Biológica da Fazendinha consiste em um polígono irregular [...], medindo 193,53 ha [...]”, conforme se visualiza na figura 12:

Figura 12- Croqui da área de abrangência de 193,53 ha da Reserva Biológica da Fazendinha, reconhecida no município de Macapá/AP entre os anos de 1984 a 2004.



Fonte: Adaptado de SEMA (2009).

Como objetivo, a Rebio da Fazendinha orientava “[...] a preservação e proteção integral e permanente do ecossistema e recursos naturais da área, especialmente no que tange a genética da flora e fauna para fins de estudos científicos, educacionais e culturais” (TFA, 1984).

De acordo com o Ofício nº 127/98 do Instituto de Terras do Amapá (TERRAP), a Rebio da Fazendinha já contava em 1998 com um quantitativo de 162 famílias de ocupantes e, dentre estes, apenas 6 possuíam “[...] documentos emitidos ou pela Marinha ou pela Prefeitura Municipal de Macapá” (GEA, Ofício nº127/1998). Tais documentos caracterizavam-se como Licença de Ocupação; Concessão de Uso do Departamento de Patrimônio da Marinha; Parecer dando Licença de Ocupação e Título de Domínio da Prefeitura Municipal de Macapá (SEMA, 1998).

A presença de ocupantes dentro da Rebio ficou notadamente marcada pelos conflitos de interesses fundiários, pelas disputas do direito a propriedade privada e pelos constantes movimentos de ocupação, especialmente, por populações ribeirinhas oriundas de ilhas adjacentes aos limites da reserva. Por conseguinte, com a edição do SNUC, a presença antrópica e a propriedade privada em reservas biológicas feriam as disposições da legislação brasileira.

Com base nestas argumentações e, considerando ainda, a necessidade do uso social do espaço e utilização econômica dos recursos naturais, tiveram início no ano de 2002 os trabalhos técnicos e audiências públicas que transformaram a Rebio em Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, mudança decorrida, principalmente, em função da pressão antrópica e urbana (populacional) que já se evidenciava na área.

Fruto também da mobilização de grupos sociais locais (Associação de Moradores, Associação de Mulheres e outras ONGs, como o Instituto Cumaú), a APA da Fazendinha passou a existir como parte de um mecanismo legal que possibilitou a permanência de populações em uma área com proteção especial. Institucionalizada pela Lei nº 0873/04 (GEA, 2004), a APA passou a descrever uma delimitação com base em informações de Posicionamento Geográfico por Satélite, totalizando, efetivamente, uma área de 136,59 hectares e um perímetro de 6,658,63 milhões/metros. Esta lei também revogou o Decreto nº 020/84 que instituiu anteriormente a existência da Rebio da Fazendinha nesse espaço em comum.

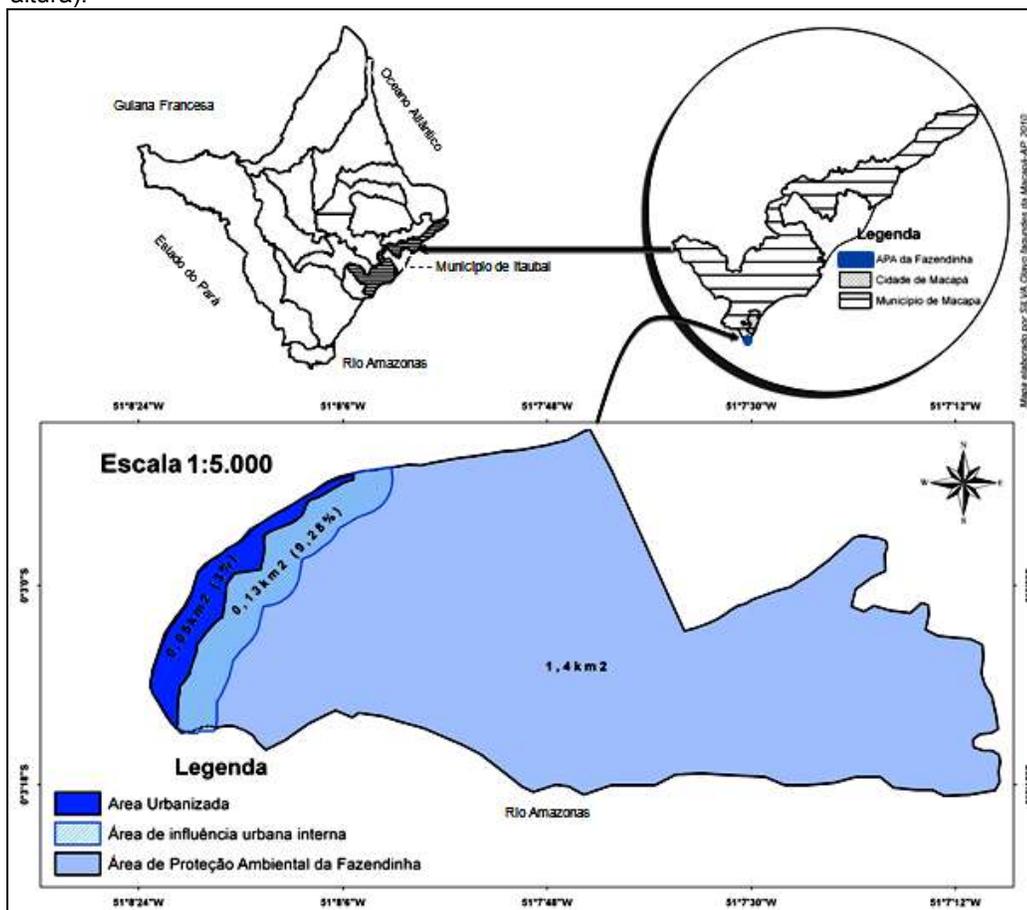
De acordo com a Lei nº 0873, de 31 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá, Estado do Amapá, a localização da APA é:

“Art. 2º - A APA da Fazendinha possui a seguinte delimitação geográfica, com base nas informações obtidas através de GPS (Posicionamento Geográfico por Satélite), inicia o perímetro da área no marco M-01RB localizado a margem esquerda da Rodovia Juscelino Kubitschek (Macapá/Santana) no limite comum com o lote do Senhor Amiraldo

Favacho, definido pela coordenada geográfica de Latitude 00°02'44,8"S e Longitude 51°07'420,0"Wgr, elipsóide SAD-69 e pela coordenada Plana U.T.M. N= 9.994.941,290m e E=485.720,457m, referida ao Meridiano Central 51°Wgr.; deste, com o azimute de 154°22'14" e distância de 609,34 metros chega-se ao marco M-02RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'02,7"S e Longitude 51°07'33,4"Wgr, localizado no limite do lote do senhor Amiraldo Favacho; deste, com azimute de 66°10'06" e distância de 496,20 metros, chega-se ao marco M-03RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°02'56,1"S e Longitude 52°07'18,8"Wgr, localizado a margem direita do Igarapé Paxicu; deste, segue-se pela referida margem no sentido jusante (baixando), com uma distância de 657,74 metros até encontrar o marco M-04RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'04,2"S e Longitude 51°07'08,5"Wgr, localizado também na margem direita do Igarapé Paxicu; deste, segue-se ainda pela referida margem, também no sentido jusante (baixando) com uma distancia de 759,22 metros até encontrar o marco M-05RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°03'16,4"S e Longitude 51°07'07,6"Wgr, localizado na foz do Igarapé Paxicu, confluência com a margem esquerda do rio Amazonas; deste, segue-se pela referida margem do rio Amazonas no sentido montante (subindo) com uma distância de 1,597,28 metros até encontrar o marco M-06RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°03'10,4"S e Longitude 51°07'56,0"Wgr, localizado também na margem esquerda do rio Amazonas no sentido montante (subindo) com uma distância de 909,22 metros até encontrar o marco M-07RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'10,1"S e Longitude 51°08'22,8"Wgr, localizado na margem esquerda do rio Amazonas na foz do Igarapé da Fortaleza em sua margem esquerda; deste, segue-se pela referida margem do Igarapé da Fortaleza no sentido montante (subindo) com uma distância de 467,18 metros até encontrar o marco M-08RB de coordenadas geográficas Latitude 00°02'56,9"S e Longitude 51°08'16,9"Wgr, localizado na margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, confluência com a margem esquerda da Rodovia Juscelino Kubitschek; deste, segue-se pela referida margem no sentido Santana/Fazendinha com uma distância de 1,162,26 metros até encontrar o marco M-01RB ponto inicial da descrição, totalizando uma área de 136,5924 hectares e um perímetro de 6,658,63 metros" (GEA, LEI nº 0873/04).

A figura 13, a seguir (assim como a figura 18), ilustra a localização da APA da Fazendinha, a partir de sua conexão estadual e municipal, o que possibilita uma melhor percepção da área protegida, bem como de seu perímetro urbanizado e sob influência de urbanização:

Figura 13- Mapa poligonal da APA da Fazendinha. Em destaque, localização da APA dentro do perímetro do município de Macapá. (Dimensões reais: 55.88 cm de largura por 50 cm de altura).



Fonte: Adaptado de Silva (2010).

6.1.1- Aspectos Fisiográficos da APA da Fazendinha

De modo simplificado, os padrões de Geologia, Geomorfologia, Hidrografia e Vegetação da APA da Fazendinha estão assim caracterizados:

a) Geologia- litologicamente caracterizada por rochas sedimentares terciárias (Formação Barreiras) e Quaternárias (sedimentação recente), conforme Silva; Takiyama e Silva (2006);

b) Geomorfologia- o relevo apresenta a predominância da forma de planície com solos heteromórficos do Gley Pouco Húmido (BACELAR, 2009).

c) Vegetação- essencialmente formada por floresta densa de várzea. Na APA, destacam-se espécies como o açazeiro (*Euterpe oleracea*), pau-mulato

(*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*) (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; SEMA, 2009; SILVA; TAKIYAMA; SILVA, 2006).

A APA da Fazendinha apresenta uma vegetação (visualizada na figura 14) com a seguinte descrição:

“[...] arbustiva, floresta de várzea e floresta de mata ciliar. As matas de várzea aparecem ao longo das planícies de inundações que são responsáveis pela moldura dos rios e nos meses de grandes chuvas, o solo permanece alagado. Nessas áreas baixas de várzea como é o caso da APA da Fazendinha, as árvores assemelham-se à vegetação de matas de igapó, sempre inundadas e ocorrem inúmeras espécies, as mais frequentes são palmeiras, principalmente, açazeiros” (BACELAR, 2009, p.29).

Figura 14 (A e B)- Cenário de ocupação da APA da Fazendinha (Igarapé do Paxicu). Destaque para a ocorrência igapó e de palmeiras, principalmente açazeiros, na vegetação do lugar.



Foto- Autora, 04/11/2010.

d) Hidrografia- a APA é banhada pelo rio Amazonas e cortada por igarapés: Igarapé do Paxicu, Igarapé da Fortaleza e Igarapés menores como Piriá, Pescada, Aturiazinho, Aturiá Grande, Furo do Aturiá, Mato Grosso da Ponta e Jaranduba (DRUMMOND; DIAS; BRITO, *op. cit.*, p.97).

A dinâmica de chuvas é igual ao característico da Amazônia, em que o período de estiagem da região apresenta as peculiaridades que marcam o ecossistema de várzea. Nos locais em que ele predomina, como é o caso da APA da Fazendinha, as áreas de influência dos rios permanecem submersas durante o período de cheia das águas fluviais (de janeiro a junho), processo que se prolonga por quase metade do ano. Entretanto, durante o período de estiagem (de julho a dezembro), é comum que o nível de alagamento das terras inundáveis diminua consideravelmente a depender do nível máximo e mínimo atingido pelas marés (BRANCO, 2004; GAMA et al., 2005).

Na figura 15A e 15B, as imagens apresentam áreas marcadamente secas no mês de dezembro, tanto na área principal de acesso, quanto em seu interior:

Figura 15- Em A: Ponte palafita de acesso principal ao núcleo de ocupação da APA. Em B: Ponte palafita secundária de acesso interno ao núcleo de ocupação (situado entre a Rodovia Juscelino Kubitschek e o Igarapé da Fortaleza).



Foto- Autora, 19/12/2009.

A figura 15A revela a elevação de pontes palafitas projetadas para dentro do Rio Amazonas e do Igarapé da Fortaleza, a fim de se prolongar ao máximo possível, a mobilidade de acesso aos mesmos em períodos de estiagem, em que, boa parte das terras inundáveis ficam descobertas. A figura 15B, dá visibilidade à característica da floresta de várzea no período de seca, em que, muitas raízes ficam expostas, demonstrando processos de erosão ou de retirada de solo.

6.1.2- Habitação e Modo de Vida da População Residente na APA

Em razão dessas características diferenciadas, a ocupação/uso da APA da Fazendinha evidencia a predominância de habitações em madeira, construídas sobre palafitas, em que, a mobilidade interna se dá por via de pontes de mesma condição (figura 16 a seguir).

Algumas casas estão bem próximas umas das outras (figura 16B), porém, também se notam casos em que estas se encontram dispersadas em terrenos relativamente amplos, em torno de 40 x 60 metros e/ou maiores (figura 16A). Nestes, a ocupação se notabiliza pela apropriação particular, chegando-se inclusive a observação de cercas em arame ou madeira, limitando esses espaços (figura 16C):

Figura 16 (A, B e C)- Padrão de ocupação/construção habitacional da APA da Fazendinha.



Foto: Autora, 19/12/2009.

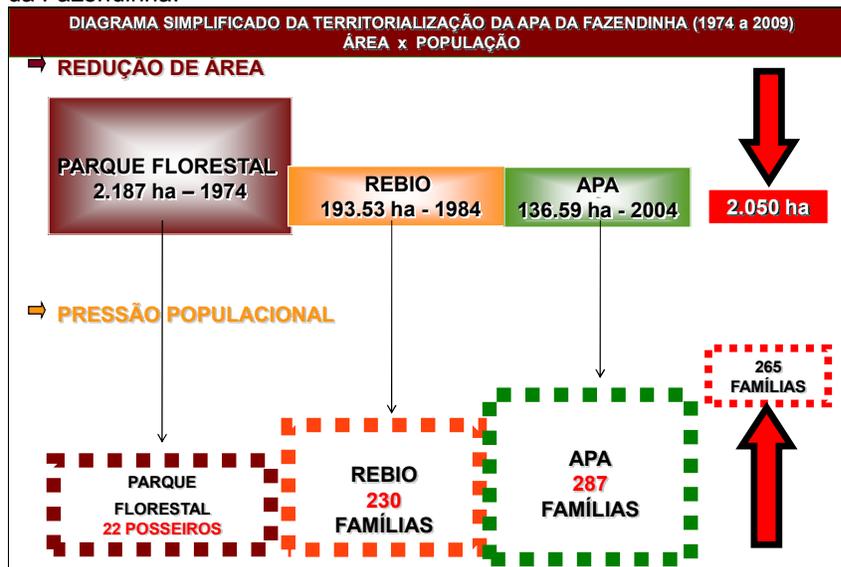
A figura 16A evidencia o caso das habitações construídas em terrenos relativamente distintos, isto é, visualmente é possível perceber um ligeiro distanciamento entre uma casa e outra. Na imagem registrada pela figura 16B, as casas encontram-se lateralizadas muito próximas umas as outras, tornando difícil a distinção de limites ou proporção dos terrenos utilizados. A figura 16C exemplifica o caso de apropriação privada dentro dos limites da Área Protegida (terrenos relativamente amplos com construção de cerca de arame).

Confirma-se, portanto, que houve um recorrente processo de (re)territorialização e mudanças de perfil identitário na APA. Num curto recorte temporal de 36 anos (1974-2010), a área que corresponde a APA da Fazendinha (2010), iniciou seu caráter conservacionista em 1974 como Parque Florestal, depois, em 1984 passou à condição de Reserva Biológica e, em dezembro de 2004 foi transformada em UC de Uso Sustentável.

No transcorrer desse período, evidenciou-se um processo inverso e concomitante nesse espaço: a) redução de área, de 2,187 ha (Parque) para 136,59 ha (APA), ou seja, uma perda de 2,050 ha; e b) movimento de forte e crescente ocupação, passando de 22 famílias de posseiros⁴⁸ (Parque) para estimados 1300 residentes em 2009, conforme está projetado no diagrama a seguir:

⁴⁸SEMA, 2009.

Figura 17- Proposição de Diagrama da Territorialização Simplificada da APA da Fazendinha.



Fonte: SEMA, 1995; 1998; 2003; 2010.

Em síntese, está posto que até o ano de 2009, as informações disponíveis para consulta junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), órgão gestor da APA da Fazendinha, dava suporte para apenas algumas projeções acerca de sua ocupação/uso, conforme foi possível descrever na tabela 7:

Tabela 7 (A e B)- Projeção da Evolução Ocupacional na Área da APA da Fazendinha (1995 a 2003- Rebio, e 2009- APA).

A					
Ano do Levantamento					
Valores (unidade)	1995 ₁	1997 ₂	1998 ₃	2003 ₄	2009 ₅
Quantitativo de Famílias	77	132	162	230	287*
Quantitativo de Pessoas	504	**	**	1068	1300*
Quantitativo de Residências	**	**	**	190	287*
Média de pessoas/família	6,54*	**	**	4,64*	4,66*

*Projeção de estimativas com base nos dados disponíveis (autora).

** As fontes não informam.

B					
Ano do Levantamento					
Valores (unidade)	1995 ₁	1997 ₂	1998 ₃	2003 ₄	2009 ₅
Quantitativo de Famílias	77	132	162	230	287*
Quantitativo de Pessoas	504	696*	855*	1068	1300*
Quantitativo de Residências	77**	132**	162**	230	287*
Média de pessoas/família	6,54*	5,28***	5,28***	4,64*	4,66*

*Projeção de estimativas com base nos dados disponíveis.

** Considera-se a razão de uma família para cada residência, tal qual demonstrado em 2009.

*** Média calculada através de dado gerado a partir de projeções de 1995, 2003 e 2009.

Fonte: 1, 2, 4 e 5- SEMA, 1995; 1998; 2003; 2010. 3- DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008.

A intensificação do processo de ocupação, juntamente com a necessidade de conservação da área, são os principais argumentos que justificam a (re)territorialização da APA. Os dados e a análises esboçados até aqui, são suficientes para orientar a construção de 3 idéias:

- O poder executivo estadual, gestor direto da área, mostrou-se historicamente omissivo e inoperante em implementar os objetivos da UC, seja enquanto Parque Florestal, Reserva Biológica ou Área de Proteção Ambiental, além de se manter inoperante na tarefa de coibir e/ou monitorar a inserção populacional, sendo, portanto, responsável direto pelo descumprimento da Lei do SNUC;
- A especulação imobiliária dentro da APA é fator constante, bem como, a apropriação de espaços (terrenos) ocupados/recortados por cercas (de arame) delimitando áreas de ocupação das famílias lá residentes;
- As pressões antrópicas, reflexos das relações socioambientais que lá se processam, acarretam crescentemente em distúrbios/desequilíbrios/impactos socioambientais que comprometem a sobrevivência da APA, em seu aspecto constitutivo de sociedade/natureza.

Outro fator importante para a análise da dinâmica das relações socioambientais na APA da Fazendinha refere-se a existência de uma forte pressão urbana sobre esta, considerando-se os números do incremento populacional, assim como, o fator localização, dado que a mesma encontra-se no limite de interconexão das áreas urbanas dos municípios de Macapá e Santana (figura 18), o que lhe confere um caráter *sui generis* em relação as outras UCs do Corredor da Biodiversidade Amapaense.

Figura 18- Imagem Aérea com visão parcial da APA da Fazendinha. Destaque para o Igarapé da Fortaleza e para a Ponte de Concreto que fazem a conexão entre os municípios de Macapá e Santana (esquerda/direita) e para o uso/ocupação comercial e pressão urbana.



Fonte: Arquivo Digital da Gerência da Unidade de Conservação da APA da Fazendinha/SEMA/GEA, foto tirada em: 17.09.2010

Observando a peculiaridade do contexto urbano que envolve a dinâmica socioambiental da APA, ressalta-se que:

“[...] a ocupação e o uso do solo em áreas urbanas trazem significativos problemas socioambientais, como por exemplo, a expansão sobre áreas de mananciais de água ou a ocupação de áreas ribeirinhas sujeitas às inundações periódicas. O próprio aumento de frequência dessas inundações, em razão da impermeabilização do solo, é consequência da ausência de planejamento e de regulamentação do crescimento das cidades. São necessários, então, instrumentos político-institucionais e técnicos-normativos que norteiem o adensamento urbano, calcados em uma visão sistêmica da cidade, em que possa existir harmonia entre o espaço e os que ali vivem” (BETTINE, 2008, p.78).

Atualmente, os moradores da APA da Fazendinha começam a falar sobre a possibilidade de transformá-la em uma RESEX, sob a justificativa de que dessa forma seria mais bem trabalhado o potencial sustentável da UC. Considerando que tal justificativa baseia-se na necessidade de maior exploração, questiona-se se seria esta uma solução mais eficaz do que um bom plano de manejo para a área, visto da real condição socioambiental e de (in)gerência nela qualificada e discutida a seguir.

6.2- APA DA FAZENDINHA: OCUPAÇÃO, ANTROPISMO E INGERÊNCIA NO USO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A APA da Fazendinha é uma unidade de conservação que apresenta um padrão de ocupação/uso diferenciado, uma vez que, sua proximidade das áreas urbanas de Macapá e Santana, provocou nesta, uma apropriação sócio-espacial peculiar. Nesta UC, a existência de um conjunto de palafitas de moradia ou de atividades comerciais, além de outras pequenas construções, notabiliza uma dinâmica de caráter eminentemente urbano, justificado pela dinâmica de apropriação social vista em seu interior.

Drummond; Dias e Brito (2008) asseveram que um levantamento realizado pela SEMA em 2003, identificava que cerca de 95% (do total de 136,592 ha) da área contínua da APA da Fazendinha mantinha bom estado de conservação, estando, à época, sua parte mais central (ou interna) preservada e com a flora primitiva mantida, embora parte da população residente na APA se utilizasse de seus recursos naturais (principalmente pescado e coleta de açaí) de forma subsistente e/ou comercial.

No estudo realizado por Silva (2009) identificou-se que no ano de 2007 o extrativismo ligado a pesca e a coleta de camarão e açaí, e a pequena produção naval (artesanal) representavam 85%⁴⁹ das atividades produtivas desenvolvidas pela população economicamente ativa da APA. O estudo também apontou que 60% dos moradores residiam ali a mais de 10 anos. À época, 95%⁵⁰ das construções caracterizavam-se como casas em palafitas⁵¹ e, as poucas casas em alvenaria estavam situadas em áreas onde houve aterramento (nas proximidades da Rodovia Juscelino Kubitschek- AP 010).

O trabalho de Silva (*op. cit.*) também evidenciou que a ausência de abastecimento de água tratada e de esgoto sanitário eram dois problemas graves que, influenciavam 80%⁵² da população a despejarem detritos sanitários, no mesmo

⁴⁹Valor em unidade não informado pela fonte consultada.

⁵⁰Valor em unidade não informado pela fonte consultada.

⁵¹São habitações construídas sobre áreas de várzeas que sofrem a influência direta das águas fluviais. Este padrão arquitetônico é bastante comum nas terras alagadas da Amazônia e, em geral, caracterizam as moradias de ribeirinhos na região.

⁵²Valor em unidade não informado pela fonte consultada.

Igarapé da Fortaleza de onde boa parte da água consumida era e, continua sendo captada.

Esse processo de ocupação e uso da APA vem sendo acompanhado de forma pouco sistemática pela SEMA desde o período em que a mesma era caracterizada como uma Reserva Biológica (1984). De tal modo, em 1995 as constantes invasões e a degradação ambiental na área desta UC, fizeram com que a Secretaria realizasse um estudo que cadastrou 77 famílias residentes na área [o que representava um universo de 504 pessoas] (SEMA, 1995). Tais famílias encontravam-se distribuídas às margens do Rio Paxicu, Igarapé da Fortaleza, Rio Amazonas e Rodovia Juscelino Kubitschek. Em junho de 1997 registrou-se o incremento de 55 famílias na área, totalizando, portanto, um quantitativo real de 132 famílias, para as quais não foi computada a representação em número de pessoas (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008).

No ano seguinte (1998), registrou-se a presença de 162 famílias residentes no local (SEMA, 1998). Em outra contagem, realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre julho e agosto de 2003 contabilizou-se 230 famílias na área (SEMA, 2003). A última atualização destes números ocorreu em junho de 2009, quando se estimou a suposta presença de 287⁵³ (SEMA, 2010) famílias residindo dentro da APA da Fazendinha.

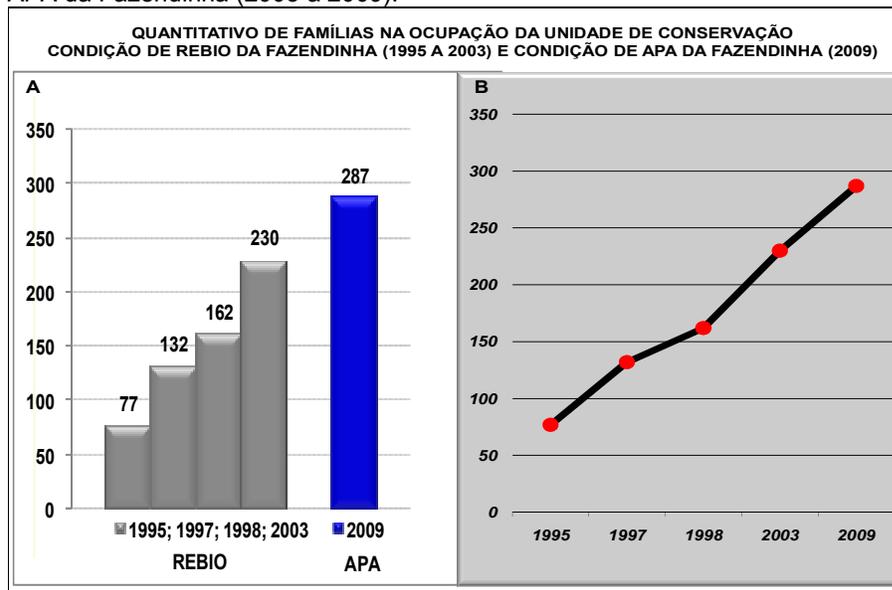
A evolução ocupacional da APA entre os anos de 1995 a 2003, período em que a mesma estava territorializada como uma Rebio e, no período de 2004 a 2009, quando, efetivamente já se tratava da unidade de conservação de uso sustentável, é de difícil interpretação e projeção, uma vez considerado o fato de que os dados disponíveis para análise (dispostos em relatórios institucionais dos anos referidos) são controversos, conforme já ilustrado na tabela 7.

Ainda assim, é significativo notar que a população (estimada) residente na área cresceu de 504 para 1300 (projeção) pessoas, entre 1995 e 2009, salto populacional que possivelmente representa indicativos de pressões ambientais (degradação, alteração de paisagem, perda de biodiversidade, entre outros) na unidade de conservação.

A seguir, o gráfico 1 demonstra essa relação ocupação/invasão/antropismo a partir do quantitativo de famílias inseridas na APA:

⁵³O quantitativo textualmente expresso é de 230 famílias, que supõe-se representar 80% da ocupação (SEMA, 2010).

Gráfico 1- Comparativo da Ocupação (famílias) na Rebio (1995 a 2003) e na APA da Fazendinha (2003 a 2009).



Fonte: DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; SEMA, 1995; 1998; 2003; 2010.

Evidencia-se, portanto, a variação ascendente do crescimento no número de famílias instaladas na APA entre os anos de 1995 a 2009. Boa parte dos valores apresentados (entre os anos 1995 e 2003) são relativos ao cadastramento realizado, quando esta, ainda se caracterizava como uma área de proteção integral (Rebio da Fazendinha). Observa-se também que o crescimento populacional (famílias) total entre os anos de 1995 a 2009, representa um incremento quantitativo de 210 unidades familiares (a mais) inseridas na área.

Nota-se que, no período correspondente aos anos de 1995 a 2009, a UC (nas categorias de Rebio e APA) apresentou um crescimento populacional total na ordem de 287,72% (210 famílias na área). Entre 1995 e 2003, embora se tratasse de uma Rebio, para a qual é vetada a inserção populacional, verificou-se o maior crescimento dessa população, 198% (153 famílias). Por outro lado, de 2003 a 2009, período que compreende a transformação da Rebio em APA (dezembro de 2004), esse crescimento foi de apenas 20% (57 famílias).

A origem da população residente também foi caracterizada em levantamentos técnicos realizados pela SEMA desde 1995. A partir de então, é possível confirmar que a maior parte dos migrantes que se voltaram para lá, vieram do estado do Pará. Os migrantes oriundos deste Estado representavam até o ano de 2009 o maior quantitativo populacional da APA da Fazendinha, seu percentual oscilou entre 84,42% em 1995, 82% em 2003 e caiu para 66% em 2009. A migração interna

representou o segundo maior percentual, descrevendo 14,28% em 1995, 17% em 2003, tendo aumentado para 28% em 2009 a participação de amapaenses na área. Famílias vindas de outros estados (como Amazonas e Maranhão) constituíam um quantitativo bastante reduzido entre os anos de 1995 a 2009, período cuja oscilação foi de: 1,3% em 1995; 1% em 2003; e 6% em 2009 (SEMA, 1995; 2003; 2010).

Os dados populacionais relativos à ocupação/uso/invasão da APA da Fazendinha apresentados até aqui, foram compilados a partir de relatórios e outros documentos institucionais, principalmente aqueles produzidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá e, embora o acesso aos mesmos tenha sido fundamental no processo de (re)conhecimento da evolução e condição socioambiental desta Unidade de Conservação, reconhece-se que a precariedade metodológica na composição desses documentos acarretou no comprometimento da produção e tratamento dos respectivos dados, sendo que muitos nos permite apenas uma projeção bastante simplificada do fenômeno real.

Além disto, é notório que a gerência direta da UC não tem registros de nenhum georreferenciamento para monitoramento, controle, prevenção e fiscalização da entrada de novos moradores na APA, assim como, até o período de fevereiro de 2011, não houve proposição de qualquer plano de manejo da área.

Nestas circunstâncias de precariedade quanto à segurança, confiabilidade e, tendo ainda, insuficiência de dados e informações que conduzissem uma melhor análise técnica do fenômeno de ocupação, uso e degradação da APA da Fazendinha, é que se procedeu a abordagem científica sistematizada a seguir.

6.2.1- O Monitoramento do Antropismo Populacional

Como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA da Fazendinha dispõe da prerrogativa de concentrar em sua área de abrangência um contingente populacional (estimado em 1300 pessoas até o ano de 2009) que a rigor, tem a determinação de qualificar, tanto a ocupação quanto o uso dos recursos ambientais de forma perene e socialmente justa.

Para que esta condição seja minimamente cumprida, o monitoramento do antropismo populacional, isto é, do processo de ocupação/uso residencial, comercial

e afins, é procedimento inerente ao controle, fiscalização e coerção da especulação imobiliária na APA.

Dentro desta perspectiva de monitoramento, foi possível realizar durante a operacionalização deste trabalho o georreferenciamento das unidades de ocupação/uso da APA da Fazendinha concentrados em sua área de influência urbana, situada entre os municípios de Macapá e Santana, basicamente restrita ao Igarapé da Fortaleza, Rodovia Juscelino Kubitschek/AP-010 e Igarapé do Paxicu.

Após 3 dias de coleta com GPS (setembro de 2010) e posterior processamento dos dados, procedimentos realizados em parceria com técnicos da SEMA/AP, obteve-se o seguinte resultado quantitativo:

- Total de Pontos de Ocupação Registrados: 286;
- Total de Unidades de Uso Residencial Identificadas: 234 e 2 conjugados (KitNet) que correspondem a 7 ocupações;
- Total de Pontos Comerciais: 42;
- Centros Comunitários: 4;
- Igrejas: 2;
- Base Fiscal da SEMA: 1;
- Posto da SEFAZ: 1.

O processamento dos pontos de GPS coletados durante a pesquisa de campo e identificados na figura 19 (a seguir) valida a afirmativa de que há um movimento de pressão urbana localizado nas extremidades poligonais da APA da Fazendinha:

- O mais intenso está situado às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek e Igarapé da Fortaleza, entre os municípios de Macapá e Santana [a esquerda da figura 19], conforme visto anteriormente na figura 18. O mesmo é um dos fatores responsáveis pela maior densidade populacional, seja de uso/ocupação comercial e/ou de uso/ocupação residencial de caráter familiar;
- O menos intenso está situado às margens do Igarapé do Paxicu (a direita da figura 19), sofrendo pressão urbana direta do Distrito da Fazendinha (Município de Macapá).

Figura 19- Pontos Georreferenciados do Levantamento Socioambiental da APA da Fazendinha, ilustrando as áreas de ocupação/uso às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek, do Igarapé da Fortaleza, do Igarapé do Paxicu e próximo a “praia” de Fazendinha.



6.2.2- Levantamento Socioambiental da Ocupação/Usos Residenciais/Comerciais

Considerando a fragilidade das informações e dados relativos à APA da Fazendinha, foi necessário coletar, produzir e gerenciar informações que permitissem a realização de um estudo mais elaborado e minucioso, pautado na análise da dinâmica das relações socioambientais e sua influência no processo de territorialização.

Assim sendo, entre setembro e dezembro de 2010, foram efetuados os procedimentos de entrevista e composição do questionário de levantamento socioambiental (apêndice A) da UC, junto as 239 unidades residenciais familiares identificadas (do total de 241, apenas 2 residências se recusaram a participar do levantamento) em sua área de influência urbana às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek AP-010, Igarapé da Fortaleza e Igarapé do Paxicu.

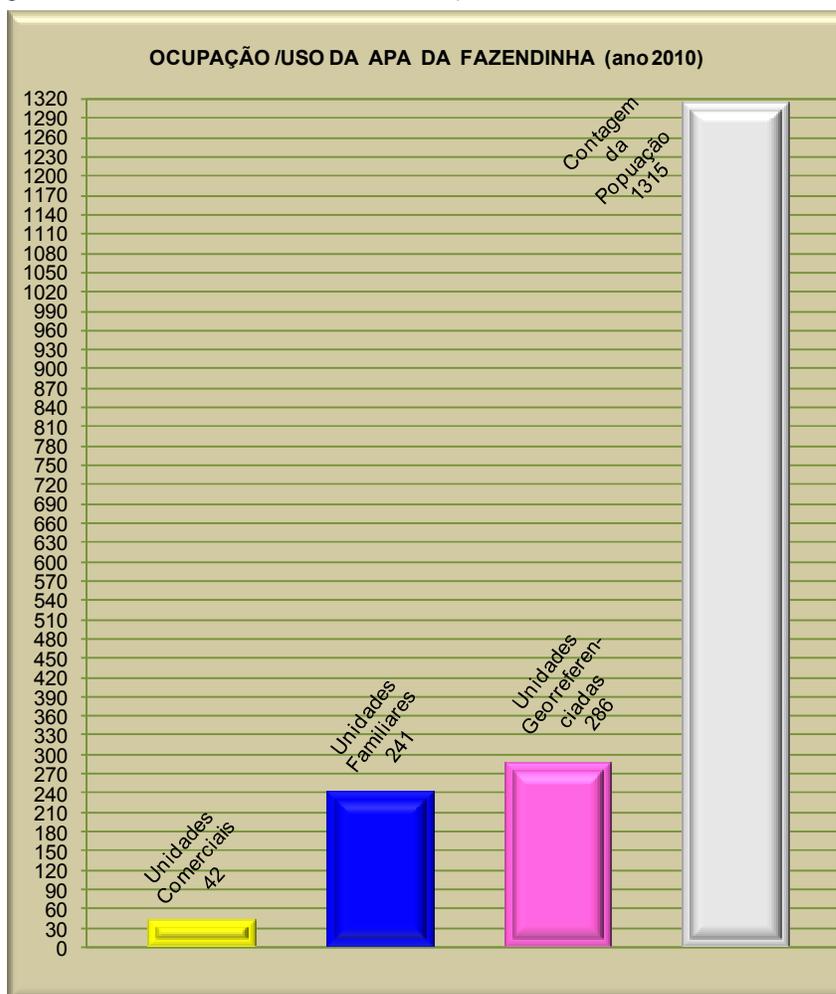
De modo a possibilitar uma abordagem técnico-científica do objeto de análise desta dissertação, “As Relações Socioambientais no processo de ocupação, uso e degradação da APA da Fazendinha”, bem como, a composição de um banco de dados para produções/investigações posteriores, o levantamento priorizou a abordagem dos aspectos:

- Origem da população; tempo de permanência; motivações de inserção na APA;
- Idade média da população; nível de escolaridade;
- Ocupação profissional; média de renda familiar; número de moradores por residência; participação em programas de transferência de renda;
- Acesso à tecnologia de comunicação: internet, televisão, rádio;
- Doenças infecciosas recorrentes na população;
- Perfil habitacional: tipo de moradia;
- Tratamento de dejetos (esgoto), lixo doméstico e resíduos sólidos;
- Fonte de abastecimento de água residencial;
- Sistema e qualidade da iluminação residencial e pública;
- Sistema de coleta de lixo e reaproveitamento de materiais;
- Vigilância e fiscalização ambiental;
- Utilização do meio: poluição, inadequação de construções;
- Recursos Hídricos: uso doméstico e comercial.

Além da abordagem desses aspectos, o levantamento socioambiental também permitiu o cadastramento individual dos moradores da APA; o monitoramento das ocupações licenciadas pela SEMA; a condição civil dos habitantes; contagem do número de famílias; quantitativo de filhos e moradores por unidade de ocupação familiar e outros. Em virtude do grande volume de informações quantificadas, apenas alguns desses aspectos serão apresentados, analisados e qualificados no corpo textual a seguir.

Efetivamente, a execução do georreferenciamento e do levantamento socioambiental na APA da Fazendinha, demonstraram que o processo de ocupação/uso apontava o seguinte universo quantitativo real no ano de 2010 (gráfico 2):

Gráfico 2- Comparativo da Ocupação/Use da APA da Fazendinha (base de georreferenciamento- Setembro de 2010).



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Em uma escala real de ocupação/uso que vai de 0 a 1320 (gráfico 2), foram localizadas 42 unidades de uso comercial direto. Destas, apenas 27 concordaram em participar da pesquisa (apêndice B), estando às mesmas distribuídas em três atividades: 12 pontos de venda de pescado; 9 estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios e carnes em geral e 6 pontos de venda de açaí beneficiado. Destaca-se que, esta caracterização de informações não foi localizada em nenhum documento institucional e/ou publicação referente à APA da Fazendinha, o que só potencializa a fragilidade do monitoramento, controle e fiscalização desempenhados pela gerência institucional da UC.

O ineditismo desses dados também limita a possibilidade de analisar o processo de evolução (redução/aumento) dessa ocupação/uso direta, posto da ausência de dados concernentes ao período de referência da pesquisa, 1974 a 2010, no qual se situam as três territorializações diferenciadas da AEP: Parque Florestal, Reserva Biológica e Área de Proteção Ambiental.

As quantificações dispostas no gráfico 2 indicam que das 286 unidades de ocupação/uso georreferenciadas, 241 correspondem ao uso doméstico/residencial ou familiar, o que de fato é a característica mais marcante da ocupação/uso visualizada. Mais uma vez, é importante relatar que não foi encontrado nenhum trabalho ou procedimento técnico de georreferenciamento na ocupação/uso da APA (qualquer que seja a territorialização tomada como referência) e, como já mencionado anteriormente, as contagens populacionais foram caracterizadas institucionalmente, a partir da projeção de estimativas, tal qual ilustrado pela tabela 7.

Como técnica/ferramenta indispensável à execução de monitoramento, controle e fiscalização de ocupações e/ou invasões em AEP, o georreferenciamento na APA da Fazendinha possibilitou uma contagem real de seu quantitativo populacional no ano de 2010 (gráfico 2), um universo de 1315 indivíduos, distribuídos em 239 famílias, número que também corresponde às unidades de ocupação/uso residencial ou doméstico (acrescentam-se duas unidades que não participaram do levantamento).

Em função da produção e quantificação final dos dados georreferenciados, a partir deste trabalho é possível projetar de modo mais realístico o processo de evolução, com aumento da ocupação/uso direta na APA, considerando o intervalo

de 1974 e 2010, período no qual o total da população é indicado por valores inteiros, isto é, não baseados em estimativas, *vide* tabela 8:

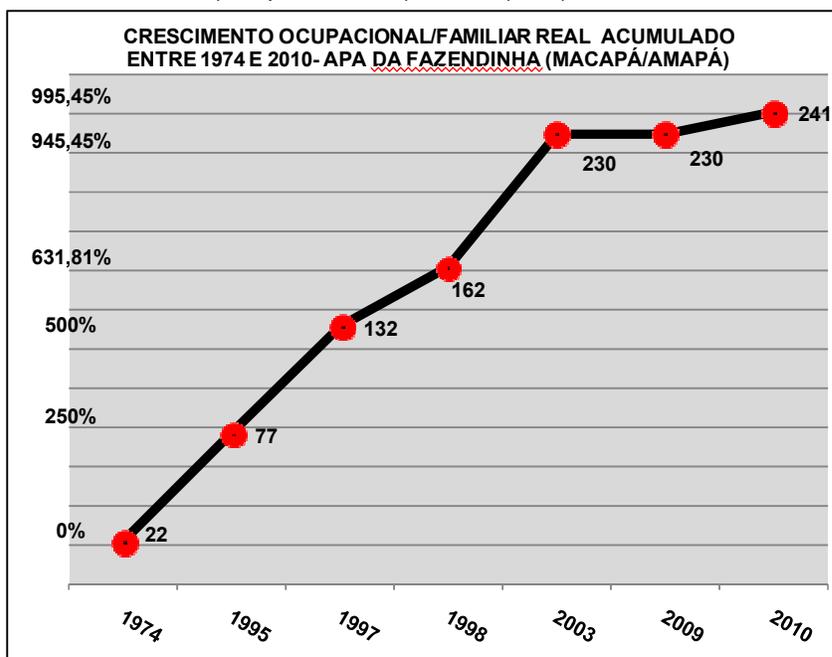
Tabela 8- Comparativo da Ocupação Populacional da APA da Fazendinha- 1974 a 2010.

ANO DO LEVANTAMENTO							
Valores (unidade)	1974 SEMA	1995 SEMA CADASTRO	1997 SEMA CADASTRO	1998 DRUMMOND ESTIMATIVA	2003 SEMA ESTIMATIVA	2009 SEMA ESTIMATIVA	2010 Neste Trabalho
FAMÍLIAS	22	77	132	162	230	230	241
INDIVÍDUOS	Sem informação	504	Sem informação	Sem informação	1068	1300	1315
RESIDÊNCIAS	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	190	190	241
MÉDIA PESSOAS/FAMÍLIA	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	5,5

Fonte: Levantamento Socioambiental da APA da Fazendinha, 2010 e, dados: In: DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; SEMA, 1995; 1998; 2003; 2009.

Demonstra-se, portanto, que a taxa de crescimento real acumulada entre 1974 e 2010 é da ordem de 995,45%, o que equivale a um aumento ocupacional de 219 unidades, totalizando em 2010, 241 ocupações/uso de caráter residencial/familiar, conforme melhor se visualiza no gráfico 3:

Gráfico 3- Comparativo da Ocupação/Uso Residencial/Familiar na APA da Fazendinha- 1974 (Parque Florestal) a 2010 (APA).



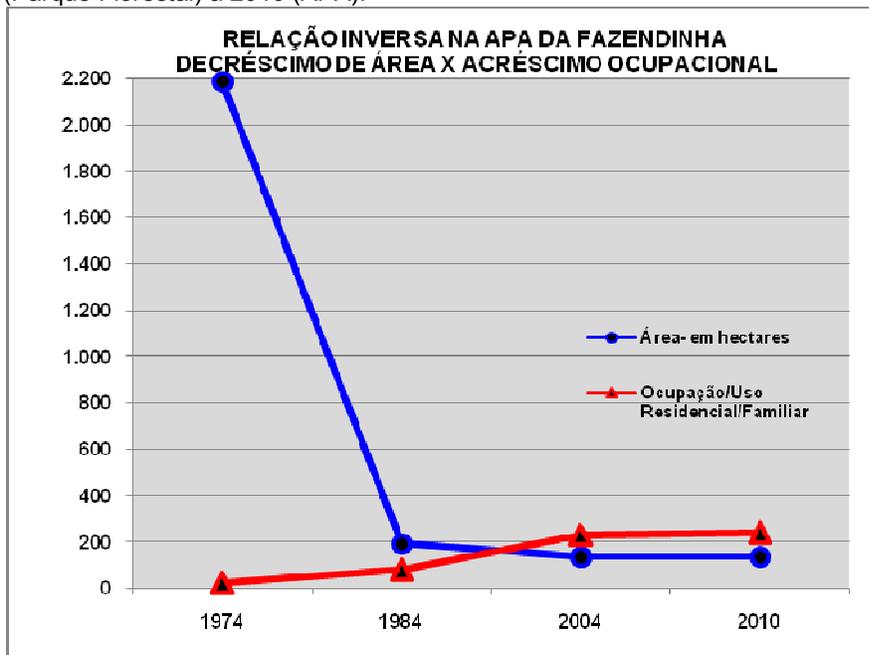
Fonte: Levantamento Socioambiental da APA da Fazendinha, 2010 e, dados: In: DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; SEMA, 1995; 1998; 2003; 2009.

Ainda pela tabela 8 é possível considerar a mesma taxa de crescimento, 995,45% para o total de indivíduos presentes na APA, tendo como referência de cálculo a média de 5,5 pessoas por família.

Como já discutido nos itens 6.1 e 6.2, o processo de (re)territorialização marcou sucessivas alterações de identidade jurídica da APA da Fazendinha, situando-a inicialmente como Parque Florestal de Macapá, o qual em 1974 concentrava uma área de 2.187 hectares, logo depois como Reserva Biológica em 1984, passou a uma área de apenas 193.53 hectares, e, finalmente em 2004 como Área de Proteção Ambiental, sofreu nova redução de área ficando com apenas 136.59 hectares. Na mesma seqüência, registrou-se a relação inversa e concomitante do aumento da ocupação/uso residencial/familiar, de 22 unidades em 1974 para 241 em 2010, correspondentes a um aumento de 995,45% como já descrito anteriormente.

Ilustrada no gráfico 4 essa relação contrastante marca a diminuição da área territorial *versus* o aumento da pressão ocupacional e o conseqüente antropismo generalizado, conforme se observa abaixo:

Gráfico 4- Comparativo da Relação Inversa entre Decréscimo de Área e Acréscimo Uso/Ocupação Residencial/Familiar na APA da Fazendinha- 1974 (Parque Florestal) a 2010 (APA).



Fonte: Levantamento Socioambiental da APA da Fazendinha, 2010 e, dados: In: DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; SEMA, 1995; 1998; 2003; 2009.

Sabe-se que, efetivamente, para além da perspectiva da contagem populacional que qualifica o monitoramento da área, os dados produzidos até aqui

de modo sistemático e, baseados na quantificação real do fenômeno de ocupação/invasão, também permitem (re)conhecer e analisar a condição de degradação socioambiental; a atuação da gerência institucional; e os limites e possibilidades do uso sustentável da APA da Fazendinha, bem como, projetar a emergência do saneamento das demandas que o antropismo vêm acarretando em seu cotidiano.

Na complementação do georreferenciamento, a análise do levantamento socioambiental realizado entre setembro e dezembro de 2010, permitiu uma composição sintetizada da configuração populacional da APA, a qual se quantifica na seguinte descrição (gráfico 5):

Gráfico 5- Variação de Médias Quantitativas dos Moradores da APA da Fazendinha: idade, indivíduos por casa, filhos e renda.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

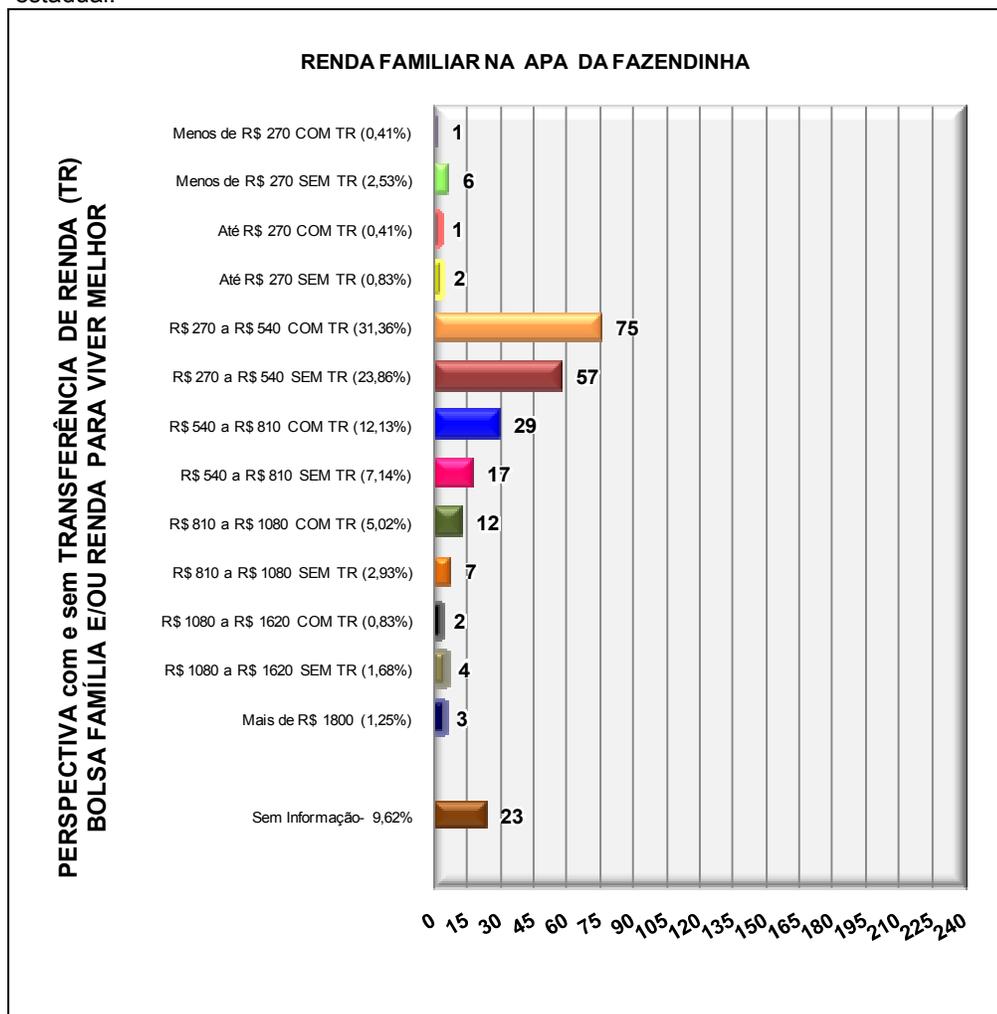
Dentre os quantitativos que caracterizam a população desta UC, cabe destacar a média de moradores por casa e sua relação de desigualdade com a renda descrita por família.

Ficou registrado pela pesquisa de campo que as unidades de ocupação/uso residencial concentram uma média de 5,5 indivíduos cada uma, para os quais há o rateamento de pouco menos de um salário mínimo mensal que, invariavelmente é o responsável pelo custeio das despesas da família, acarretando, numa renda *per capita* populacional de 0,18% do valor de um salário mínimo (cito o ano de 2010, marco da pesquisa).

Ressalta-se, entretanto, que na prática, a maioria das famílias dispõe de uma renda mensal que não alcança o valor de um salário mínimo, mesmo sendo esta

complementada com programas de transferência de renda, tanto do governo federal (Bolsa Família, cujo valor de transferência varia entre R\$22 e R\$200), quanto do governo estadual (Renda Para Viver Melhor, cujo valor de transferência é igual a R\$270- meio salário mínimo), logo o que justifica a média de renda e a média *per capita* na APA da Fazendinha é a concentração de renda acima de 1 salário mínimo descrito por menos da metade do quantitativo populacional, representado no gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6- Condição Econômica da População da APA da Fazendinha: estimativa de renda com e sem complementação de programas assistenciais do governo federal e/ou estadual.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

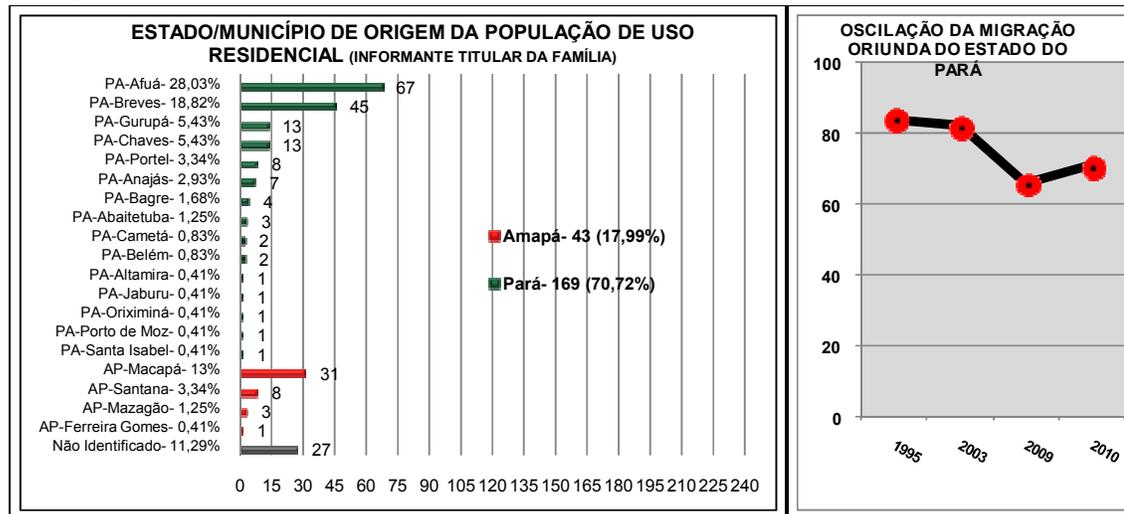
É significativo o papel desempenhado pelos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal (Bolsa Família) e do Governo Estadual (Renda Para Viver Melhor) na composição e na complementação da renda mínima que se configura entre os moradores da APA da Fazendinha, posto que, a rigor, como uma

unidade de conservação de uso sustentável, o mais indicado seria que a renda da população fosse resultado da sustentabilidade produtiva em função do uso de seus recursos ambientais e não da dependência de recursos financeiros externos.

Nota-se ainda pelo gráfico 6 que pouco mais da metade das famílias, isto é, 50,21% (120 do total de 239), têm sua renda composta pelo pagamento da força de trabalho ao qual se adiciona o complemento da assistência governamental. Do mesmo modo, 31,36% (75) das famílias só estimam sua renda mensal entre R\$270 e R\$540 porque contam com a complementação efetiva da transferência governamental. No demonstrativo geral, 59,41% das famílias (142 do total de 239) apresentam renda mensal de até R\$540, sua máxima perspectiva. Tais dados colocam sob questionamento a qualificação do uso sustentável e seus desdobramentos efetivos sobre a melhoria da qualidade de vida da população residente na APA, dado sua grande dependência de fatores externos para composição da renda familiar.

A propósito, a população que compõe a ocupação/uso desta UC é representada por migrações do Estado do Pará, com 70,72% (169 famílias), enquanto que, apenas 17,99% de seu contingente é constituído por migrações internas, isto é, famílias em trânsito dentro do próprio Estado do Amapá. Esse quantitativo de migrações oriundas do Pará vem oscilando desde 1995, demonstrando inicialmente queda de 84,42% em 1995 para 82% em 2003 e 66% em 2009, posteriormente registrando-se a alta para 70,72% em 2010 (gráfico 7):

Gráfico 7- Demonstrativo do Estado/Município de Origem da População com Uso Residencial na APA da Fazendinha.

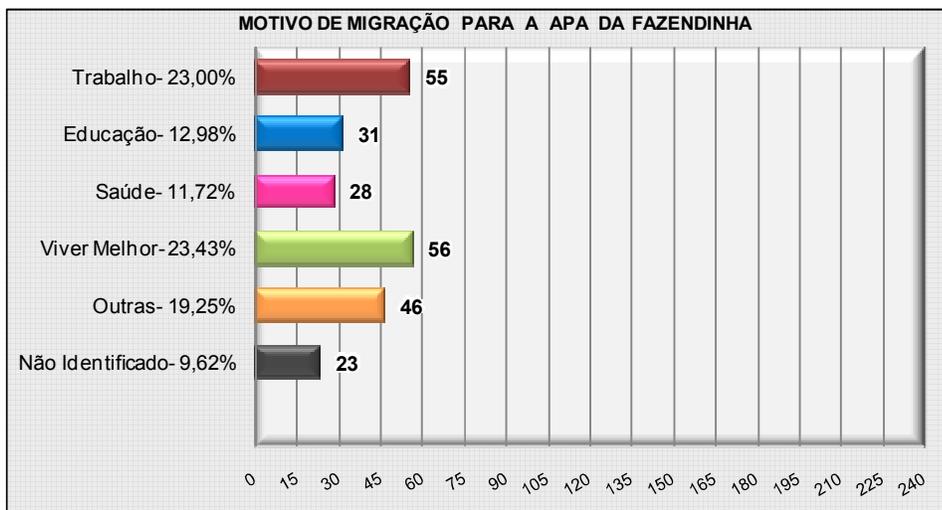


Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010) e dados In: SEMA, 1995, 2003, 2009.

Não por acaso, este forte fator de migração externa-interna constitui uma problemática intrínseca ao processo de territorialização da área como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, pois a objetivação das famílias migrantes está preponderantemente relacionada com as demandas do meio urbano, o que dificulta tanto a endogeneização da relação de pertencimento com o lugar, quanto o processo de caracterização da UC nos termos da Lei do SNUC e do Corredor da Biodiversidade do Amapá.

Por tal perspectiva, afirma-se que as relações socioambientais desenvolvidas na APA da Fazendinha têm uma marca indistinta da dinâmica urbana. O deslocamento e fixação das famílias fazem-se, principalmente, pela motivação da busca e acesso ao mercado de trabalho, acesso à educação, serviços de saúde e melhorias de qualidade de vida, *vide* gráfico 8:

Gráfico 8- Motivação Preponderante para Migração/Inserção Populacional na APA da Fazendinha.

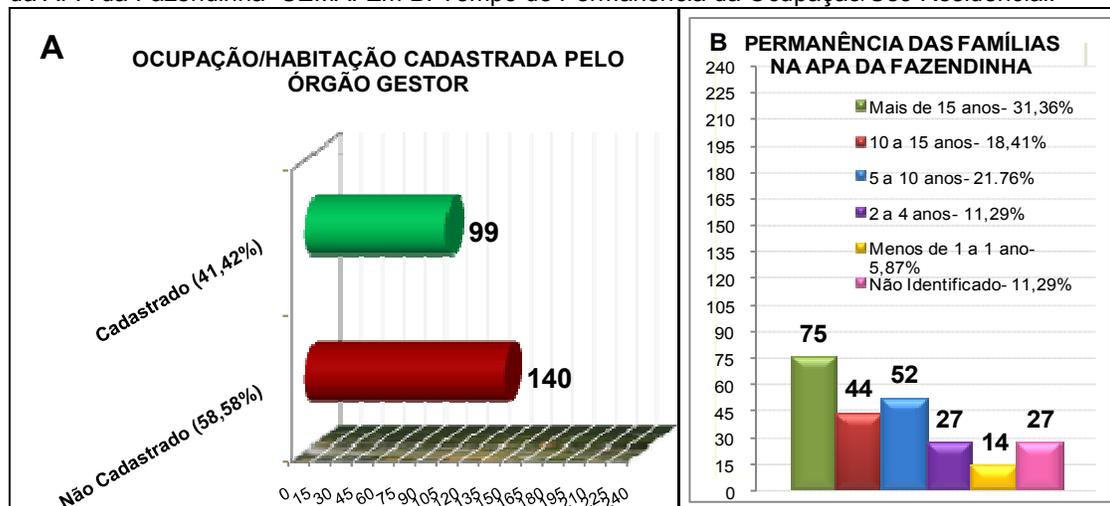


Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Todavia, é importante considerar e salientar que a ausência dessas “condições ideais” buscadas pelas famílias migrantes, gera todo um fluxo encadeado de conflitos com o meio, materializados como demandas incompatíveis com as características da UC. Da mesma forma, esse tratamento/relação de “bairro” sugerida e efetivada pela população está acentuando os eventos de invasão, especulação imobiliária e degradação, reflexos do antropismo que se configura na dinâmica das relações socioambientais de ocupação, uso e degradação, marca da territorialidade da APA da Fazendinha.

Como se observa no gráfico 9 (abaixo) menos da metade das ocupações de uso residencial estão cadastradas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá- Órgão Gestor da UC, apenas 41,42% de unidades de ocupação/uso residencial/familiar cadastradas contrastando com 58,58% sem qualquer tipo de controle de inserção na área (gráfico 9A).

Gráfico 9 (A e B)- Em A: Comparativo da Ocupação/Useo Residencial Cadastrado pelo Órgão Gestor da APA da Fazendinha- SEMA. Em B: Tempo de Permanência da Ocupação/Useo Residencial.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

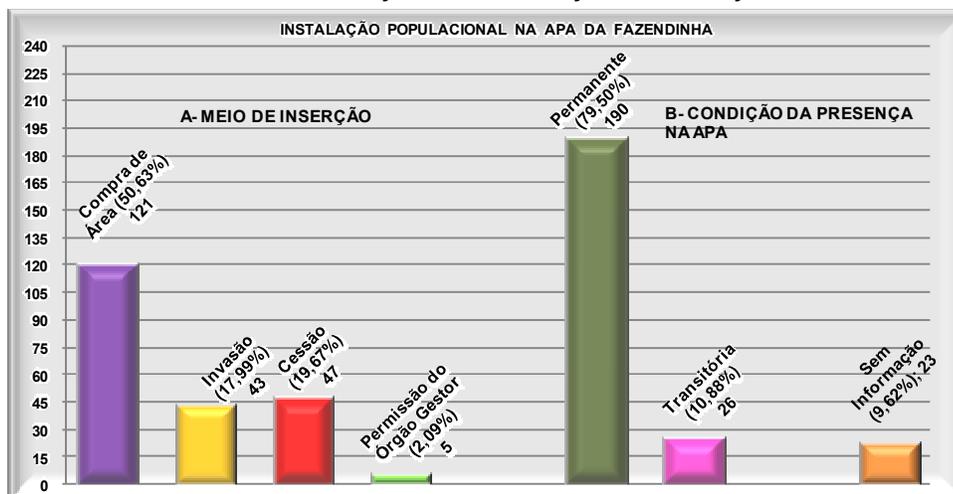
É provável que boa parte desses cadastramentos tenham sido realizados quando a UC ainda se tratava de uma Reserva Biológica (1984-2004), pois 31,36% dos moradores, equivalente a 75 ocupações, já estão inseridos na área há mais de 15 anos (gráfico 9B).

Considerando o fato de que a APA ganhou esta face jurídica apenas em 2004, tendo, portanto, à época da pesquisa, 6 anos (2004-2010) nesta condição, distingui-se que, possivelmente, nenhum cadastramento formal (monitoramento/controle/fiscalização) tenha sido realizado neste íterim, pois as ocupações/moradores instalados a menos de 10 anos somam 93 ocorrências (gráfico 9B), valor próximo a descrição de 140 ocupações não cadastradas visto no gráfico 9A. Sabe-se também que, depois do ano de 1997, nenhuma ação de cadastramento foi executada pelo órgão gestor da APA, conforme ficou evidenciado nas tabelas 16 e 17.

Essa deficiência sistemática em monitorar/controlar/fiscalizar o processo de ocupação/uso também está refletida no modo pelo qual a população se instala naquele espaço, sendo recorrentes as transações de compra de pequenos “lotes”, o

que igualmente caracteriza uma forte especulação imobiliária. Tal perspectiva da condição de inserção populacional está mais bem esboçada no gráfico 10 a seguir:

Gráfico 10- Perspectiva da Condição de Inserção Populacional na APA da Fazendinha. Em A: Meio de Inserção; em B: Condição da Presença na APA.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Nota-se pelo gráfico 10 que a relação de ocupação/uso tem se desenhado efetiva na prática da atividade imobiliária informal e ilegal, num processo, já denunciado em 2010 pelo Ministério Público Estadual do Amapá como “urbanização” da APA da Fazendinha.

Cabe ressaltar que com 50,63% (121 evidências de um total de 216 válidas) das inserções residenciais sendo resultado direto de compra de área, duas situações conflitantes ficam mais evidentes: 1- a ingerência, tanto da gestão institucional quanto da autogestão dessa UC em garantir as determinações da Lei do SNUC (principalmente no que se refere a ocupação e uso da área) e, 2- a geração de demandas e degradação socioambiental próprias da dinâmica/tratamento de “bairro” determinada pela ocupação indiscriminada da área.

Também é válido observar que apenas 17,99% (43 casos) dos ocupantes se classificam como invasores, isto é, qualidade de quem não efetuou compra nem recebeu permissão direta de instalação. Outros por sua vez, validam sua permanência na área por cessão de terra, 19,67% dos casos, em geral motivada pela prática familiar de garantir moradia, ignorando e burlando completamente qualquer disposição ou determinação contrária ao estímulo de novas inserções/ocupações/invasões.

A incongruência desses fatos reside justamente no preceito de que a ocupação/uso da UC deveria estabelecer-se no fundamento da sustentabilidade e

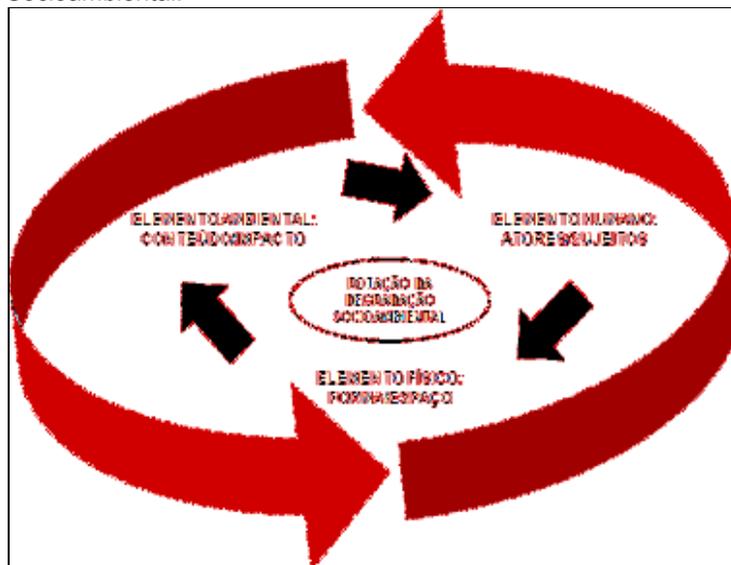
na melhoria da qualidade de vida de uma população endógena, íntima de um modo de vida menos nocivo ao meio, e, sobretudo, mais caracterizada pela condição ribeirinha que engloba o ecossistema da APA. Todavia, a permanência desse contingente populacional está muito mais justificada pela necessidade de moradia na cidade e no urbano do que pela relação de pertencimento que, afinal, é o que poderia marcar a identidade do uso sustentável.

Outrossim, a territorialização em questão identifica a grande dicotomia existente entre determinação jurídica e uso social/econômico/cultural do espaço, na prática, representada pela forma e conteúdo da degradação socioambiental.

6.2.3- Forma/Conteúdo da Degradação Socioambiental

Em uma abordagem dinâmica, considera-se a degradação socioambiental como um processo constituído por três características interdependentes: física, humana e ambiental. O aspecto físico é esboçado pela forma do conjunto apresentado, isto é, trata-se do espaço (micro-macro) onde o fenômeno está ocorrendo. A característica humana é representada pelos atores/sujeitos que intervêm na forma materializando seu conteúdo. Este, como resultado de práticas socioeconômicas ao longo do tempo, transforma ações em impactos (positivos e/ou negativos de maior ou menor escala), característica ambiental do processo, para o qual se propõe a seguinte rotação representada na figura 20:

Figura 20- Proposição de Fluxograma da Rotação Socioambiental.



Deste modo, fica claro que a degradação socioambiental (processo cíclico) é o resultado final dos transtornos provocados ao meio habitado pela agressão das práticas humanas (e suas demandas) à dinâmica própria dos ecossistemas. Neste aspecto, a ocupação e o uso dos espaços são expressões máximas dessa relação de interdependência, em que, a necessidade de emprego, renda, moradia, saúde, transporte e alimentação fazem do ambiente, um cenário (de riscos), palco de suas realizações.

Para analisar esse fenômeno na dinâmica de territorialização (ocupação/uso) da APA da Fazendinha, foi feita a opção de dar destaque as citadas abordagens:

- Resíduos de produção doméstica e comercial: tipo e tratamento/coleta;
- Dejetos humanos: qualificação do tratamento/destinação;
- Impactos no ecossistema provocados por aterramento;
- Abastecimento de água: origem/regularidade; e recorrência de endemias.

Neste sentido, procedeu-se a observação *in loco* através da Matriz de Leopold (anexo A), registro fotográfico e questionário de levantamento socioambiental para contato direto na comunidade (maio/dezembro de 2010). Ressalta-se que, a perspectiva de análise dos dados produzidos é pautada na caracterização/qualificação dos eventos de degradação (aterramento, deposição de dejetos, etc) e natureza dos elementos (sólidos, químicos, etc) que a compõe, pelo que se descarta qualquer quantificação em escala (baixa/média/alta). Logo, os juízos de valor estão descritos em: ocorrência; recorrência e situação esporádica.

Considerando em primeira análise a produção de resíduos sólidos na APA da Fazendinha, estes são marcadamente de natureza animal (restos de pescado), vegetal (resto de madeira e afins) ou embalagens/recipientes (plástica ou papel) e, qualificados como resultado da ação doméstica (mais comum) ou de atividades comerciais.

O lixo doméstico é coletado na APA através de uma adaptação do aparato de recolhimento, uma vez que, o *gari*⁵⁴ precisa se deslocar pelas pontes de palafita até as residências e pontos de lixeiras comunitárias (figura 21A). Mesmo com a disponibilização deste serviço verificou-se a ocorrência/recorrência de vasto material plástico deteriorando-se nas proximidades das moradias (figura 21B). Além destes,

⁵⁴Agente de coleta de lixo em Macapá/AP.

restos da construção de embarcações são bastante comuns nas áreas de funcionamento de estaleiros (figura 21C):

Figura 21- Cotidiano da Antropização Funcional na APA da Fazendinha. Em A: cenas da dinâmica de coleta de lixo; B: constância de lixo plástico próximo das moradias; C: identificação de resíduos de matéria-prima (madeira) em estaleiro.

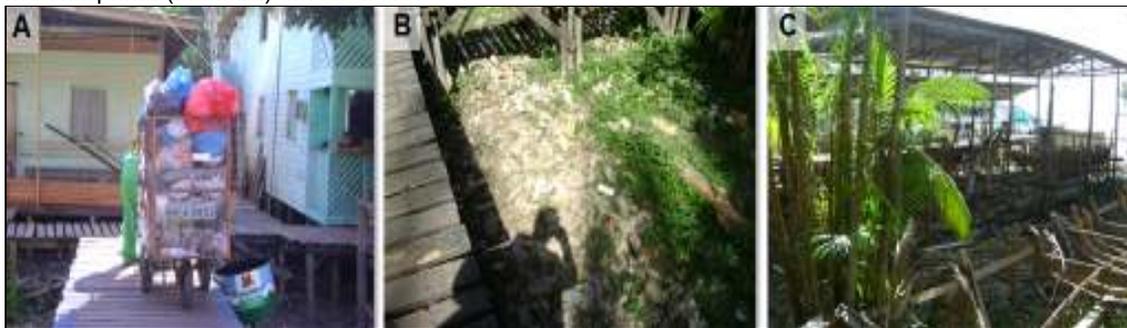
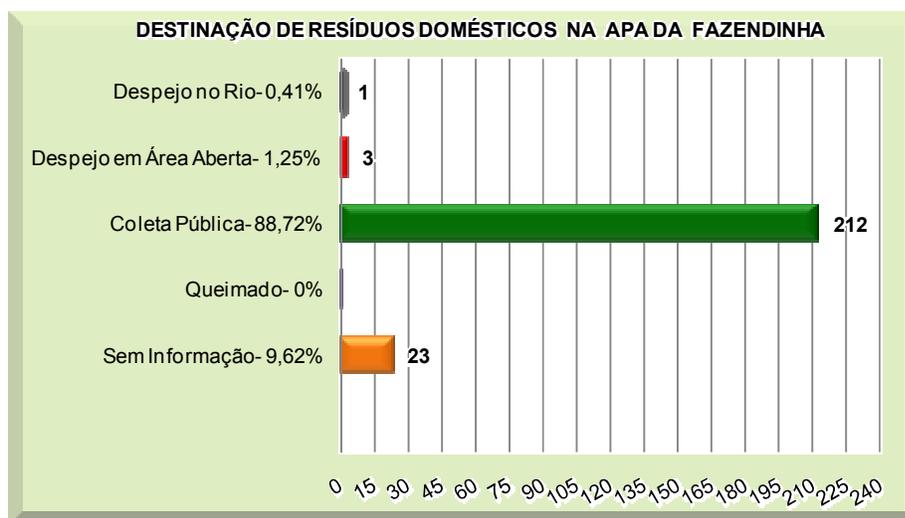


Foto: Autora, 19/12/2009.

Identifica-se, portanto, que os resíduos de qualificação doméstica têm sua maior concentração na deposição de materiais plásticos: sacolas, garrafas pet, e outras embalagens afins. Outros elementos recorrentes são as embalagens de papel e de enlatados, com menor destaque.

No que se refere ao tratamento dado pela comunidade a tais resíduos domésticos produzidos corriqueira e continuamente, os moradores apontam o *status* descrito no gráfico 11:

Gráfico 11- Tratamento de Resíduos Domésticos Produzidos na APA da Fazendinha.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

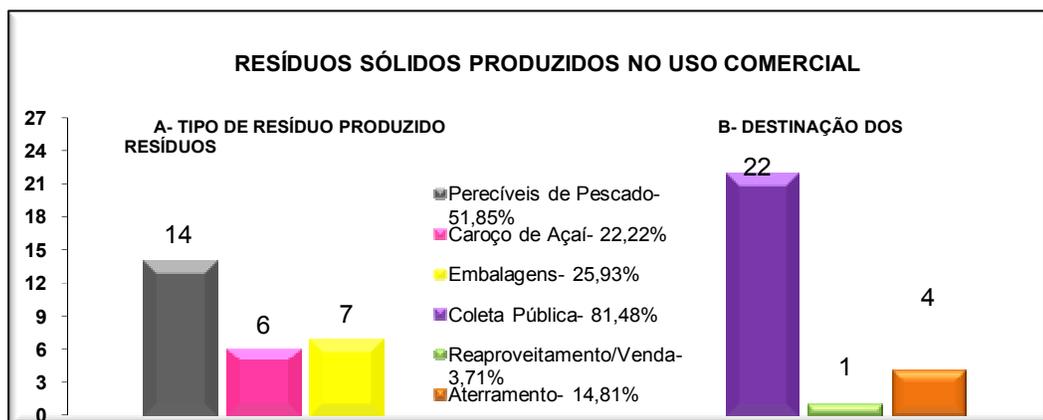
Embora a coleta pública seja fator de rotina dentro da APA (ressalvando alterações nos dias e capacidade de recolhimento), e considerando ainda que 88,72% (212 do total de 216 famílias validadas) dos inquiridos no levantamento

afirmaram realizar o tratamento para coleta do lixo produzido, a prática de observação notabilizou uma situação contrária, isto é, verificou-se uma quantidade significativa e comprometedor de descarte de resíduos junto às proximidades das residências. Neste ponto, cabem duas considerações importantes:

- 1- A perspectiva da reutilização de materiais plásticos, papéis e enlatados é inexpressiva, ocorrendo minimamente no caso das sacolas plásticas para armazenamento de lixo e no caso das garrafas pet para reservatório de água. Quanto à seleção entre resíduos orgânicos e não-orgânicos não se verificou ocorrência;
- 2- Embora apenas 0,41% (1 inquirido/família) tenha reconhecido despejar lixo no rio e 1,25% (3 inquiridos/família) tenha afirmado despejar lixo em área aberta, a observação direta demonstrou a recorrência da deposição de resíduos sólidos (incluindo o aterramento de áreas por despejo de caroço de açaí e deposição de restos de construção naval), principalmente na área de ocupação/uso situada às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek AP-010 e do Igarapé da Fortaleza. Vale ressaltar que no período de chuvas na região, a elevação das águas fluviais promove a movimentação desses resíduos, tornando-os elementos de insalubridade; componentes de assoreamento de igarapés; fator de comprometimento dos níveis tróficos do ecossistema de várzea, além de outras degradações/impactos socioambientais.

Em relação aos resíduos decorrentes da atividade/uso comercial, distinguiu-se a análise a partir do gráfico 12 A/B:

Gráfico 12- Característica dos Resíduos Sólidos Produzidos a partir de Atividade/Usos Comerciais na APA da Fazendinha.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Tanto quanto na produção doméstica, os resíduos provenientes da atividade/uso comercial são destinados à coleta pública. Assim, 81,48% dos informantes, correspondente a 22 usuários comerciais destacaram como tipo de resíduos produzidos (gráfico 12A):

- Perecíveis de pescado (51,85%- 14 informantes), principalmente derivado da venda de camarão, às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek AP-010;
- Carozo de açai (22,22%- 6 informantes), de maior ocorrência na área de ocupação as margens do Igarapé da Fortaleza, sendo inclusive utilizado para aterramento de áreas residenciais;
- Embalagens (25,93%- 7 informantes) mais recorrentes nas áreas de ocupação às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek AP-010 e Igarapé da Fortaleza.

Ressalta-se que na área de ocupação/uso da APA da Fazendinha às margens do Igarapé do Paxicu, a degradação/impacto socioambiental por deposição de resíduos domésticos/comerciais é caracterizada como situação esporádica. Embora se registre sua ocorrência, esta é mínima, considerando o fato daquela ocupação diferir das demais em função do quantitativo populacional reduzido e de sua relação de pertencimento com o meio, no qual não se evidencia o tratamento de “bairro” de Macapá, mais efetivamente, de moradores de uma Área de Proteção Ambiental, resguardando-se, contudo, os inerentes transtornos da ocupação/uso (invasão da área, deposição de resíduos e dejetos que comprometem a fauna local, derrubada de vegetação para construção de residências e outros).

Portanto, fica caracterizado que, às margens do Igarapé do Paxicu, se reconhece uma degradação/impacto negativa (mínima) dado as demandas socioambientais próprias do antropismo, mas, também há o impacto positivo da presença populacional, dado o *status* conservacionista que se qualifica nesse pequeno recorte da Unidade de Conservação.

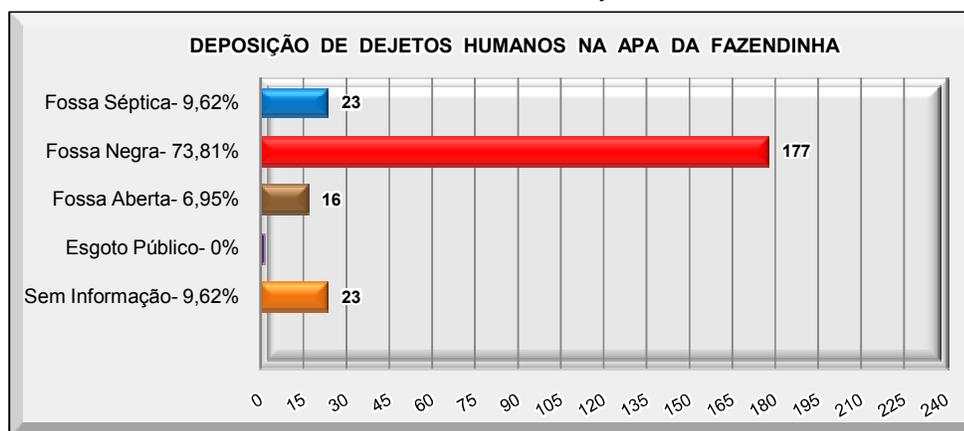
De todo modo, mais uma vez fica a interrogativa quanto à prática do uso sustentável na APA da Fazendinha, isto é, quanto à falta de perspectiva gerencial para potencializar/transformar elementos de descarte natural (ativos da degradação socioambiental) como é o caso de resíduos plásticos, restos de pescado, carozo de açai e outros, em matéria de geração de renda, seja pela comercialização ou reutilização desses materiais.

Quanto ao segundo ponto de análise do processo de degradação socioambiental, destaca-se a qualificação desta pela deposição/tratamento de dejetos humanos e sua condição de insalubridade na APA da Fazendinha.

Ficou evidenciado com a realização dessa pesquisa que, a relação entre a população residente e o ambiente imediato da ocupação/uso tem uma mediação de extremo conflito. Não por acaso, a postura socioambiental de reproduzir na APA uma rotina de vida urbana, tem acarretado na geração de demandas compatíveis com essa dinâmica, a exemplo do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Assim, a natureza química/física/biológica da agressão recorrente apresenta uma determinação cíclica e retroativa que interfere diretamente na saúde pública dos moradores, bem como no ecossistema.

Sabe-se que a população estabelecida na Unidade de Conservação (tanto quanto boa parte da população urbana dos municípios de Macapá e Santana) não conta com esgotamento sanitário público que oportunize tratamento dos dejetos humanos, seja de unidade residencial ou comercial. De tal forma, fica a cargo dos moradores criarem estratégias de descarte/deposição desses elementos, que invariavelmente ocorre junto às proximidades das residências/estabelecimentos comerciais, com contaminação direta/imediata de Igarapés e do próprio Rio Amazonas. No gráfico 13 (abaixo), evidencia-se o meio comum de deposição desses dejetos:

Gráfico 13- Tratamento dado Pelos Moradores aos Dejetos Humanos.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Pelo gráfico 13, é possível distinguir que todas as unidades de ocupação, de forma direta ou indireta, desenvolvem um tratamento de dejetos impactante ao meio.

Numa qualificação ascendente, menor/maior impacto, registrou-se a ocorrência de fossas sépticas; fossas abertas e fossas negras (de maior recorrência).

No Estado do Amapá, assim como em toda Amazônia, a carência do serviço de esgotamento sanitário torna a ocorrência de fossas (sistema residencial/interno de coleta de dejetos humanos) muito corriqueira. Na especificidade da APA da Fazendinha, as fossas sépticas são construídas como caixas/reservatórios que tem a incumbência de realizar o isolamento dos dejetos e assim evitar a contaminação hídrica, sua ocorrência é de caráter esporádico: 9,62% ou 23 ocupações.

As fossas abertas, presentes em apenas 6,95% dos casos (16 ocupações), são reservatórios de dejetos construídos sobre o solo quando do período de estiagem da região, contudo, sua capacidade de isolamento é mínima, uma vez que, não são tampadas (ou totalmente fechadas) e passíveis de inundação no período de alagamento da várzea, assim como, é espaço vetorial/potencial de endemias.

Recorrente na APA da Fazendinha, 73,81% das ocupações (177 casos), a fossa negra se caracteriza por ser uma edificação de caráter sanitário duvidoso, extremamente nocivo ao morador e ao meio. São na verdade pequenas construções ligeiramente próximas as casas e conectadas por prolongamentos de pontes/palafitas, comumente chamadas de “banheiro do lado de fora ou privadas”. Estas não oferecem qualquer isolamento entre os dejetos e o ecossistema, exceto pelo fato da deposição ocorrer (em geral) na prolongação de um buraco sob o solo, tornando o processo de contaminação, seja hídrica ou humana, fator de gravíssima e inerente insalubridade.

Cabe lembrar que naquele ecossistema de várzea, todas as modalidades de fossas (coletores de dejetos humanos) inundam, total ou parcialmente, no período das cheias do Rio Amazonas, caracterizando, inclusive, um sério comprometimento no abastecimento de água e na saúde da população.

A precariedade no fornecimento de água tratada à população da APA é uma questão emergencial, já que, nela se verificam demandas próprias da dinâmica de ocupação “urbana”. Embora 57,74%, correspondente a 138 ocupações, tenham indicado usufruir do abastecimento público de água tratada, as entrevistas/observações diretas demonstraram o caráter, apenas complementar deste serviço, conforme gráfico 14 a seguir:

Gráfico 14- Sistema de Coleta para Abastecimento Doméstico de Água.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

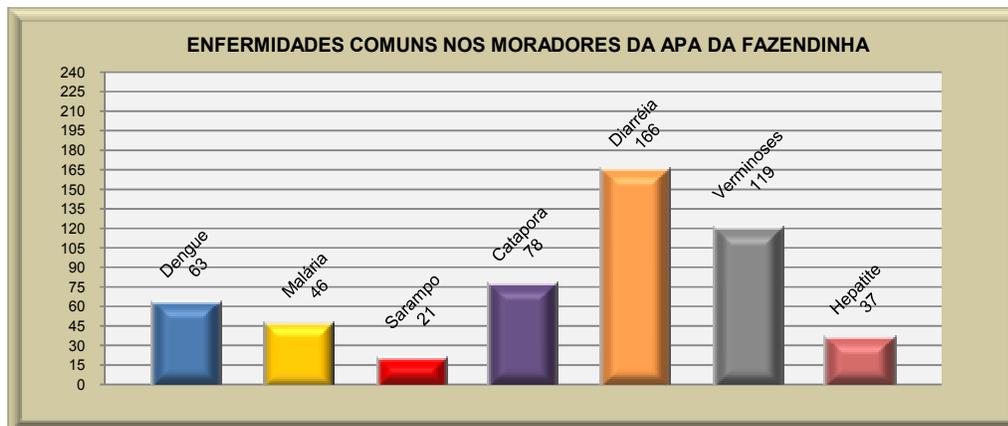
Tal condição complementar no abastecimento de água tratada se justifica pela irregularidade da prestação do serviço de abastecimento público, o qual, à época inicial do levantamento socioambiental (setembro de 2010) somava 15 dias de interrupção. Além disso, a baixa pressão no sistema de distribuição de água obriga que as tubulações sejam instaladas muito próximas ao solo e, até mesmo, de fossas negras, o que favorece a contaminação da água já na sua coleta e armazenamento, situação que toma proporções ainda piores no período das cheias do Rio Amazonas, quando a movimentação de resíduos sólidos e dejetos humanos é uma constante.

A remediação dos moradores para o problema do abastecimento de água é sua coleta direta do Rio Amazonas, do Igarapé da Fortaleza e do Igarapé do Paxicu- o que corresponde a 32,64% das ocupações. Muitos dos inquiridos pelo levantamento socioambiental afirmaram que a água coletada das vias fluviais é utilizada tanto para o uso em serviços domésticos, quanto para as necessidades de higiene pessoal (tomar banho/escovação bucal) e hidratação metabólica, isto é, ingestão da água contaminada pelos resíduos sólidos e dejetos humanos (fezes e urina principalmente).

Notoriamente, a ingestão de água contaminada do Rio Amazonas e dos Igarapés tem como desdobramentos as enfermidades cujos vetores também estão ligados a condição de insalubridade humana, principalmente no que se refere a doenças do trato intestinal. Esse fator é assinalado pela grande ocorrência de casos de diarreia e verminoses entre os moradores da APA. Outras doenças, como dengue e malária, que têm ligação com ambientes de insalubridade também foram

recorrentemente indicadas no levantamento socioambiental, *vide* gráfico 15 localizado abaixo:

Gráfico 15- Patologias mais Frequentes entre os Moradores da APA.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Todas essas indicações despontam como mais uma questão crítica da (in)gerência, quer seja institucional ou da autogestão, na UC, ambas falhas no monitoramento/controle/fiscalização socioambiental, tanto quanto na articulação com agências e setores governamentais que poderiam atuar de modo determinante:

- Na Saúde Preventiva; na Educação Ambiental; na Sustentabilidade Urbana e no Gerenciamento de Conflitos;
- No Uso Sustentável dos Recursos Ambientais para Geração e Distribuição de Renda e, principalmente,
- Na criação de estratégias locais de participação/mobilização popular e melhoria da qualidade de vida socioambiental naquele ecossistema “urbanamente” desnaturalizado.

Entretanto, a dinâmica real de ocupação/uso da APA da Fazendinha, Unidade de Conservação de Uso Sustentável que compõe o Corredor da Biodiversidade do Amapá, esboça um mosaico conflitante. Nesse cenário de riscos, palco de relações socioambientais, a degradação social, econômica, cultural e ambiental, são como um engenhoso sistema orgânico, dinâmico e retroativo, que dá múltiplos significados à pressão urbana, à ocupação desordenada, ao uso comercial, à erosão, a antropização, ao lixo, ao aterramento, à contaminação, à insalubridade..., ao mesmo tempo em que sufoca o predicado do uso sustentável.

É fundamental salientar que a condição de degradação socioambiental na APA da Fazendinha não se constitui como um impedimento à sua determinação de

uso sustentável. Embora, se reconheça que o *status* da degradação, aliado ao passivo da ingerência institucional, tanto quanto da autogestão, representam sim limites ao processo de desenvolvimento da Unidade de Conservação, distingui-se também que ações e estratégias efetivas, de caráter gerencial, operacional e de mobilização popular, são fortes elementos que representam as possibilidades de potencialização do desenvolvimento local, justamente em função do uso sustentável, conforme se apresenta no sub-capítulo a seguir.

6.3- PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO DESCENTRALIZADA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

A oferta de instrumentos que promovam o desenvolvimento regional é uma das principais diretrizes que fundamentam esta dissertação, uma vez que, pensando o caráter *sui generis* do local onde foram coletadas informações e realizado boa parte dos estudos (APA da Fazendinha), e tendo ainda a percepção da complexidade orgânica que envolve o objeto pesquisado (Relações Socioambientais no processo ocupação/uso/degradação da APA da Fazendinha) é expressivo que se possa compreender as peculiaridades que norteiam o desenvolvimento em suas micro-estruturas, isto é, o desenvolvimento local/regional.

Entende-se que para que o desenvolvimento local/regional seja implementado é necessário que se criem estratégias de ação que lhe possibilite articular um conjunto de interesses que possam proporcionar a durabilidade de uma proposta de gestão efetiva. Assim, criar na região um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar um crescimento que gere o desenvolvimento no sentido próprio da palavra, é fator imprescindível (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Neste aspecto, está posto que, a capacidade real/imediata de gestão descentralizada e de autogestão na APA da Fazendinha é fator de nulidade, considerando um processo a médio prazo. Vários elementos corroboram tal condição, entretanto, alguns deles vão de encontro à própria natureza da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

No tocante a gestão direta, realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá através da Gerência da Unidade de Conservação da APA da Fazendinha, a estrutura técnico-administrativa disponível para atuação *in loco* é, sobretudo insuficiente à realização de trabalhos, não conta inclusive com quadro próprio de funcionários, ficando a mercê de cargos comissionados (em geral) para composição de equipe técnica, a qual até o ano de 2010 estava restrita em 3 profissionais.

Aliado a isso, a capacidade operacional da equipe gestora é de difícil mensuração, uma vez que, a base fiscal da SEMA localizada às margens do Igarapé da Fortaleza, sede da administração da APA, dispõe de equipamentos básicos e

essenciais no processo de monitoramento, controle e fiscalização, tais como: GPS, Rádio de Comunicação Interna, Embarcação, Software de Geoprocessamento, Veículo de Transporte Terrestre e afins.

A estruturação administrativa e operacional é colocada pela chefia da APA como fator urgente ao fomento de sua gestão descentralizada e efetiva, do contrário, sua capacidade de planejamento e criação de estratégias de ação que coadunem os interesses da população lá instalada e os dispositivos previstos na Lei do SNUC no que compete às UCUS (Unidade de Conservação de Uso Sustentável), não se quanti-qualificam.

Nesse conjunto de elementos estruturantes, destaca-se que os limites e possibilidades da gestão descentralizada e do desenvolvimento endógeno na APA, estão fortemente atrelados e condicionados nas dificuldades enfrentadas pela gestão (de modo prático, imediato e efetivo). Assim, a frágil capacidade de operacionalização acarreta em impedimento ao desenvolvimento de pesquisas e projetos, assim como ao monitoramento, controle e fiscalização na área.

Após 36 anos de existência como AEP, a APA da Fazendinha ainda não tem um Plano de Manejo que virtua seu uso sustentável e a minimização da degradação socioambiental. O monitoramento do processo de ocupação/uso residencial/comercial é realizado com amorosismo e de modo informal com visitas e rondas (a pé) junto à população e, do mesmo modo, a quantificação populacional é realizada a partir de estimativas baseadas em relatórios institucionais (também de estimativas) e no contato direto do dia a dia com os moradores.

Por fim, tanto o controle, quanto a fiscalização da especulação imobiliária (notória) e do processo de degradação socioambiental são executados através de conversas informais e orientações prestadas aos moradores, salvo situações em que o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Estado é acionado para atuar na repressão de invasões. A chefia da APA indica ainda que, não existem mecanismos à sua disposição para procedimentos que possam disciplinar/conter o acesso (exploração/uso) aos recursos ambientais (madeira, pescado, extrativismo do açai/palmito, utilização de pontos de navegação...). Portanto, o uso sustentável da APA da Fazendinha é fenômeno destituído de qualificação, quantificação e valoração. Constitui-se como um gargalo, ponto de “achismos” e ingerência institucional de longo prazo. Isto é, um grave problema, objeto de ações não compatíveis com as necessidades apresentadas.

De fato, a condição de uso sustentável da UC está se configurando como uma prerrogativa legal, um escudo para sua expropriação. No mesmo vértice de incongruências, fica posto que, a autogestão da APA é fator controverso.

A rigor, para que o desenvolvimento endógeno (neste caso condicionante e condicionado pelo uso sustentável) se protagonize a médio e longo prazo, é imprescindível que se possa criar na comunidade um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que discipline e fortaleça as relações socioambientais como mecanismo de gestão e desenvolvimento. Todavia, uma vez qualificada e reconhecida a frágil condição institucional na (in)gerência da APA da Fazendinha, ficaria a cargo de seu Conselho Gestor o papel de minimizar os conflitos recorrentes na área, assim como, de se fazer parceiro na otimização da dinâmica das Relações Socioambientais de ocupação/uso/degradação que influenciam na territorialidade da mesma.

A ressalva está na afirmativa da chefia da UC que qualifica o Conselho Gestor da APA como inoperante e inexpressivo. Sua atuação seria, falha em 3 funções elementares: 1- fiscalização da gestão institucional; 2- proposição de programas, projetos e políticas e, 3- mobilização/articulação da população local.

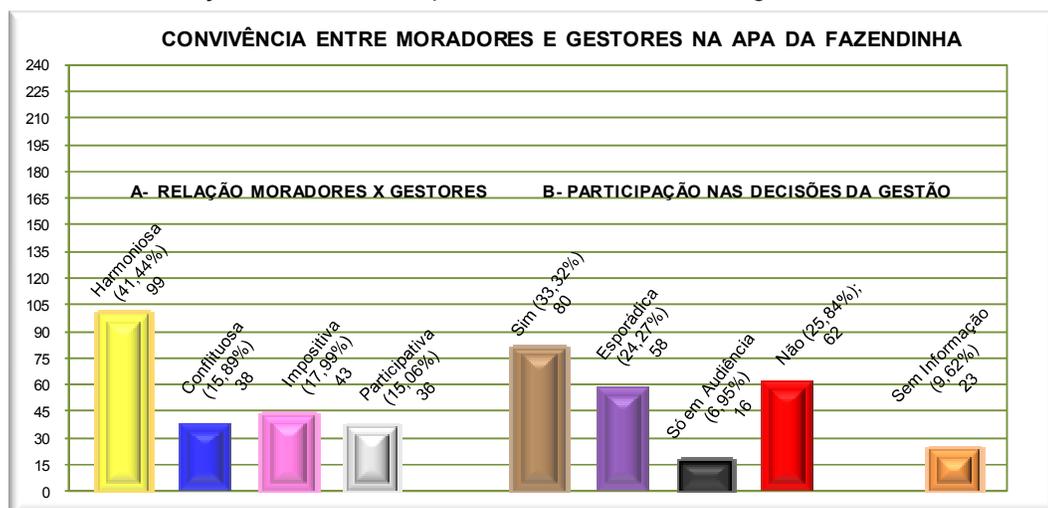
Reconhece-se que, a mobilização social da população local, é o elemento motriz do processo de desenvolvimento que se condiciona em essência de dentro para fora, desenvolvimento a partir do uso sustentável dos recursos disponíveis, ou entendido de outra forma, é o caráter endógeno da participação dos atores sociais na discussão, promoção e implementação das políticas públicas locais, que dá sustentabilidade às ações relacionadas com a melhoria da qualidade de vida da população, quer seja em seu caráter econômico ou socioambiental (BANDEIRA, 1999; OLIVEIRA; LIMA, 2003).

No desempenho efetivo da gerência da APA da Fazendinha, quer seja no caráter da gestão institucional ou da autogestão, a participação da população local é evento de relativa ocorrência, estando mais relacionada a pedidos de autorização para construções e usos diversos; denúncias de edificações insalubres (geralmente relacionadas à deposição de dejetos humanos); e participação esporádica em audiências públicas [Entrevista com Chefe da Unidade de Conservação da APA da Fazendinha, concedida em dezembro de 2010 (apêndice C)].

Desta forma, o fortalecimento da relação existente entre moradores e gestores é um ponto de convergência de interesses no que tange: o processo de

gestão descentralizada da Unidade de Conservação; a criação de estratégias viáveis de autogestão; e a perspectiva do desenvolvimento local pelo uso sustentável dos recursos ambientais disponíveis. Nesta abordagem, o gráfico 16 a seguir, evidencia que no universo total das unidades de ocupação/uso consultadas pelo levantamento socioambiental, a relação entre moradores e gestores, assim como, a participação da comunidade nas tomadas de decisão foram avaliadas positivamente, embora ambas não representem 50% (cada uma) da indicação popular.

Gráfico 16- Avaliação dos moradores quanto à convivência com os gestores da UC.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

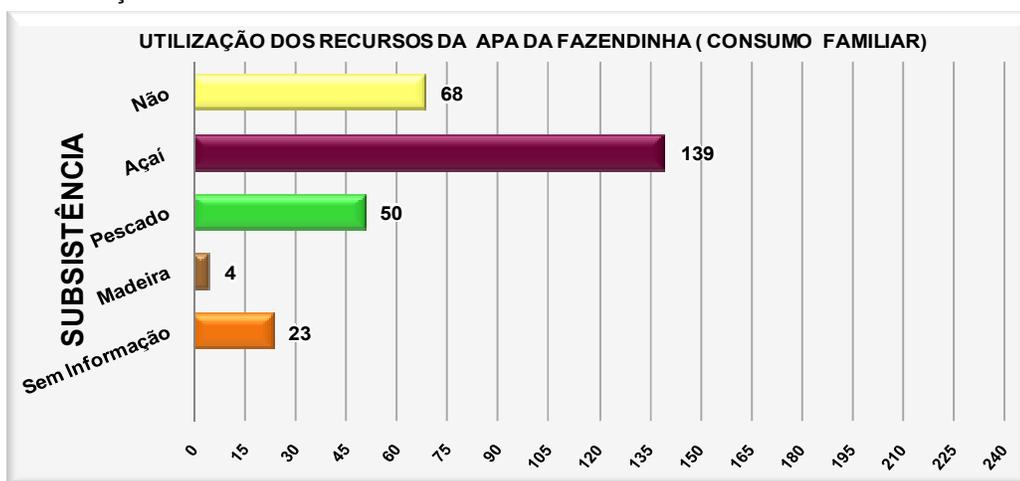
É apropriado observar que a avaliação harmoniosa (41,44% - 99 indicações) e a participação positiva (Sim 33,32%- 80 indicações) da comunidade nas tomadas de decisão, caracterizam um importante indício do potencial da autogestão na APA. Este fator, também favorece a dinâmica da endogeneização do desenvolvimento, o qual se realiza como um processo que tem como resultado final a ampliação: da geração do emprego e renda; da capacidade de agregação de valor sobre a produção; e principalmente, da articulação de uma rede integrada de mecanismos e estratégias locais de planejamento e fomento à sustentabilidade territorial, econômica e socioambiental da população.

No tocante ao uso sustentável da APA da Fazendinha, a falta de políticas públicas que estimulem a geração de renda e a circulação econômica dentro da comunidade, a partir o trabalho com recursos natos ao ambiente, além de impor a condição de dependência econômica, força os moradores a buscarem trabalho e renda fora da comunidade, dirigindo-se comumente aos municípios de Macapá e Santana para desenvolverem trabalho manual de serviços gerais no caso dos

homens e domésticos no caso das mulheres. Por esta razão, é compreensível identificar no discurso dos moradores da APA a ampla qualificação que estes a dão como “bairro” de Macapá, visto que, a relação de pertencimento com a mesma se estabelece, principalmente, no sentido da moradia.

Observa-se a partir do gráfico 17, portanto, que a utilização dos recursos ambientais da APA da Fazendinha não apresenta, efetivamente, grande relação com o desenvolvimento sustentável desta UC, o que contraria o disposto por Silva (2009) anteriormente. Assim, a característica real se esboça na condição abaixo:

Gráfico 17- Utilização dos Recursos Ambientais como Subsistência na Unidade de Conservação de Uso Sustentável- APA da Fazendinha.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Em larga escala, os moradores/famílias informantes do levantamento socioambiental afirmaram não utilizarem os recursos ambientais da APA de modo econômico, o que pode justificar o elevado quantitativo de famílias dependentes de assistência econômica de transferência de renda (tanto do governo federal como estadual). Por outro lado, a utilização mais comum está relacionada com a subsistência da família (em caráter complementar), dando destaque para o consumo de açai (139 indicações) e pescado (50 indicações). Ressalta-se que, 68 informantes (correspondente a 31,48% do total de 216 famílias validadas) admitem não recorrerem a nenhum tipo de uso sustentável dos recursos da APA, quer seja em caráter econômico ou de subsistência.

Obviamente, causa estranheza que uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que tem a prerrogativa e a determinação de garantir a qualidade de vida de sua população, tanto quanto, sua satisfação/viabilidade econômica compatível com a perenidade/renovação dos recursos ambientais, esteja no

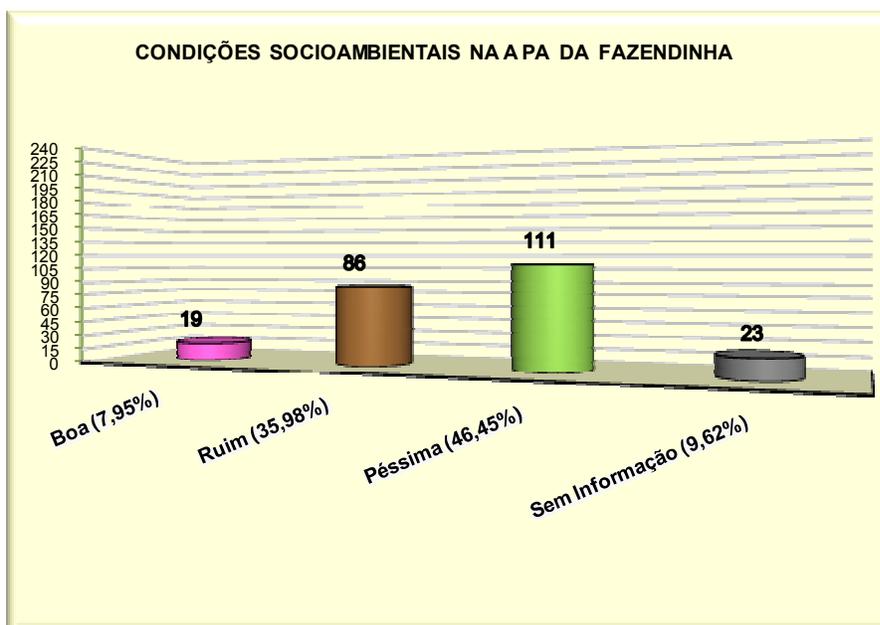
sentido inverso dessa dinâmica, isto é, sem perspectiva de sustentabilidade e mais, a reboque do processo não-controlado de ocupação/invasão/especulação.

O tratamento deferido pela população à APA, identificando-a muito mais como um “bairro” de Macapá, do que como uma UC, pode inclusive suscitar algumas interpretações à baixa dinâmica de uso sustentável da mesma. Todavia, cabe também analisar as incongruências que esse tratamento acarreta em sua condição socioambiental.

Na avaliação da chefia direta da APA da Fazendinha (ano de 2010), o largo processo de ocupação/uso da UC, a considerar seus 36 anos de territorialização (parque florestal, reserva biológica e área especialmente protegida) é responsável pelo cenário de riscos (impactos/distúrbios) que nela se evidencia, principalmente aqueles relativos à alterações no ecossistema da área (aterramento, deposição de lixo e sedimentos, erosão, perda de biodiversidade...) e à insalubridade humana.

Ocupando a APA da Fazendinha como um “bairro” de Macapá, a população vive seu cotidiano e geração de demandas públicas como tal. Deste modo, fazem o seguinte julgamento das condições socioambientais na UC (gráfico 18):

Gráfico 18- Avaliação das Condições Socioambientais na APA.



Fonte: Autora (Levantamento Socioambiental- Set./Dez. de 2010).

Nota-se pelo gráfico 18 que a relação da população com o cotidiano da APA apresenta graves indisposições, considerando a elevada avaliação negativa de sua condição socioambiental: 82,43% das indicações entre péssima e ruim. Cabe

chamar atenção para esse fator, posto que, como comentado anteriormente, o cenário de riscos que se delinea pelas características da ocupação/uso da APA é fortemente salientado pela insalubridade humana.

Fato é que, a APA da Fazendinha, embora enfrente uma grande pressão da dinâmica urbana, não é um bairro e, portanto, não pode ser encarada nem gerida como tal. Por outro lado, o processo de ocupação/uso impôs a mesma várias demandas relativas a este comportamento. Não se pode deixar de notar a precariedade no abastecimento de água, os riscos de contaminação, o frágil sistema de coleta de resíduos sólidos, o tratamento impróprio de dejetos humanos, a deposição de lixo nos arredores imediatos das casas, enfim, todo um perfil cíclico de insalubridades que não condiz com o discurso/prática do uso sustentável em AEP.

Com tantas divergências intrínsecas, o desenvolvimento local/endógeno é fator preponderante à sobrevivência dessa Unidade de Conservação. Nota-se que, a aplicação efetiva do uso sustentável como fomentador de riquezas à população é prerrogativa básica para que esse desenvolvimento seja possível. Observou-se também, que o *status* de (in)gerência da gestão institucional e da autogestão representam um complexo elemento limitador desse processo.

Vale ressaltar que a descentralização, como mecanismo de gestão pública, representa fator de grande relevância na criação de estratégias locais de cooperação e competitividade socioeconômica. Esta se coloca como um forte vetor de proposição de políticas que virtuem uma melhor ocupação/uso do espaço; um crescimento econômico pautado nos limites de exploração e uma interação das Relações Socioambientais mais familiarizada com a racionalidade e a melhoria da qualidade de vida (AMARAL FILHO, 2001; OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Além disso, na APA da Fazendinha, o uso e a interação de pesquisas, projetos, políticas e instrumentos que efetivem a endogeneização, o desenvolvimento, a racionalidade e a melhoria da qualidade de vida socioambiental e, sobretudo, que ampliem a participação dos atores sociais no processo de discussão/promoção/implementação de políticas públicas, podem encadear uma nova perspectiva de gestão/desenvolvimento para essa e para as demais UCs que compõem o Corredor da Biodiversidade do Amapá.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição nociva da desigualdade intrarregional operacionalizou um processo socioambiental paralelo ao desenvolvimentismo econômico e macropolítico nacional, fazendo com que algumas atividades, tais como a mineração e a extração madeireira, aliadas a movimentações populacionais que proporcionaram a ocupação de áreas protegidas pela legislação, tais como a invasão de áreas úmidas e/ou áreas de risco, alterassem a dinâmica de ocupação, uso e degradação da Amazônia, do Amapá, da APA da Fazendinha e de tantos outros espaços afins.

Por tal razão, tornou-se fato que a discussão e a construção de novas propostas e mecanismos de desenvolvimento e sustentabilidade das relações socioambientais condicionam, não apenas o futuro das cidades como também se colocam como fundamentais no planejamento e na gestão pública das APAs.

Uma vez que, o processo continuado de exploração econômica, atrelado ao fortalecimento da desigualdade intrarregional, paulatinamente, deram forma ao conceito de *sociedade de risco*, reconhece-se que a APA da Fazendinha materializa um processo de (re)territorialização que se estende da década de 1974, com a criação do Parque Florestal de Macapá, passando por uma transição efetiva quando da criação da Reserva Biológica da Fazendinha (1985), e posterior transformação para a atual categoria de unidade de conservação (2004), chegando a 2010 com uma ampla configuração de uso, ocupação e degradação.

Nessa Área Especialmente Protegida, observa-se que, as transposições legais quanto à sua classificação (Proteção Integral ou Uso Sustentável) e sua categoria (Parque, Rebio, APA) atuaram no sentido inverso ao movimento de antropização da mesma, pois, a cada mudança, perdas significativas de área aconteceram, concomitantemente, ao aumento dos registros de ocupação.

Com a diminuição da área de abrangência, somada a ampliação dos movimentos de ocupação, a pressão antrópica, assim como, a pressão urbana, direcionadas pelos municípios de Macapá e Santana, condicionaram a APA a desenvolver uma dinâmica de bairro, limítrofe entre os dois municípios, ao qual se acrescenta o perfil de posto de abastecimento do Estado do Amapá, com forte desempenho econômico.

Quanto ao questionamento inicial da pesquisa: “De que maneira as Relações Socioambientais no processo de ocupação, uso e degradação influenciaram na

(re)territorialização da APA da Fazendinha durante o recorte de 1974 a 2010?”, a hipótese projetada inicialmente é dada como verdadeira, pois de fato, como afirmado na introdução deste trabalho, *ipsis litteris*, as Relações Socioambientais são relações de poder que se materializam no tempo-espaço e conferem ao mesmo uma forma-conteúdo diversos. Influenciaram e determinaram o processo de (re)territorialização da APA da Fazendinha, a medida em que a dinâmica de inserção populacional e seu modo de vida cotidiano, representaram a perpetuação de práticas antrópicas caracteristicamente nocivas e incompatíveis com a objetivação jurídica e sustentável dessa Unidade de Conservação.

Ressalta-se que os objetivos da pesquisa foram efetivamente cumpridos através da realização do Levantamento Socioambiental que permitiu qualificar e identificar a configuração heterogênea, conflituosa, degenerativa e pouco sustentável, das Relações Socioambientais presentes na APA.

A caracterização da dinâmica de ocupação no espaço da APA da Fazendinha (1974 a 2010) ficou demonstrada através do tratamento gráfico e análises sistemáticas das informações coletadas no Levantamento Socioambiental, considerando-se indicadores urbanos (localização, vias de acesso, atendimento de serviços básicos como: água, luz, saúde, educação) e indicadores demográficos, tais como: número de famílias, média de moradores por residência, distribuição espacial, taxa de migração.

Avalia-se que houve uma grande contribuição do trabalho em representar o *status* da ocupação atual da APA, a partir do georreferenciamento e identificação dos tipos de inserções (residencial, comercial) decorridas na área, e do cadastramento das famílias denotativas do uso/ocupação residencial e do uso/ocupação comercial.

Além disso, através da conexão e cruzamento de informações referentes aos aspectos da socioeconomia, da urbanização/saneamento básico e da antropização, foi possível qualificar as interfaces das Relações Socioambientais (conflitos, demandas, potencialidades, impactos da degradação e viabilidade de políticas públicas), processo que é extensivo ao Estado do Amapá e a Amazônia por se tratar de uma dinâmica recorrente na região.

Ratifica-se, portanto, que a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, palco de discussão deste trabalho tem um caráter *sui generis*. Nela, as relações/demandas socioambientais apresentam forma e conteúdo diversos,

explicam-se pela lógica do espaço em disputa, derivado de um campo de forças em que distorções de caráter socioeconômico, político e cultural (tais como a falta de política habitacional; a incipiência de renda familiar; a negligência de saneamento urbano e outros) caracterizam a territorialidade da área.

As estratégias habitacionais, isto é, as invasões e edificações de palafitas insalubres, tanto quanto, o modo de vida da população instalada na APA, representam um grave dano/impacto denotativo da pressão antrópica, em que, a população e o ecossistema são penalizados por processos de degradação humana e ambiental (dado eventos de poluição e contaminação hídrica; proliferação de doenças; assoreamento do rio e igarapés; perda de biodiversidade e outros).

Atrelado ao movimento de ocupação/pressão urbana (dos municípios de Macapá e Santana) e ao antropismo populacional, a ingerência da gestão institucional constitui um fator de sério comprometimento da viabilidade e da sustentabilidade da Unidade de Conservação, pois, a inexistência do monitoramento e da inibição sistemática das invasões/ocupações constantes, assim como, da especulação imobiliária (estimulada pelo entreposto de abastecimento do Estado localizado às margens esquerda e direita do Igarapé da Fortaleza, limite da APA) condiciona-na a uma dinâmica de *'bairro'*, no qual a geração de demandas urbanas (abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, saneamento público e outros) são incompatíveis com as prerrogativas de uma Área de Proteção Ambiental, notoriamente desprotegida.

Enfim, a degradação socioambiental na APA da Fazendinha está materializada por eventos de natureza quantitativa e qualitativa, uma vez que, associado ao crescimento populacional constante, evidenciam-se múltiplas situações de deposição de resíduos sólidos (plástico, papel, embalagens); de resíduos vegetais e animais (caroço de açaí, restos de pescado, restos de madeira); deposição de dejetos humanos no entorno das residências e para dentro do Rio Amazonas, do Igarapé da Fortaleza e Igarapé do Paxicu, com os quais a APA tem limites de demarcação. Além disto, visualiza-se uma condição de insalubridade humana absurda nas ocupações e no modo de vida da população (indefinida se ribeirinha ou se urbana) que tem reversão direta na falta de qualidade de vida, tanto do meio, quanto dos sujeitos que nele interagem.

Portanto, no encadeamento gradativo das deturpações socioambientais presentes na APA, há forjamento de um cenário contínuo de conflitos, determinados

num primeiro sentido pelas relações de poder/força (população, comerciantes, empresários, ONGs e gestão institucional) que se manifestam no cotidiano e no modo de vida da comunidade e, em última instância, pelos iminentes danos/impactos ambientais nesse cenário de riscos.

Conhecer, analisar e explicar a dinâmica das Relações Socioambientais configuradas na APA da Fazendinha possibilitou a produção técnica de dados e informações que podem viabilizar a validação, a operacionalização e a consolidação tanto do ordenamento sócio-espacial da área, como do uso sustentável de seu potencial econômico e, da manutenção de sua biodiversidade.

Neste sentido, recomenda-se a urgente e imprescindível elaboração e implementação do Plano de Manejo da área, dado a necessidade de mediar os conflitos e sanar as demandas socioambientais nela assentadas. Outrossim, em virtude do Plano de Manejo, também podem e devem ser direcionadas Políticas Públicas destinadas: à melhoria da qualidade de vida da população; à minimização dos danos/impactos/riscos socioambientais; e ao desenvolvimento local/regional a partir do fortalecimento da autogestão.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6023: informação e documentação –referências –elaboração**. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2000.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Eds.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: ANNABLUME, 2008.

ALBERT, Bruce. **Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami**. Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991, pp.37-58.

ALLEGRETTI, Mary. **O Projeto ARPA e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial**. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)**. Brasília: MMA, 2002.

ALVES, Juliete Miranda. **Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do conceito de desenvolvimento**. Florianópolis-SC, ANPPAS, 2010. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-323-732-20100903185244.pdf>>. Acesso em: 14.11.2010, 21:55 horas.

AMAPÁ; SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de Educação Ambiental Escolar**. Macapá: SEMA, 2011.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, pp. 261-286, jun. 2001. Brasília: IPEA, 2001.

ANDRÉ, Marli E.D.A. **Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos**. São Paulo: Caderno de Pesquisa, vol. 45, pp.61-71, maio, 1993.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**, 2ª Ed. Porto/Portugal: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ARRUDA, José Jobson. **Brasil: império e república**. São Paulo: Ática, 1998.

AUBERTIN, Catherine. **A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade**. pp.23-30. In: EMPERAINÉ, Laure (Ed. Científica). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: Editora Unesp (IRD), 2000.

BACELAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, pp.24-79.

BACELAR, Manuel Osvanil Bezerra. **A contribuição dos aspectos físicos em perícia ambiental: o caso da APA da Fazendinha**. 50 p. Monografia de Pós-Graduação em Perícia Ambiental, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. ISSN- 1415.4765. Brasília: IPEA, 1999.

BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antonio Cezar. **Estatística para Cursos de Engenharia e Informática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. *Revista Estudos Avançados* [online], vol. 19, v. 53, pp. 71-86. ISSN 0103-4014, jan./abr., 2005. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 20.04.2010, 23:00 horas.

_____. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?**. *Parcerias Estratégicas*, número 12, set., 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewPDFInterstitial/178/index.html>. Acesso em: 20.04.2010, 23:20 horas.

_____. **O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo**. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, ROGÉRIO H. da.; SILVEIRA, CARMEN B.. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. pp. 1-8.

BERNARDI, José V. E.; LANDIM, Paulo M.B. **Aplicação do Sistema de Posicionamento Global (GPS) na coleta de dados**. Departamento de Geologia Aplicada - IGCE- Laboratório de Geomatemática-Texto Didático 10. Rio Claro: UNESP, 2002.

BETTINE, Sueli do Carmo. **Desenvolvimento, Ambiente e Engenharia Ambiental**. In: PÁDUA, Elisabete M.M. de; JR., Heitor Matallo (Orgs.). **Ciências Sociais, complexidade e Meio Ambiente- interfaces e desafios**. São Paulo: Papirus, 2008, pp.69-82.

BEZERRA NETO, José M. **A Conquista Portuguesa da Amazônia**. In: ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José; BEZERRA NETO, José M.. **Pontos de História da Amazônia**. V.I. Belém: Paka-Tatu, 2000a, pp.11-26.

_____. **A Economia da Borracha e o Esforço de Guerra: os soldados da borracha na Amazônia**. In: ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José; BEZERRA NETO, José M.. **Pontos de História da Amazônia**. V.II. Belém: Paka-Tatu, 2000b, pp.27-43.

BLUME, Roni. **O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade.** XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/864.pdf>>. Acesso em: 08.02.2010, 20:20 horas.

BOEIRA. Sérgio Luís. **Política & Gestão Ambiental no Brasil: da Rio-92 ao Estatuto da Cidade.** Revista Alcance- UNIVALI, vol.10, n.3, pp.525-558, set./dez., 2003. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1840/1465>>. Acesso em: 15.04.2010, 10:58 horas.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira.** Brasília: MMA, 2008.

_____. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 16.02.2010, 22:35 horas.

_____. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 16.02.2010, 22:12 horas.

_____. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 14.02.2010, 16:22 horas.

_____. **Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990.** Regulamenta a Lei 6.902/1981 e a Lei 6.938/1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/Antigos/D99274.htm>>. Acesso em: 16.02.2010, 21:48 horas.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Capítulo VI- Do Meio Ambiente, Artigo 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 14.02.2010, 17:32 horas.

_____. **Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981.** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/SIGAM2/legisla%C3%A7%C3%A3o%20ambiental/lei%20fed%201981_6902.pdf>. Acesso em: 16.02.2010, 21:10 horas.

BRANCO, Samuel Murgel. **O desafio amazônico**. 3ª ed. Rev. São Paulo: Moderna, 2004.

BRAUN, Ricardo. **Novos Paradigmas Ambientais- desenvolvimento ao ponto sustentável**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BRITO, Silvana de Moraes. **O poder local no município de Barcarena: a (des)continuidade do jogo político do período de 1983 a 2004**. In: MATHIS, Armin et al. **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 29-40.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília (DF), 57(5):611-4, set./out., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 28.02.2010, 10:57 horas.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial**. 20ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental- conceitos para se fazer uma educação ambiental**. Brasília: IPE, 1998.

CARVALHO, David Ferreira. **Desenvolvimento Sustentável e seus limites teórico-metodológicos**. In: FERNANDES, Marcionília; GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Revista Novos Cadernos NAEA, 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 14.11.2010, 19:40 horas.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHAVES, Maria do P. S.; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. **Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia**. UFAM, 2007. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf>. Acesso em 15.09.2009, 21:49.

COELHO, Mauro César. **Diários sobre o Cabo Norte: interesses de Estado e relatos de viajantes**. In: COELHO, Mauro César; QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Amazônia: modernização e conflitos (XVIII-XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, pp. 21-54.

COSTA, Marcos V.; CHAVES, Paulo S.V; OLIVEIRA, Francisco. **Uso das Técnicas de Avaliação de Impacto Ambiental em Estudos Realizados no Ceará**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0005-1.pdf>>. Acesso em: 17.01.2010, 09:34 horas.

CUNHA, Sandra Baptista C.; COELHO, Maria. C.N. **Política e gestão ambiental**. In: CUNHA, Sandra Baptista C.; GUERRA, Antonio Jose T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Orgs.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DRUMMOND, José A.; DIAS, Teresa C. A. de C.; BRITO, Daguiete M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

DUARTE, Lillian Cristina B. **A Política Ambiental Internacional: uma introdução**. pp.04-12. Cena Internacional- Revista de Análise em Política Internacional, Ano 6, n. 1, jun. 2004, ISSN 1518-1200. Brasília, 2004.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FEARNSIDE, Philip. **Hidrelétricas planejadas no rio Xingu como fontes de gases do efeito estufa: Belo Monte (Kararaô) e Altamira (Babaquara)**. Revista Novos Cadernos NAEA, 2010. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:eU18iYroMkkJ:scholar.google.com/+hidrel%C3%A9trica+de+belo+monte&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 14.11.2010, 21:50 horas.

FERREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. **Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: conceito e implicações jurídicas**. Revista Ambiente & Sociedade, v.11, n.1, pp.81-97, jan./jun. 2008. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?id=S1414753X2008000100007&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 21.02.2010, 20:05 horas.

FOLADORI, Guilherme; TAKS, Javier. **Um Olhar Antropológico sobre a Questão Ambiental**. MANA, vol.10, n.2, pp.323-348, out., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25163.pdf>>. Acesso em: 10.10.2010, 22:02 horas.

FREITAS, Henrique M. R. de; CUNHA JR, Marcus V.M.; MOSCAROLA, Jean. **Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo: aplicação prática qualitativa em marketing**. Angra dos Reis- RJ: Anais do 20º ENANPAD, ANPAD, Marketing, 23-25 de Setembro de 1996, pp. 467-487.

GAMA, João R. V.; SOUZA, Agostinho L. de; SOUZA, Deoclides R. de; MARTINS, Sebastião V. . **Comparação entre Florestas de Várzea e de Terra Firme do Estado do Pará**. Revista Sociedade de Investigações Florestais, R. Árvore, Viçosa-MG, v.29, n.4, pp.607-616, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622005000400013&script=sci_pdf&tlng=pt>. Acesso em 18.03.2010, 15:53 horas.

GEA (Governo do Estado do Amapá). **Lei nº 1.295, de 05 de janeiro de 2009**. Autoriza o Governo do Estado do Amapá a instituir a Política Estadual de Educação, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Informações de Educação Ambiental. Macapá: GEA, 2009.

_____. **Lei nº 0873, de 31 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Macapá: GEA, 2004.

_____. **Ofício nº 127, de 25 de março de 1998**. Da Diretora Presidente do Instituto de Terras do Amapá ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Macapá: GEA, 1998.

_____. **Lei nº 0388, de 10 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso à biodiversidade do Estado do Amapá e dá outras providências. Macapá: GEA, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte- fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias, 2ª ed.** São Paulo: Contexto, 2008.

GUIMARÃES, Roberto P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**. In: DINIZ, Gilney (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

IBAMA-2010. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 23.08.2009, 11:45 horas.

IBGE-2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25.04.2009, 14:45 horas.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Mapa das Unidades Federais**. 2010 a. [on line]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Download/uc_federal_icmbio.pdf>. Acesso em: 29.04.2010, 10:57 horas.

_____. **Quadro Geral das Unidades Federais.** 2010 b. [on line]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Download/dados_uc_federal.pdf>. Acesso em: 29.04.2010, 10.11 horas.

JACOBI, Pedro Roberto. **Apresentação, p. 12.** In: DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa.** São Paulo: Editora Senac, 2003a.

_____. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** In: Cadernos de Pesquisa, n. 118, pp. 189-205. Rio de Janeiro: USP, 2003b.

JACOBI, Pedro Roberto; SOUZA, Alexandre do Nascimento. **Hidrelétricas na Amazônia: conflitos de interesses e perspectivas.** IEA/USP-2010. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/waterlat/trabalhos/HIDRELETRICAS%20NA%20AMAZONIA%20CONFLITOS%20DE%20INTERESSES%20E%20PERSPECT.pdf>>. Acesso em: 14.11.2010, 19:35 horas.

LAURIOLA, Vincenzo. **Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena.** Revista Ambiente e Sociedade, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/v5n2/a10v5n2.pdf>>. Acesso em: 15.11.2010, 20:30 horas.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIBERATO, Ana Paula G. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem para a proteção internacional do Meio Ambiente.** In: SILVA, Letícia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de (Coords.). **Socioambientalismo- uma Realidade.** Curitiba: Juruá, 2008, pp. 15-26.

LIMA, Myrian Del Vecchio de; RONCAGLIO, Cynthia. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, pp. 53-63, jan./jun., 2001. Paraná: Editora da UFPR. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/891>>. Acesso em: 10.09.2009, 22:15 horas.

LIRA, Sérgio Roberto Bacry de; SILVA, Márcio Luiz Monteiro da; PINTO, Rosenira Siqueira. **Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, n.19, vol.1, pp.153-184, jan.-abr., 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** 32 fls. Brasília: UnB, Série Antropologia 322, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia- estado, homem, natureza.** Coleção Amazônia, nº 1. Belém: CEJUP, 1992.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas- história dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCUSE, H. **Industrialization and capitalism in the work of Max Weber.** In: **Negations.** Boston: Beacon Press, 1968.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Ana C. M.; BERNARD, Enrico; GREGORIN, Renato. **Inventários biológicos rápidos de morcegos (Mammalia, Chiroptera) em três unidades de conservação do Amapá, Brasil.** Revista. Brasileira de Zoologia. [online]. 2006, vol.23, n.4, pp. 1175-1184. ISSN 0101-8175. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzool/v23n4/26.pdf>>. Acesso em: 18.03.2010.

MASSIMI, M. **História das idéias psicológicas no Brasil em obras do período colonial.** São Paulo: USP, 1984.

MATIAS, Vandeir R.S. **As Relações entre Sociedade e Natureza e os Problemas Socioambientais a partir da Disciplina Climatologia do Curso Técnico em Meio Ambiente do CEFET-MG.** Anais do CEFET-MG. [S.d]. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema4/TerxaTema4Artigo6.pdf>. Acesso em: 28.08.2009, 15:51 horas.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil.** Revista Ambiente & Sociedade, vol.9, n. 1, pp.42-64, jan./jun, 2006. Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21.02.2010, 20:47 horas.

MICELI, Paulo. **O Tesouro dos Mapas- A Cartografia na Formação do Brasil.** São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?.** Caderno de Saúde Pública [online]. 1993, vol.9,n.3, pp. 237-248. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 01.03.2010, 10:31 horas.

MIRANDA, Elis. **Marcas da presença portuguesa na Amazônia.** In: Congresso Internacional "O Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades", 2005, Lisboa, Anais v. 1. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005 a. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/janaina_camilo.pdf>. Acesso em: 28.08.2009, 13:45 horas.

MIRANDA, Evaristo E.. **Água na natureza, na vida e no coração dos homens.** São Paulo: Campinas, 2004 b. Disponível em: <<http://www.aguas.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 13 julho 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional.** Revista Estudos Avançados, vol.19, n.53, jan./abr., São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24088.pdf>>. Acesso em: 05.04.2010, 12:22 horas.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** Ciência & Educação, v. 9, n. 2, pp. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em 10.03.2010, 20:12 horas.

NAVES, Flávia Luciana. **Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais.** In: Organizações Rurais e Agroindustriais, vol. 6, n. 2, pp. 121-133, jul./dez. 2004. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.

NERI, Sara. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP.** 2004. 173fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa- características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, n. 03, vol.1, segundo semestre, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 28.02.2010, 22:36 horas.

OLIVEIRA, Gilson B. de; LIMA, José E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Revista FAE, Curitiba, v. 6, nº 1, pp. 31-37, maio/dez. 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2_03_Gilson.pdf>. Acesso em: 17.01.2009, 5:43 horas.

OLIVEIRA, José A. de. **A invenção geográfica da Amazônia.** COMOVA, 2000. Disponível em: <www.comova.org.br/pdf/A_invencao_geografica_da_Amazonia.pdf>. Acesso em: 15.02.2010, 14:20 horas.

PÁDUA, Elisabete M.M. de. **Complexidade e Meio Ambiente: um estudo sobre a contribuição de Edgar Morin.** In: PÁDUA, Elisabete M.M. de; JR., Heitor Matallo (Orgs.). **Ciências Sociais, complexidade e Meio Ambiente- interfaces e desafios.** São Paulo: Papirus, 2008, pp.15-46.

PEREIRA, José Matias. **O Processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente,** n. 34, Brasília: UnB, 1997.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, pp. 179-195, novembro 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 28.02.2010, 10:37 horas.

PINTO, L. P.; BEDÊ, L.; PAESE, A.; FONSECA, M. P.; LAMAS, I. **Mata Atlântica Brasileira: Os Desafios para Conservação da Biodiversidade de um Hotspot Mundial.** Capítulo 4, pp. 69-96. Icb: UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.icb.ufmg.br/labmasto/site/publicacoes/adrianopaglia/4_conservacao_mat_a_atlantica.pdf>. Acesso em: 18.03.2010, 10:00 horas.

POPE, Catherine; MAYS, Nick. **Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research.** In British Medical Journal, nº 311, 1995, pp.42-45.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP.** 15 fls. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Portugal, maio de 2010.

PORTO, Jadson L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais- 1943 a 2000.** Macapá: GEA/SETEC, 2003.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** [S.l.]. Disponível em: <http://w3.ualg.pt/~aferreir/PS_TDC/investig.pdf>. Acesso em: 15.09.2009, 11:36 horas.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **O Desenvolvimento Territorial e as Escalas Geográficas de Poder e Gestão.** In: XXV Encontro Estadual de Geografia. Passo Fundo: 12 a 14 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/labes/publicacoes/orientados/Anelise%20O%20desenvolvimento%20territorial%20e%20as%20escalas.pdf>>. Acesso em: 08.05.2010, 08:26 horas.

REIS, Arthur César F. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira- a fronteira com a Guiana Francesa.** 2ª ed. Belém: SECULT, 1993.

RIVERO, Sérgio; JAYME JR, Frederico G. (Orgs.). **As Amazônias do Século XXI.** Belém/PA: Editora Universitária UFPA, 2008, pp. 07-17.

ROCHA, C. H.B.; OLIVEIRA, H. J.; RIBEIRO, W. G. D.; OLIVEIRA, L. P.; MEDEIROS, I. M.. **Mapeamento de trilhas em unidades de conservação com uso de GPS com antena extrema-x: estudo de caso na Reserva Biológica Poço d'anta – Juiz de Fora – MG.** [S.l.]. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo30.pdf>>. Acesso em: 09.05.2010, 10:32 horas.

RODRIGUES, Willian Costa. **Metodologia Científica**. 40 slides. Paracambi: FAETEC/IST, 2007. Disponível em: <http://www.ebras.bio.br/autor/aulas/metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 28.02.2010, 14:15 horas.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

_____. **Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia**. In: Coleção Emílie Snethlage, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, pp. 103-141.

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. ComCiência, 2005. Disponível em: <http://www.gper.com.br/documentos/00110_territorio_territorialidade.pdf>. Acesso em: 08.02.2010, 19:21 horas.

RÜCKERT, Aldomar A. **Reforma do Estado, Reestruturas Territoriais, Desenvolvimento e Novas Territorialidades**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 17, pp. 79 - 94, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/geousp17/Artigo5_Aldomar.pdf>. Acesso em: 08.02.2010, 19:36 horas.

SANDRI, Sinara. **Aviamento- o negócio da borracha**. pp. 48-51. In: FEITOZA, Júlia (Org.). Caderno Povos da Floresta. Edição- Dez. Rio Branco: MMA; SECCM, 2003.

SANTILLI, Juliana. **O Sistema Nacional de Unidade de Conservação: uma visão socioambiental**. In: SILVA, Letícia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de (Coords.). **Socioambientalismo: uma realidade**. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTILLI, Márcio. **Transversalidade na corda bamba**. Apresentação a um balanço dos seis meses do governo Lula na área socioambiental, realizado pelo Instituto Socioambiental-ISA. 2010 [S.l.]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 19.02.2010, 20:35 horas.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço- técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamento teórico e metodológico de geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá). **Relatório Técnico: estimativa ocupacional e socioeconômica da APA da Fazendinha, junho de 2009**. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 2010.

_____. **Relatório Técnico: Coletânea de Informações sobre a APA da Fazendinha**. Macapá: GEA/SEMA, 2009.

_____. **Levantamento Ocupacional da Reserva Biológica da Fazendinha**, julho de 2003. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 2003.

_____. **Relatório da Reserva Biológica da Fazendinha, junho de 1998**. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 1998.

_____. **Relatório da Reserva Biológica da Fazendinha, dezembro de 1995**. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 1995.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselane F.; GARCIA, Rosalba M.C.. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, pp.427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2005_02/11_artigo_eneida_roselane_rosalba.pdf>. Acesso em: 28.02.2010, 10:50 horas.

SILVA, Cristiane R.; GOBBI, Beatriz C., SIMÃO, Ana A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Organizações Rurais Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 1, pp.70-81, 2005. Disponível em: <http://netuno.lcc.ufmg.br/~michel/docs/TextosDidaticos/ciencia_e_metodologia/analise%20de%20conteudo.pdf>. Acesso em: 10.03.2010, 20:13 horas.

SILVA, Olavo Fagundes da. **A apropriação social do espaço como fator de urbanização na dinâmica das cidades modernas: o caso da APA da Fazendinha**. 11 fls. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 2. dez., 2009.

_____. **Mapa poligonal da APA da Fazendinha**. Em destaque, localização da APA dentro do perímetro do município de Macapá. Dimensões reais: 55.88 cm de largura por 50 cm de altura, elaborado em 2010.

SILVA, Uédio R. L. da; TAKIYAMA, Luís R.; SILVA, Sirley L. de F. **Atlas da Zona Costeira Estuarina do Estado do Amapá: do diagnóstico socioambiental ao Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Participativo**. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá-IEPA, 2006.

SOUZA, Marcelo J.L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E., et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUSA, Maria Helena; SILVA, Nilza Nunes da. **Estatísticas obtidas de um levantamento complexo**. **Revista de Saúde Pública**, 2003, vol. 37, n.5, ISSN 0034-8910. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v37n5/17484.pdf>>. Acesso em: 05.02.2010, 12:58 horas.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª Ed. Rev. São Paulo: Atlas, 2005.

SZYMANKI, Heloisa. **Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa**. In: SZYMANKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002, pp. 9-62.

TFA (Território Federal do Amapá). **Decreto (N) nº 020, de 14 de dezembro de 1984**. Cria a Reserva Biológica da Fazendinha em Macapá. Macapá: Palácio do Setentrião, 1984.

_____. **Decreto (E) nº 030, de 24 de outubro de 1974**. Cria o Parque Florestal de Macapá. Macapá: Palácio do Setentrião, 1974.

VALVERDE, Rodrigo Ramos H. F. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, 2004. Disponível em:
<<http://www.geografia.fflch.usp.br/Publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 08.02.2010, 20:16 horas.

VIANNA, Herlano Marelin. **Metodologia da Observação**. In: VIANA, Herlano Marelin. **Pesquisa em Educação**. Brasília: Plano Editora, 2003, pp. 09-70.

VIOLA, Eduardo. **A Globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998**. Paper preparado para apresentação no "**XXI International Congress of the Latin American Studies Association**", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24-26 de Setembro de 1998. Brasília, 1998. Disponível em:
<<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Viola.pdf>>. Acesso em: 16.04.2010, 19:35 horas.

VULCANIS, Andréa. **Presença Humana em Unidade de Conservação**. In: SILVA, Leticia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de (Coords.). **Socioambientalismo: uma realidade**. Curitiba: Juruá, 2008, pp.47-62.

WENSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. Tradução: Lólio de Oliveira. São Paulo: HUCITEC- EDUSP, 1993.

WIENKE, Felipe Franz; LAUERMANN, Renata Tcatch. **O Conflito de Interesses no Processo de Demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol**. Direitos Fundamentais, Nepe/UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.nepe.ufsc.br/control/artigos/artigo73.pdf>>. Acesso em 14.11.2010>. Acesso em: 14.11.2010, 19:45 horas.

**APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL
(MORADORES DA APA DA FAZENDINHA)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL-MORADORES

Projeto de Pesquisa- **RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**
Local de Pesquisa- **Núcleo de Ocupação da APA da Fazendinha.**

IDENTIFICAÇÃO/MODO DE VIDA

01- Nome: _____

02- Sexo: () M () F Idade (anos):____ Data de Nascimento: __/__/____

03- Possui algum dos seguintes documentos?

()RG ()Título de Eleitor ()Carteira de Trabalho ()CPF

04- Possui conta em banco? ()Sim ()Não

05- Ocupação Remunerada: _____

06- Escolaridade:

()Fund. Incomp. ()Fund. Comp. ()Méd. Incomp. ()Méd. Comp. ()Nív.Sup.

07- Que meio de comunicação/informação a família mais utiliza?

()Telejornal () Rádio ()Jornal escrito ()Revista ()Internet

08- Qual sua principal motivação em assistir TV?

()Jornais () Novelas () Artistas () Filmes ()Programas educativos

09- Qual sua matriz religiosa?

() Católica () Assembléia de Deus () Adventista () Culto afro () outros

10- Qual o seu estado civil?

() Casado () Solteiro () União estável () Separado () Viúvo

11- Quantos filhos você tem? _____ **12-** Quantas pessoas moram na casa? _____

	NOME	PARENTESCO	IDADE
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

13- Quantas pessoas da família trabalham em atividade remunerada? _____

14- Qual a estimativa de renda/mês da família (em R\$)?

() 270-540 () 540-810 () 810-1080 () 1080-1620 () + 1800 () - 270

15- Quais aparelhos abaixo existem em sua casa?

() Televisão () Geladeira () Ap.som () Ap.DVD () Microondas

() Computador () Ventilador () Fogão () Ar condicionado

16- Tipo de locomoção/mobilidade mais utilizada pela família:

() Ônibus () Bicicleta () Moto () Carro próprio () Lotação () Embarcação

17- Via de aquisição de alimentos:

() Supermercado () Feira () Mercadinho () Trocas () outros

18- Quantas refeições são feitas diariamente:

() Café () Almoço () Jantar () C-A () C-A-J () C-lanche -A- lanche-J

19- Produtos mais comuns na alimentação diária (café, almoço, lanche ou jantar):

() Pão () Bolacha () Leite () Iogurte () Suco () Café () Arroz

() Feijão () Farinha () Açaí () Carne Bovina () Frango () Peixe

() Batata, cenoura, tomate () Salada () Frutas () Mortadela

20- A família recebe alguma transferência de renda do governo federal, estadual ou municipal?

() Sim: _____ () Não

21- Você é natural de: Estado: _____ Município: _____
Localidade: _____

22- O que levou você/família a migrar pra a APA?

() Trabalho () Educação () Saúde () Viver melhor Outros: _____

23- Como se deu sua instalação na /APA?

() Compra de área () Invasão/ocupação de área () Cessão de área () Permissão do Órgão Gestor

24- Sua estada (morada) na APA é: () permanente, fixa () transitória

25- A família faz reaproveitamento de materiais (plástico, lata, madeira, sacola)? () Sim () Não

26- Você reconhece agentes de vigilância, fiscalização ou monitoramento ambiental dentro da APA?

() Esporadicamente () Permanentemente () Só em caso de denúncia () Não

27- Você reconhece agentes de segurança pública ou Polícia Militar dentro da APA?

() Esporadicamente () Permanentemente () Só em caso de denúncia () Não

28- Você reconhece a presença do Governo do Estado (SEMA, Gerência da APA) atuando no dia-a-dia da APA?

() Esporadicamente () Permanentemente () Só em caso de denúncia () Não

29- Como você avalia a relação dos gestores da APA (SEMA, Gerência da APA, Conselho Gestor) com a comunidade?

() Harmoniosa () Conflituosa () Impositiva () Participativa

30- Você e/ou a família participa das tomadas de decisão relativas ao gestão da APA?

() Sim () Esporadicamente () Só quando há audiência pública () Não

31- A família utiliza recursos da APA com fins de :

Subsistência Alimentar: () Sim () Não **Atividade Comercial:** () Sim () Não
 () Pesca () Açai () Madeira () Navegação () Pesca () Açai () Madeira () Navegação
 () Lazer () Desem. de produtos () Caça () Lazer () Desem. de produtos () Caça

32- Como você avalia as condições socioambientais da APA da Fazendinha- qualidade/poluição da água, disponibilidade de recursos (pesca e caça), atendimento de serviços públicos (tipo luz, segurança, vigilância), degradação do ambiente, dentre outros?

() Boa () Ruim, falta a presença do governo () Péssima, muita degradação, lixo, água ruim

LOCAL ONDE RESIDE

33- Endereço: Trav. _____ nº _____

34- Tempo de permanência na APA:

() 1 ano () 2-4 anos () 5-10 anos () 10-15 anos () Mais de 15 anos () Desde o nascimento

35- Tipo de habitação:

() Alvenaria () Madeira () Madeira-palafita () Mista-alvenaria/madeira

36- Condição da moradia: () Própria () Alugada () Cedida () Invasa

37- Sistema de coleta de dejetos na casa:

() Fossa séptica () Fossa aberta () Esgot. Sanit. público () Fossa negra/despejo no rio

38- Sistema de deposição dos resíduos domésticos:

() Coleta pública () Despejo em área aberta () Despejo no Rio () Queimado

39- Limpeza pública na Comunidade: () Permanente () Esporádica () Inexistente

40- Abastecimento de água: () Abastecimento público () Coleta do rio

41 Abastecimento energia elétrica/área pública da Comunidade:

() Regular () Irregular () Insuficiente

42- Percepção de violência na Comunidade: () Não identificado () Baixo () Médio () Alto

SAÚDE DA FAMÍLIA

43- Já houve caso de alguma doença das citadas abaixo?

() Dengue () Malária () Sarampo () Catapora () Hepatite () Diarréia

() Verminose () Diabete

44- Utiliza serviço odontológico?

() 1 vez () 2-4 vezes () 1 vez/ano () 2 vez/ano () Frequentemente () Nunca

45- Utiliza serviço de saúde pública?

() Hospitais () Posto de saúde () Exames () Farmácia popular () Nenhum

46- Faz exames médicos com regularidade?

() Sim- sangue, fezes, urina () Não () Outros _____

**APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL
(USO COMERCIAL NA OCUPAÇÃO APA DA FAZENDINHA)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Projeto de Pesquisa- **RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**
Local de Pesquisa- **Núcleo de Ocupação da APA da Fazendinha.**

USO COMERCIAL NA OCUPAÇÃO DA APA DA FAZENDINHA

IDENTIFICAÇÃO

- 01- Nome: _____ nº SEMA _____ ou CEA _____
- 02- Sexo: () M () F Idade (anos): _____
- 03- Escolaridade: () Fund. Incomp. () Fund. Comp. () Méd. Incomp. () Méd. Comp. () Nív. Sup.
- 04- Tipo de atividade desenvolvida
() MERCADINHO - venda de gêneros alimentícios () AÇOUGUE – venda de carne vermelha
() BATEDEIRA DE AÇAÍ – venda açaí () FEIRA DE PESCADO – camarão e peixe
- 05- Tipos de resíduos produzidos
() Plásticos, embalagens, papelão, papel () Perecíveis de Carne (restos de camarão, peixe, etc)
() Alimentos (prontos ou industrializados) () Carço de açaí
- 06- Destinação dos resíduos produzidos
() Coleta pública () Despejo no rio () Queima () Aterramento () Reaproveit./Reciclagem
- 07- Qualidade da ocupação: () Só Comercial () Comercial/Residencial
- 08- Tem licenciamento da SEMA para atuar comercialmente dentro da APA? () Sim () Não
- 09- Você é natural de: Estado: _____ Município _____ Localidade _____
- 10- Como se deu sua instalação na /APA?
() Compra de área () Invasão/ocupação de área () Cessão de área () Permissão do Órgão Gestor
- 11- Como você avalia a relação dos gestores da APA (SEMA, Gerência da APA, Conselho Gestor) com a comunidade? () Harmoniosa () Conflituosa () Impositiva () Participativa
- 12- Como você avalia as condições socioambientais da APA da Fazendinha- qualidade/poluição da água, disponibilidade de recursos (pesca e caça), atendimento de serviços públicos (tipo luz, segurança, vigilância), degradação do ambiente, dentre outros?
() Boa () Ruim, falta a presença do governo () Péssima, muita degradação, lixo, água ruim
- 13- Tempo de atuação comercial na APA:
() 1 ano () 2-4 anos () 5-10 anos () 10-15 anos () Mais de 15 anos () Desde o nascimento
- 14- Tipo de Edificação: () Alvenaria () Madeira () Madeira-palafita () Mista-alvenaria/madeira
- 15- Condição da ocupação: () Própria () Alugada () Cedida () Invadida

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA (GERÊNCIA DA APA DA FAZENDINHA)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
(GERÊNCIA DA APA)**

Projeto de Pesquisa- **RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**
Local de Pesquisa- **Núcleo de Ocupação da APA da Fazendinha.**

- 01-** Nome: _____
- 02-** Ocupação: () Cargo _____ () Condição _____
- 03-** Escolaridade ou Formação: _____
- 04-** Como o processo de ocupação da APA está sendo monitorado?
- 05-** Ocorre contagem populacional recorrente? Como é feita a fiscalização para evitar a recepção de novos moradores?
- 06-** Há fiscalização para coibir/impedir a “venda”/especulação imobiliária na APA?
- 07-** Como se dá a fiscalização para disciplinar/conter o acesso (exploração/uso) de recursos (madeira, pescado, navegação, extrativismo de palmeiras/açaí)?
- 08-** Há controle/fiscalização quanto à deposição de resíduos (doméstico, comercial, produtivo) e dejetos no rio?
- 09-** A APA tem Plano de Manejo (PM) sendo executado? Desde quando?
- 10-** Dificuldades de implementação do PM? Há reflexos do mesmo no cotidiano?
- 11-** Como o Conselho Gestor está atuando na APA? Quem são os membros? ONG's identificadas na APA?
- 12-** Os moradores participam da gestão da APA/se mobilizam? Eles têm Termo de Compromisso?
- 13-** Como pode ser descrita a relação da comunidade com o Conselho Gestor e com a SEMA/IMAP/BA/GERÊNCIA DIRETA?
- 14-** Há retorno institucional e/ou sócio-cultural/econômico de pesquisas realizadas dentro da APA?
- 15-** A Educação Ambiental tendo sido efetiva na APA? Tem surtido efeito?
- 16-** Do ponto de vista da conservação da APA, naquilo que determina a Lei do SNUC, que problemas de ordem socioambiental estão sendo percebidos e/ou enfrentados (principalmente relativos a distúrbios na dinâmica ambiental de recursos)?
- 17-** A APA está cumprindo sua função de UC de Uso Sustentável? Ou está sendo expropriada a partir dessa prerrogativa legal?

18- É possível relatar conflitos com sujeitos/atores da APA: moradores, empresários, comerciantes, barqueiros, donos de balsa, feirantes? No que eles tem prejudicado a da dinâmica e a gestão da APA?

19- Quais projetos estão sendo atualmente desenvolvidos na APA? Objetivos dos mesmos?

Gerência da APA Gestão da SEMA ONGs Batalhão Ambiental Outra

20- Que dificuldades a Gestão da Unidade de Conservação mais tem enfrentado?

21- Como se avalia (de acordo com a perspectiva do SNUC) a atual condição socioambiental da APA?

22- Perspectivas de trabalho/projetos a serem implementados em 2010/2011?

23- De que forma os recursos de Medidas Compensatórias estão sendo aplicados?

ANEXO A- MATRIZ DE LEOPOLD

MATRIZ DE LEOPOLD										
MEIO	IMPACTO	Agentes causais	TIPO	INCIDÊNCIA	SITUAÇÃO	TEMPORALIDADE	SEVERIDADE	ABRANGÊNCIA	FREQÜÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS (RESUMIDAS)
Impacto significativo	TIPO	INCIDÊNCIA	SITUAÇÃO		TEMPORALIDADE	SEVERIDADE	ABRANGÊNCIA	FREQÜÊNCIA		
	A - adverso (negativo)	D - direta (relacionada diretamente c/ o recurso)	N - Normal (sob controle ou estável)		A - Atual (presente)	1 - pequena	1 - Local	1 - Rara		
Impacto não significativo	B - benéfico (positivo)	I - indireta (não relacionada diretamente com o recurso)	A - Anormal (fora do controle)		P - Passado (Passivos ambientais)	2 - Média	2 - Adjacente	2 - Eventual		
			E - Existe risco de ocorrer			3 - Alta	3 - Regional	3 - Freqüente		